

A lista de presença registra o comparecimento de 279, senhoras e senhores deputados.

Portanto, está aberta a sessão. Sobre a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Nos termos do Parágrafo Único do artigo 5º do Ato da Mesa, número 123/2020, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

Neste momento...

[SOM DE CONVERSAS AO FUNDO]

Nós vamos passar às breves comunicações, onde os deputados previamente escritos terão direito a três minutos.

Eu queria aqui combinar com os deputados presentes, que hoje nós estamos...

[SOM DE CONVERSAS AO FUNDO]

... horas. Portanto, nós temos... Muito obrigado. Nós estamos no horário.

Nós temos um número grande de senhoras e senhores deputados escritos.

Eu vou pedir aos senhores deputados que nós, nesse momento, até para correr a lista, que nós não passássemos a um minuto de plenário, a não ser quando houver uma questão de ordem e que essa questão de ordem seja devidamente justificável.

Ok, deputado Marco Feliciano?

Ok? Então, nós vamos passar aos três minutos de cada deputado, para evitar então a abertura de microfones por um minuto.

Então nós vamos passar diretamente a listas dos senhores deputados escritos, ok?

Deputado Benedito, fica então combinado com os senhores líderes, os senhores deputados que estão no plenário, ok?

Vamos então começar pelo estado de Minas Gerais com o deputado Maurício do Volei.

Tem voz acelera, o tempo regimental de três minutos.

Deputado Maurício do Volei então que vai falar pelo tempo regimental de três minutos.

Logo em seguida nós teríamos também, de Minas Gerais, nós vamos ao Rio de Janeiro com o deputado Luiz Lima.

Deputado Maurício do Volei, tendo em vista que ele tem uma altura, então tem que baixar ali o tempo.

Asela essa palavra, deputado.

Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os parlamentares que aqui estão.

Hoje é um grande dia para essa casa, um dia que realmente os deputados estão imunidos e o seu objetivo que é de roubar esse PL 2630.

Um PL que trata da censura, trata de encalar todos aqueles que discordam do governo e discordam da sua opinião.

Então hoje nós estamos aqui e vamos lutar até o fim, presidente.

Para que isso não passe de forma alguma, é um atentado contra a democracia brasileira,

é um atentado contra os empresários, grandes empresários, pequenos empresários, os meis, pessoas que trabalham autônomos.

Porque saibam de uma coisa, se vocês colocarem a sua opinião e ela não for a mesma do governo, vocês serão censurados.

A página de vocês que vocês usam hoje para vender os seus produtos, para fazer a sua renda e colocar o pão na mesa da sua família, isso

aí não vai existir mais.

Estão falando de uma coisa muito séria, que é trazer de volta o poder para a grande mídia.

É isso que esse PL trata, de tirar das grandes big techs esse alcance que hoje existe no Brasil.

Hoje o Google foi censurado por lutar contra essa PL, por defender a liberdade que não só ele, mas como todas as outras big techs defendem.

Então nós temos que nos posicionarmos e a todos os deputados indecisos ainda, por talvez acreditar que isso possa ser benéfico, podem ter certeza que isso é maléfico e o povo brasileiro não vai aceitar nenhum tipo que vota a favor de vocês.

A nossa responsabilidade hoje é muito grande, eu espero que vocês correspondam ao povo brasileiro, porque a nossa missão, nós estamos aqui por eles.

Eles nos colocaram aqui e hoje nós vamos retribuir o que eles fizeram.

Então eu sou totalmente contra a PL 2630, que vai ser votada hoje e nós vamos derrubar, se Deus quiser, por nosso Brasil, por nossos eleitores,

pelas pessoas que confiar em nós, pela nossa liberdade de expressão, pela nossa liberdade de opinião,

por a gente falar e discordar de quem a gente quiser e não ser punido por isso. Hoje já existe muitas legislações que proíbem crimes na internet.

Então não necessita de criar uma PL para nos censurar ainda mais. Eu fui vítima disso e não quero que ninguém sofra. Obrigado, presidente.

Ok, deputado Maurício do Vôlei de Minas Gerais. Agora de Minas Gerais, sim, nós vamos ao deputado Luiz Lima, deputado Luiz Lima que vai à tribuna.

Logo em seguida nós vamos voltar a São Paulo, já com o deputado Kiko Caleguin, ou Seleguin.

Tem você aí deputado Luiz Lima do Rio de Janeiro. Obrigado, desculpa, desculpa, foi alto. Obrigado, presidente Gilberto, uma honra ter essa sessão presidida pelo senhor.

Presidente Gilberto, semana passada eu estava aqui sentado, como todos os deputados estão, e entrou aqui no plenário da Câmara dos Deputados

o ministro do Supremo Tribunal Federal, avançando totalmente na sua competência. Ele veio sugerir alterações no PL 2630.

Quando o ministro do Supremo quer transformar em lei algo que o próprio Supremo fez nos últimos anos, ele está assumindo que o que ele fez não tinha um aparato legal.

É uma vergonha, quando eu entro no Senado parece que eu estou vendo elefantes com os pés amarrados em pés de alface.

Agora, a Câmara dos Deputados, que representa a totalidade da população brasileira, vai se permitir que o ministro entre nessa Câmara e legisle o nosso lugar?

Imagina a gente indo até o Supremo Tribunal Federal e sugerindo um texto ao voto do ministro. Isso não existe. É inacreditável a que ponto chegamos.

Eu vou passar aqui mais adiante. Nós estamos numa guerra econômica e a gente está no meio dessa guerra econômica. Tanto os deputados de

esquerda como os deputados de direita estão servindo como massa de manobra de uma guerra em que a reserva de mercado de publicidade está mandando no nosso país.

Declarações da Globo feitas na última semana. Não na última semana, não nos últimos dias. Ministros do STF vêem abuso na ação do Google contra a PL das fake news.

Plataformas atacam democracia e PL das fake news, mas que nunca deve ser votado.

A aprovação do PL das fake news será um avanço civilizatório, segundo a Globo. E a Gazeta do Povo noticiou hoje. Google declara falência na Rússia após ter contas confiscadas pelo governo.

Alô? Presidente, os dez sites mais vistos por mês no Brasil e YouTube tem 4 bilhões de visualização. Google tem 3.2 bilhões de visualização.

O canal Pornô Xvides tem mais visualização do que a Globo.com. O UOL perde da Globo.com. A gente tem aqui uma briga de reserva de mercado, é dinheiro em jogo.

E eu espero aqui que os deputados não se vendam. A Globo, em se tratando de mídia digital, é pior do que a TV educativa no Brasil em termos de audiência.

Então ela ficou refém não só financeiramente, como na opinião também.

Nós temos uma votação que além hoje de estar significativamente interferindo no governo dos próximos três anos e meio do desgoverno Lule, nós estamos com a responsabilidade de fazer com que a nossa mídia seja democrática.

Eu vou repetir aqui, a Google em mídia social tem oito vezes mais audiência do que a Rede Globo. Esse é o motivo dessa briga.

Obrigado, Presidente.

Deputado Luiz Lima do Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro. Agora nós vamos voltar. São Paulo com o deputado Kiko Seligim.

Presidente, novos colegas, Brasil de um modo geral, eu queria falar um pouco sobre o PL 2630 que vai ser votado por essa casa e dizer que definitivamente esse é um projeto de lei que faz bem ao povo brasileiro.

Segundo pesquisa Atlas, recém publicada, seu Presidente, 78% dos brasileiros são a favor que as big techs e redes sociais do Brasil assumam responsabilidade pelo conteúdo que elas disseminam.

94% consideram o ambiente da internet um ambiente inseguro para suas famílias e 74% acreditam que as redes sociais e conteúdos por elas disseminados ajudaram contribuindo para os ataques nas escolas ocorridas no Brasil nos últimos anos.

Então, seu Presidente, fake news, perfis que incentivam massacres em escolas, organizações de atos terroristas, perfis que incentivam maus tratos aos animais, pornografia infantil, a proteção das nossas crianças de massacres nas escolas, a defesa da ciência contra o negacionismo, a preservação da democracia, o ódio à violência contra as minorias,

contra o abuso econômico das big techs, é isso que esse PL vem a defender para que o povo brasileiro não fique mais vulnerável a essas atrocidades todas.

Não se trata aqui de uma discussão ideológica, gente. Se trata de uma discussão de responsabilidade pública, porque a comunicação social e os conteúdos que essas big techs e

redes sociais disseminam fazem a diferença na vida das pessoas, para o bem e para o mal. Quem não se lembra do caso da Fabiana e Maria, que foi disseminada em redes sociais da cidade do Guarujá, que era uma bruxa responsável por morte de crianças e ela foi morta a socos e pontapés em função de uma fake news?

Ou então, do quanto que as fake news de Covid dizendo que mudava o DNA das pessoas e disseminava HIV contribuiu para a redução da vacinação no nosso país?

Ou então, o que diria a mãe, os parentes da Maria Mendonça, que teve as suas fotos depois de morta publicadas em redes sociais?

Se a gente continuar permitindo que conteúdos como esse, que destroem a nossa sociedade, a família brasileira, continue a ser disseminada sem nenhum tipo de responsabilização, eu não sei o que nós estamos fazendo aqui nesse parlamento. E com o fato do Google, na última semana, dos últimos dias, o que aconteceu? Eu tenho mais convicção ainda de que uma empresa que controla 97% do mercado de busca na internet, tem feito militância, pago anúncio, usando a própria ferramenta de maneira irregular, porque vai de encontro com seus próprios termos de uso,

para que essa PR não seja votada da maneira adequada, isso me leva a convicção de que nós temos que votar pelo bem.

Ok, deputado Kiko Seregui, agora nós vamos ao deputado Gustavo Gair, do Mato Grosso. Logo em seguida, Cabo Gilberto Silva.

Deputado, nós tivemos uma pequena troca aqui, desculpe, Goiás, é Goiás, deputado Gustavo Gair, Goiás.

Muito ok, presidente, muitíssimo obrigado. Queridos colegas, eu acho que pelo menos esse ano nenhum dia será tão marcante quanto esse que nós estamos passando agora,

e nenhuma decisão será tão impactante nas vidas do povo brasileiro quanto essa que nós estamos prestes a tomar.

Primeiro, eu gostaria de dizer que é muito triste saber que o debate foi levado para um nível tão baixo quanto tem sido levado.

Quando eu vejo do outro lado da tribuna os parlamentares do outro espectro político usando tragédia, morte, usando o sofrimento de famílias brasileiras, de pais e mães, para tentar empurrar Goéla abaixo uma narrativa que é completamente desconectada da realidade.

É de partir o coração que nós estejamos debatendo num nível tão baixo assim.

Eu vou tentar elevar o nível agora do debate conversando com os senhores parlamentares que estão agora no plenário.

Eu sei que nós estamos aqui e nós temos relacionamento com os líderes dos nossos partidos, nós temos relacionamento com os presidentes dos nossos partidos,

mas a decisão que nós vamos tomar aqui hoje será um legado que nós vamos deixar para a próxima geração.

Então não vote pelo que o seu líder determinou, não vote por aquele cargo ou por aquela emenda,

vote pensando nos seus filhos, porque isso eu tenho certeza que todos nós temos em comum, o amor pelos nossos filhos.

A garantia de que nós deixaremos para ele um país livre e não uma ditadura.

E eu digo mais, talvez essa PL já seja tarde demais.

Os acontecimentos dos últimos dois dias já nos mostram que não será preciso essa PL para que nós vivemos em uma ditadura, coronel. Basta você olhar o que esse governo tem feito nos últimos dois dias, perseguindo uma empresa, a maior empresa de internet do país, o Alexandre de Moraes determinando que os presidentes dessas empresas compareçam à polícia federal, o ministro da justiça determinando que a empresa faça uma propaganda contra si próprio, contra a própria existência dela. Talvez já seja tarde demais, talvez essa PL já seja desnecessária se o que a esquerda quer nos calar é nos silenciar. Só que isso aqui tornará a situação tão grave, mas tão grave que eu garanto para os senhores, todos nós envergonharemos de um dia ter sido deputados no dia 2 de maio de 2023, se isso aqui passar. Eu não estou falando apenas pela baixeza do debate, pensem no legado que isso vai dar ao nosso país. Legado, entendam o peso dessa palavra, o legado que nós estaremos deixando. Escute o clamor das ruas, escute o clamor das pessoas que estão agora, talvez pela última vez, usando as redes sociais e pedindo socorro. E se isso aqui passar, o efeito vai ser contrário. Nós estaremos jogando os nossos filhos para a deep web, para aquela parte obscura da internet, porque na internet padrão eles terão medo de estar lá. Para concluir, presidente, eu vou usar esses meus últimos 30 segundos aqui. Talvez nesse último dia que nós ainda tenhamos o mínimo de liberdade, porque não existe liberdade de expressão no Brasil. Existe algo parecido, uma coisa amorfica, que é difícil de explicar, mas não é liberdade de expressão. Se essa PL passar, nós sentiremos vergonha pelo resto das nossas vidas. E pelo menos eu não quero ter esse sentimento diante dos meus filhos. Obrigado, presidente. Ok, depois do deputado Gustavo Gaia de Goiás, nós vamos agora a Paraíba. E na Paraíba com o deputado Cabo Gilberto Silva. Tem boa excelência a palavra, deputado Gilberto Silva da Paraíba. Logo em seguida nós vamos a Minas Gerais novamente com o delegado Marcelo Freitas. Senhor presidente e demais parlamentares, estamos num momento muito crítico da nossa democracia. Independentemente da aprovação ou não do PL da censura, senhores parlamentares, já vivemos em uma ditadura. Quem não lembra da revista "Cruzeiro" que foi censurada? São fatos. Quem não lembra da "Jovem PAN" que foi censurada? Diversos canais de comunicação foram censurados sem a aprovação do PL da censura, senhor presidente. Observar o governo, os lulistas defenderem o PL da censura utilizando tragédias de escola, utilizando tragédias com relação a pauta animal, é vergonhoso, senhores parlamentares. O que se trata aqui é da censura propriamente dita. Hoje já

observaram que o ministro do Supremo Tribunal Federal, o senhor Alexandre Moraes, mandou a Polícia Federal ouvir representantes do Google etc.

Vejam só que curiosidade está no nosso país, senhor presidente. É importante a população ficar atenta, pressionar todo o parlamento para que não aprovem o PL da censura.

É um retrocesso enorme na nossa democracia.

Já existem os meios de punição para quem comete crimes através de qualquer meio de comunicação.

Tem o código de processo penal, tem o código penal que já está muito caduco, mas ele existe.

E você é punido através de uma informação calúnia, senhor presidente.

Se o povoventura cometer algum tipo de crime.

Então não podemos permitir que essa PL da censura passe e venha trazer a ditadura plena para o nosso Brasil.

Porque já estamos com semiliberdade.

Porque não existe mais liberdade do nosso Brasil. Não existe mais liberdade de expressão.

A Constituição é rasgada constantemente. E o pior, com uma falsa sensação que eles defendem, senhor presidente.

Estamos defendendo a democracia. Não, estão defendendo a ditadura, propriamente dita.

Sem, como me disse o meu antecessor, sem a aprovação desse PL, já vivemos uma semiditadura.

Quanto mais se aprovar esse PL.

Mas é verdade, senhor deputado. Já vivemos uma semiditadura.

Hoje o ministro da Justiça mandou investigar o Google.

O senador, o líder do governo Andoff também.

Ou seja, para concluir, senhor presidente.

Ou seja, a democracia não é respeitada nesse país.

Eles dizem que defendem uma coisa, mas defendem outra.

Então peço a todos os parlamentares que se unam contra o projeto da censura.

Quem é o relator? O deputado comunista Orlando Silva.

Que anda com a camisa de Lenin. Veja só que situação.

Não a censura. Vamos defender a liberdade do povo brasileiro.

Diga não a censura. Muito obrigado, senhor presidente.

Ok, depois do cabo Gilberto Silva, do PL, da Paraíba.

Vamos agora ao Minas Gerais com o delegado Marcelo Freitas.

Vamos então ao Espírito Santo com o deputado Messias Donato.

Deputado Messias Donato ainda à tribuna.

Logo em seguida deputada Bia Kissis.

Senhor presidente, a liberdade é um dos bens, ou bem mais precioso que uma pessoa pode ter, senhor presidente.

Quando falamos sobre liberdade, não falamos sobre posicionamento político ou ideológico.

Falamos sobre defender uma conquista que obtivemos há séculos.

Mas que ainda hoje, em pleno século, em pleno 2023, há quem queira tomá-la.

Em nenhum lugar do mundo se pode aceitar que um governo, seja ele qual for, tenha o poder de decidir o que cada um de nós, cidadãos, iremos falar.

Nenhum deles.

O presidente da República, o governador, o prefeito, nós parlamentares,

não fomos colocados aqui para censurar a população.

O governo que faz isto tem uma definição clara e objetiva.

É um governo ditador, senhor presidente.

Falam em regulação de mídias, com palavras bonitas,

falam em punir fake news, como se fosse o governo a grande voz da verdade

e que definirá o que é verdade ou não.

Falam em defender a liberdade religiosa, mas colocam jabutis

que, por vezes, nem percebemos que estão ali para calar a boca daqueles que

professam a fé, inclusive esse que você está falando.

A verdade é uma só.

A legislação brasileira já tem um artigo que define vítimas de calúnia,

difamação e injúria.

O Estado não pode ser o tutela que vai impor sobre você, cidadão brasileiro,

que vai ou não fazer.

O Estado não pode ser o tutela que vai definir a sua fé,

o que você pode ou não moralmente acreditar.

O Estado não pode ser o tutela que vai comandar as redes sociais por meio

de conselhos ou órgãos que irá fiscalizar ou decretos.

O Estado, os governantes, nós parlamentares, estamos aqui para servir

e ouvir e fazer com que esse país possa avançar.

E não é, senhor presidente, o governo e a neoideologia política,

que sequer é aclamada pela maioria daqueles que irão nos impedir a sermos

o que queremos e que nascemos para ser, que quero dizer que somos livres.

Não ao PL 2630, não ao PL da censura.

E sim a liberdade religiosa, sim, senhor presidente, a liberdade religiosa

para professar a nossa fé e sermos livres. Obrigado, senhor presidente.

Ok, deputado, o Messias Donato do Espírito Santo, o republicano do Espírito Santo.

E agora nós vamos aqui ao Distrito Federal com a deputada Bia Kisse.

Tem voz, excelência, palavra.

Obrigada, presidente. Primeiramente, uma imagem fala mais que mil palavras.

E eu quero dizer o seguinte, senhor presidente, estamos realmente estarrecidos

com esse momento, votarmos hoje um PL que pode simplesmente calar de vez

boa parte da população brasileira, que vai censurar o debate.

E mais, esse projeto, além de censura, ele traz algo muito grave também,

que é a violação, o rompimento com o sistema jurídico pátrio.

Afinal de contas, a Constituição não permite a censura.

Ela rejeita, rechaça expressamente todo tipo de censura.
Além disso, esse projeto vai permitir perseguição política.
O que já vem acontecendo? Vem acontecendo sem esse projeto, sem a lei.
Nós temos sofrido perseguição por parte do judiciário, um judiciário que está aparelhado.
Mas o que esse Congresso irá fazer hoje, se aprovar esse projeto, é legitimar.
Legitimar a perseguição, a censura e o rompimento com o devido processo legal.
E nós não podemos fazer isso. Isso realmente seria o verdadeiro crime.
Outra coisa, eu vi hoje pessoas com cartazes regulamentar para proteger.
E aí eu quero falar aqui como mãe, como cidadã, dizer que esse projeto não protege aqueles que diz proteger.
Se tem dito, colocaram mochilas de crianças no gramado.
O que acontece? O Fantástico exibiu, no seu último programa, a Rede Globo exibiu,
aquele site, Discord, em que se combinam esses tipos de ataques nas escolas.
Pois esse projeto não alcança o Discord, que é um site fechado, de grupos fechados,
e que conta com menos de 10 milhões de usuários mensais.
Portanto, essa lei não resolve o problema que ela promete resolver.
Nós queremos proteger as crianças e temos instrumentos para isso.
Essa lei, ela somente irá provocar censura.
Será o cala-boca e será o fim do que ainda resta de democracia nesse país.
Parlamentares e também o povo brasileiro não poderá mais falar o que pensam, porque haverá um órgão,
haverá alguém dizendo o que é verdade, o que é mentira.
E o que nós dissemos durante a campanha eleitoral, que Lula era amigo de Nicolás Maduro,
que Lula era amigo de Daniel Ortega, tudo isso era estampado lá com o carimbo de fake news e era derrubado.
Mas o Judiciário fez isso por conta própria, com seu próprio risco e com o ônus dessa decisão.
E esse Congresso vai dizer, para concluir, Presidente, vai dizer que isso está certo?
Nós vamos avalizar e vamos passar um verniz de legalidade em algo que é ilegal, inconstitucional e imoral,
pois são os nossos filhos, nossos netos que irão pagar por isso.
Vamos botar a mão na consciência, senhores. O Lula está distribuindo emendas, comprando parlamentares, distribuindo.
Está no G1, depois do encontro com o presidente da casa, mandou liberar a Geral Azepa...
Ok, deputada, be a kisses. Deputada.
Gostaria de pedir, Presidente, que a minha fala reverberasse na voz do Brasil e nos meios de comunicação da casa.
Senhores, colegas, censura não.
Ok, deputada, be a kisses. A tendência de viz de vosselence será divulgada em todos os órgãos de comunicação dessa casa.
Deputada, be a kisses, que é do Distrito Federal.

Do Distrito Federal nós vamos ao Rio de Janeiro com o deputado Tarsizio Mota.
Vamos então do Rio, vamos à Bahia com o deputado José Ildo Ramos.
Logo depois, deputado José Ildo Ramos, da Bahia nós vamos ao Rio Grande do Norte, deputado Sargento Gonçalves.
Tem voz a herência para o deputado José Ildo.
Senhor Presidente, senhores deputados e deputadas.
Presidente.
Deputados, há um deputado na tribuna.
Tem voz a herência para o deputado José Ildo.
Eu vou pedir que restitua por favor o tempo do deputado José Ildo.
Orçamento secreto não é comigo não, amigo.
Não é não. Você conhece muito bem disso.
Senhor Presidente, senhores deputados e deputadas, quem são os principais opositores do 26/30?
Quem são?
São exatamente aqueles que propagam ódio e desinformação na internet.
Esta que é realidade.
Práticas ilícitas, criminosas.
Isso não é liberdade de expressão.
Além de coibir conteúdos que configurem ou incitem crimes contra a democracia, de racismo, contra crianças e adolescentes, violência de gênero, crime contra a saúde pública.
Na época da Covid-19, vocês foram testemunha do que fizeram?
E indução ao suicídio é dever e obrigação de cuidado das big techs, das plataformas.
E até então não se tem isso.
Não há nenhum órgão que tenha capacidade de ordenar a remoção de conteúdos individuais.
Não se trata disso. Não se tratará disso.
Não haverá punição às plataformas por conteúdos individuais postados.
Em nenhum momento isso está dito.
Também não se vai restringir a manifestação religiosa ou de crença.
Portanto, os motivos para apoio a esse projeto é porque o resultado farão das redes sociais um ambiente mais seguro para os brasileiros.
O resultado à internet será mais adequada a crianças e a adolescentes.
Outro resultado, proteção da liberdade de expressão e das contas dos brasileiros.
Vocês viram o que o WhatsApp, o que o YouTube manifestaram hoje?
Todo mundo está vendo o resultado contra, efetivamente, um ambiente seguro.
Um ambiente que fique à margem do costume que a gente está vendo entrar na política, no cotidiano dos brasileiros.
Fake news, crimes e não liberdade de opinião ou de expressão.
O limite constitucional é claro.
Estavam pedindo que não houvesse rebaixamento do debate.
Nós não estamos vendo isso.
Estamos ouvindo...

Conclui, deputado, por favor.

Vossa excelência tem sido benevolente. Eu agradeço também.

Obrigado.

Então, observem o que está acontecendo.

Lá daquela tribuna, o que a gente ouve são mentiras deslavadas do que está acontecendo com o nosso país.

Obrigado aí, presidente.

Ok, deputado.

Seus deputados, eu vou pedir aos senhores que a gente tenha o mínimo clima de convivência boa,

porque se cada vez que um deputado que pensa de uma forma, for à tribuna

e houver essas manifestações por parte dos outros deputados, nós não vamos chegar a lugar nenhum nessa sessão.

Então, eu vou pedir aos senhores deputados, por favor, vamos respeitar os deputados que vão à tribuna.

Vamos então, agora, depois da Bahia, vamos ao Sargento Gonçalves, lá do Rio Grande do Norte.

Logo em seguida, nós vamos continuar no Rio Grande do Norte com o deputado-general Girão.

Boa noite, senhor presidente. Boa noite, colegas parlamentares.

Pai, afasta de mim esse cálice.

PL 2630 não é o PL das fake news, mas é o PL da censura, da mordada, da mordada.

Ele ataca um bem tão precioso, eu digo que é um bem precioso tão quanto a vida, costume dizer,

porque sem liberdade nós não vivemos plenamente.

É necessário lutarmos em defesa da nossa valiosa liberdade.

Liberdade é essa, general Girão, que está na força.

Encontra-se na força e quem será o carrasco nessa noite?

Qual dos colegas parlamentares terá coragem de ser o carrasco?

Quem será dos senhores parlamentares que terá coragem dessa noite de dar o golpe de misericórdia

naquela já tão maltratada, sofrida liberdade que já foi tão atacada por ministro do STF?

Vão querer fechar as praças, como diz o deputado Luiz Lima.

Vão querer impedir que nós estejamos falando em via pública.

Querem impedir que nós possamos utilizar as redes sociais, Gaia.

Possamos expressar nossa opinião, a nossa humilde opinião.

O momento aonde nós podemos expressar o que pensamos, querem sufocar o nosso pensamento.

O pensamento do opositor, o pensamento do contrário, do que pensa contrário.

Não façam isso com a liberdade, com a liberdade de expressão, com a liberdade de opinião.

Você, cidadão que nos ouve, ainda há tempo de instalar conversando, tentando conscientizar o seu parlamentar, o seu representante.

Peça a ele humildemente, respeitosamente, nesses minutos que nos restam.

Voltem em defesa da nossa liberdade.

Volte contra o PL 2630, que vai atacar a liberdade do povo brasileiro.

Rogo a Deus que cada parlamentar aqui nesta noite tenha sabedoria e discernimento.

E que possam dizer não a censura, não a mordada, e sim a liberdade. Deus salve a nação brasileira.

Ok, deputado, depois do deputado José do Ramos, vamos agora continuar no Rio Grande Norte.

Com o deputado Sargento Gonçalves, vamos continuar com o deputado General Girão.

Nesta casa é o único lugar que Sargento fala antes que General.

Mas isso é da democracia. E tem o Cabo também que falou antes, então vamos lá.

Senhor Presidente, gostaria que a nossa voz tivesse eco aí na voz do Brasil.

Mas, meus amigos, meus caros colegas deputados, é uma ameaça de tempos sombrios na nossa democracia Tupiniquim.

Sim, Tupiniquim porque estaremos voltando à época do Brasil Colônia.

Tupiniquim estaremos voltando a um grande retrocesso na nossa democracia brasileira.

Nunca antes imaginou-se que poderíamos ter uma reversão no que se fala de liberdade.

Os atos contrários à liberdade se repetem a cada momento.

É uma apelação sem tamanho. Hoje pela manhã, deputado Gilberto, amanheceu o dia aqui na esplanada dos ministérios

com as mochilas de crianças colocadas na grama. Uma apelação sem fim.

O que é que esse PL 2630 traz de proteção para as crianças? Nada.

Não protege nada. Essa é a verdade.

Já foi falado aqui antes pela deputada Biaquise, se por outros.

Deputado Carlos Jordi sabe muito bem que a gente tem trabalhado para que nós tenhamos projetos

para que as redes sociais possam proteger sim a todos e não somente as crianças, mas proteção a todos.

Aí eu pergunto a vocês, o que é que estamos vendo, o que é que estamos observando no dia de hoje?

Hoje foi uma ação do Ministério da Justiça para procurar calar também.

Então é o poder executivo procurando calar a voz dos brasileiros.

O ministro Alexandre Moraes acabou de dar uma decisão também de novo, determinando nova abertura de inquérito

em cima das big tax, tentativa do poder judiciário da Corte Suprema de calar os brasileiros.

Meus amigos, o que é que falta mais para termos uma ditadura plena?

Essa casa ser fechada para fechar mesmo um caixão que botou a tampa e fechou tudo.

Não é possível que nós nos calemos, nós somos os legítimos representantes do povo brasileiro.

Não podemos nos calar, nos calar de maneira nenhuma.

Essa orquestração tem que ter fim e o fim vai ser dado aqui hoje, quando nós votarmos.

Não ao PL 2630, não a esse engodo, não a essa tentativa de mordada, não a qualquer tentativa de nos calarem.

Já foi o tempo que nós nos calávamos em relação a isso.

Gostaria de terminar minhas palavras, senhor presidente ou senhora presidente?

Fazendo um comentário breve que eu sei que não foi falado aqui ainda, só para concluir.

Em quatro meses de mandato, o governo do presidente Lula III bateu mais um recor...

E, senhora presidente, por favor, mais um recor de negativo. São oito viagens internacionais em 120 dias.

E essas viagens internacionais, se não bastasse o que ele tem feito, são viagens internacionais para chegar lá fora e falar mal do Brasil.

Levar mensagens negativas do nosso país, ele e os integrantes da sua comitiva.

Então, não temos nada o que comemorar, temos mais o que lamentar.

O Brasil vai vencer, não o PL 26.

Com a palavra o deputado Capitão Alden.

Pois não, colega. Vosso silêncio tem a palavra.

Pois não, colega. Vosso silêncio tem a palavra.

Pois não, colega. Vosso silêncio tem a palavra.

Senhora presidente, senhores parlamentares, povo brasileiro, primeiramente fora a Lula e segundo não ao PL 2630.

Senhoras e senhores, eu vou lembrar aqui de uma história de quando supostamente começou essas histórias de fake news.

Vamos para a Bahia. Dizem, segundo Otávio Mangabeira, "pense no absurdo, a Bahia tem precedentes". E de fato, tem precedentes.

Vamos voltar aqui à história. Lei 14.268, de 28 de maio de 2020.

Nesta data foi aprovada na Bahia a lei de combate a fake news.

Segundo o Capit, "estabelece a aplicação de sanção a quem lícitamente divulga informações falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no estado da Bahia e das outras providências, punindo qualquer cidadão em até R\$ 20 mil, sr. Gonçalves, para aqueles que espalharem "notícias falsas" relacionadas à pandemia e endemia.

Logo em seguida seguimos estados, Roraima, Mato Grosso do Sul, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O que é em comum com algum desses estados? Consórcio Nordeste, respiradores que foram pagos e que não foram entregues e que até hoje mais de R\$ 243 milhões não foram devolvidos.

Eu fui o primeiro parlamentar no Brasil, no dia 5 de maio de 2020, a denunciar esse escândalo do Consórcio Nordeste.

Aquela época que garantaram a tal da lei da fake news para combater as chamadas "notícias falsas" relacionadas a desvios de verbas públicas associadas à pandemia.

E agora o contexto é o mesmo. CPI do MST, CPI-MI associada aos dias 8 de janeiro, informações e mais informações que escandalizam esse governo.

Daí o porquê da conexão, da possível instauração desta CPI, desta lei, da censura para evitar não as mentiras, mas sim as verdades. E agora eu queria fazer uma perguntinha aqui, interessante. Segundo alguns jornais que circulam pelo país, após reunião do presidente ex-presidiário Lula com o presidente Lira, liberar mais de 10 bilhões de reais em emendas, esta casa está bem vazia, o lado esquerdo está bem vazio, porque será na véspera da votação dessa lei da censura?

É muito estranho. Então, senhoras e senhores, votaremos não a este PL da censura, não ao PL 2630.

Com a palavra o deputado Carlos Veras. Com a palavra o deputado Luiz Couto. PT Paraíba.

Senhoras e senhores, o PL 2630 de 2020 vai ser votado e institui a lei brasileira de liberdade, responsabilidade e transparência na internet.

O projeto é importante e estabelece direitos dos cidadãos e obrigações nas redes sociais.

Sr. Presidente, as plataformas digitais têm se tornado no Brasil lugar fértil para ameaças à democracia, discurso de ódio, difusão de mentiras e ameaças a indivíduos e grupos.

O Ministério Público Federal já notificou a Google e a Meta empresas que controlam o Facebook, Instagram e WhatsApp por supostas práticas em suas plataformas contrárias ao projeto de lei dos fake news.

Sr. Presidente, é preciso que nós percebemos que as opiniões podem ser cada um colocar.

Agora mentir, desmitir, destruir a moral e a vida das pessoas, isso não pode.

Baixa de fake news, baixa de ter uma internet como terra sem lei.

Precisamos aprovar esse projeto com urgência.

Esse é o primeiro assunto, Sr. Presidente, que faço, mas o segundo assunto é com relação ao Brasil ocupa atualmente o quarto lugar em número de pessoas obesas.

Isso se dá devido a dois fatores, o aumento no consumo de alimentos calóricos, ricos, em gordura e açúcar. O outro é a redução na prática de exercícios, atividades físicas, portanto, o aumento do sedentarismo.

As sequelas da obesidade são muito expressivas. De acordo com a Organização Panamericana da Saúde, OPAs, o sobrepeso afeta 54% da população brasileira, quase 20% dos homens e 24% das mulheres estão obesas.

Entre as crianças menores de 5 anos, 7,3% registram sobrepeso no país. Portanto, Sr. Presidente, a obesidade é considerada fator para uma série de outros problemas de saúde,

a exemplo de diabetes e doentes cardiovasculares, como também considerada pela Organização Mundial da Saúde, um sério problema de saúde pública.

Nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria que os dois pronunciamentos fossem dados como lido e publicados nos meios de comunicação desta casa, inclusive da Voz do Brasil.

Obrigada, deputado Luiz Couto. Está deferida a sua solicitação de divulgação na Voz do Brasil. Próximo inscrito, deputado Evair Vieira de Mello.

PP Espírito Santo. /Bas. Sra. Presidente, Srs. Senhores Parlamentares, graças ao voto dos capixabas estou no terceiro mandato aqui na Câmara Federal.

E o tempo me ajudou, meu líder Jordi, principalmente a enxergar as forças ocultas que operam nos corredores popularmente nos purões aqui desta casa.

E se tratando do PL 2630, o Brasil precisa de saber que quase como um rato de purão, na semana passada, de forma sorrateira, o Sr. Alexandre de Moraes esteve aqui nos corredores desta casa, de forma escondida, militando e atuando na aprovação deste texto. Isso é uma vergonha, é uma afiota. O Supremo vira aqui no plenário da Câmara de Deputados, se meter num tema que é da prerrogativa legislativa.

Sr. Alexandre deveria se ater os seus afazeres à sua casa e

respeitar o Parlamento Brasileiro. O horror no dia de hoje. A atuação de novo do STF junto com o governo federal nesta perseguição ao Google.

Hoje é o Google, milita adicional. Amanhã vão ser vocês.

Editoriais dos jornais do Brasil inteiro hoje, falando a favor do PL do fake news. E ninguém fez nada.

Vou dizer hoje o governo, o Sr. Frávio Dino, que acha que é o xerife da nação, se acha todo poderoso, ainda vai ficar de joelho para esse Parlamento. Se aliou ao Supremo, estão aí criminalizando o Google e outros sites, por serem contra essa aberração, serem contra o CPL. Esse Parlamento tem que votar sim, não esse horror produzido nesse texto relator. Tem texto bom aqui na casa. Vamos criar uma comissão especial, vamos dar oportunidade.

E talvez, temos que trazer isso até como PEC, porque não adianta aprovar nada nesse governo, porque ainda tem, na pior das hipóteses, a questão do veto presidencial.

E esse governo tem a cara de pau de vetar tudo, principalmente se for bom para o país. Já fizeram assim com o seneamento, inclusive.

Não respeitaram o Parlamento e querem cancelar o novo marco do seneamento. Assim também é do ensino médio.

Portanto, texto que o Sr. Alexandre Moraes trata no porões dessa casa. Texto que esse governo defende, de novo com o STF, perseguindo as redes sociais, é não. O Brasil não merece ter o governo que tem, por isso.

Com a palavra o deputado Alfredo Gaspar.

Deputada Daniela Reiner.

O deputado Alfredo Gaspar chegou à tribuna.

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, venham aqui hoje falar de algo que afeta diretamente a credibilidade dos poderes na República do Brasil. E não vim falar aqui do PL 2630, que é um verdadeiro lixo que tem que ir, como diz lá na minha cidade, para uma antiga companhia de incineração de lixo chamada Cobreira. Eu vim aqui para dizer a vergonha que o poder judiciário brasileiro está impondo ao povo, aposentando compulsoriamente, para, durante toda a sua vida, um desembargador federal do Tribunal Regional aqui de Brasília, da primeira região, que beneficiou com sua decisão, com a Adrilha Internacional do Tráfico de Drogas.

Para ganhar do povo brasileiro um salário até o fim da sua vida.

Quero dizer ao Supremo Tribunal Federal que não precisa atravessar a praça dos três poderes para direcionar as decisões desta casa. Basta olhar para dentro do próprio poder judiciário para limpar a lama que muitos impõe ao Brasil.

Está na hora de uma CPI da toga. Está no momento de passarmos a limpo aqueles que se acham intocáveis.

Vim hoje a esta tribuna para dizer que é uma grande vergonha um membro do poder judiciário alçada ao cargo de desembargador se aliar uma quadrilha internacional de drogas para dar esse tapa na cara dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Peço, Senhora Presidente, que seja feita uma moção de repúdio pela aposentadoria compulsória de um criminoso que usou a toga para beneficiar grandes traficantes internacionais.

O motivo da minha vinda é para dizer que esse Brasil tem muito lixo de todos os poderes debaixo do tapete e está na hora de nós passarmos a limpo essa nação.

Infelizmente, tudo isso reflete no PL 2630, querem calar a comunicação do povo brasileiro para que nós possamos aceitar essas safadezas diárias que afetam a nossa nação.

Por isso, poder judiciário, não... Por isso, poder judiciário, vocês forçam a nação brasileira a se calar, mas esquecem de limpar a sujeira que está no tapete também do poder judiciário.

Essa aposentadoria mostra que a Câmara dos Deputados precisa mudar a legislação. Aposentadoria é para homens e mulheres de bem, criminoso lugar na cadeia.

Deputada Daniela Reiner. Deputada Daniela Reiner. Com a palavra, colega deputada. Daniela Reiner.

Obrigada, presidente, nobres colegas deputados. Nós estamos, sem dúvida alguma, diante da maior investida, do maior cala-te-boca, como se diz no jargão popular, que já se viu na história desse país. Não estão medindo esforços para regular, para constranger e para calar o povo brasileiro, para calar a todos nós.

Essa PL da censura que está sendo colocada em votação não seguiu o trâmite, não houve audiência pública, simplesmente apareceu na urgência e agora está aqui.

E o Brasil inteiro assistindo e preocupado com o que está acontecendo. A sensação que nos deixa hoje é que nós não precisamos votar a PL da censura, porque a censura já está acontecendo.

A ver o que aconteceu com o Google nessa manhã. O Google que é uma plataforma que os meus filhos usam para estudar, que é a plataforma que as escolas utilizam para estudar.

Quando se fala em escolas padrão Google, são escolas de excelência. E é essa plataforma que os nossos filhos usam hoje e que sabe que forma poderão utilizar amanhã ou não.

Com tudo regulado, com o governo dizendo o que é verdade, o que é mentira, o que é permitido e o que não é permitido.

E o que vai acontecer se alguém falar algo que a comissão da verdade não gostar?

Multa de um milhão por hora, como aconteceu com o Google. E aí se o Google abre a boca, todas as demais plataformas também tem que dar a explicação.

Assim será conosco também, se um deputado abrir a boca, todos vão dar a explicação a respeito do que está acontecendo.

Então, senhoras e senhores, o que está acontecendo é responsabilidade de todos nós deputados. E não só de nós que estamos aqui a semana inteira com a plaquinha na mão, tentando conscientizar as pessoas da gravidade do que está acontecendo. É responsabilidade de quem ainda não se manifestou e que está sendo omisso diante dessa verdadeira aberração do que está acontecendo.

Com a nossa liberdade de pensamento, com a nossa liberdade de expressão. E uma multa de um milhão por hora faz qualquer um calar a boca.

Porque uma empresa que não pode dizer que ela não tem condições de regular o que o governo vai querer que ela regule, passando uma responsabilidade para ela através dessa...

Ela não pode, ela não há condições, é humanamente impossível. A menos que se coloque um algoritmo, para finalizar, senhora presidente,

a menos que se coloque um algoritmo que com certeza serão milhões de

palavras que não poderão ser escritas e pronunciadas, não há como fazer controle.

E uma empresa não pode dizer "eu serei prejudicada", como foi o que aconteceu com essas plataformas. Então meu povo, vamos acordar. Eu pe...

Obrigada deputada.

Obrigada deputada.

Realmente a gente dá um tempo de distensão de trinta segundos.

Para concluir, presidente, por gentileza, que votem pelo bem do povo brasileiro, pela nossa liberdade de pensamento e de expressão.

Obrigada, deputada.

Do Marcos Polon.

Do Marcos Polon.

Na primeira noite, eles se aproximam, roubam uma flor do nosso jardim e nós não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem mais, pisam as flores,

matam nosso cão e nós não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz e conhecendo nosso medo,

arranca-nos a voz da garganta e já não podemos dizer nada.

Esse é de longe um dos dias mais tristes desse parlamento.

Independente do resultado que experimentaremos essa noite, esse é de longe um dos dias mais tristes desse parlamento.

Porque se traz aqui, se traz a casa que deveria defender o povo, a perspectiva de essencializar-lhe um dos direitos e garantias fundamentais do artigo 5º.

O artigo 5º que consta os direitos fundamentais de primeira geração, criados na primeira onda do constitucionalismo, que visam, dentre outras coisas e a principal,

limitar o poder do Estado, o Estado brasileiro, que fará ruborizar George Warrill com o seu Ministério da Verdade, roubando-los o direito a mais frágil das liberdades,

a liberdade de expressão, arrancam-nos aos nácuas as fatias finas a liberdade do povo brasileiro, que ora não pode se manifestar sobre um ambiente pandêmico,

ora não pode se manifestar sobre o processo eleitoral e a partir de hoje discute nessa casa se não poderá se manifestar sobre nada que não agrade o Ministério da Verdade.

Estamos caminhando a passos largos a um regime de exceção terrível e sangrento, pois se perdermos a liberdade de expressão perderemos de imediato todas as outras,

pois nos calarão e não poderemos mais denunciar os arrombos, os abusos, os disparates que tem acontecido nesse regime, regime que se ocupou de prender pessoas,

sem sequer respeitar o devido processo legal, sem sequer denunciar as condutas, estão rasgando a Constituição a passos largos, estão vilipendiando todas as liberdades fundamentais

e aqueles que se calarem, aqueles que se omitirem são mais abjetos, são mais asquerosos, raça de cobras e víboras, sepulcros caiados do que os que votarem contra,

porque ao menos os que se manifestarem contra essa liberdade seguem o seu despódigo propósito de destruir o Brasil, já os omissos covardes sentirão o peso da história.

Conclui, senhora Presidente, pois aqueles que sepultarem a liberdade

do povo brasileiro hoje serão julgados pela história e os omissos num julgamento ainda pior.

Próximo inscrito é o deputado Fábio Faria, Fábio Garcia. O deputado Fábio Garcia está permutando seu tempo com o deputado Eduardo Veloso.

Deputado Eduardo Veloso, vocês já estão prontos para falar? Então eu chamo o deputado Carlos Veras recuperando a inscrição. Se alguém perdeu a inscrição, chegou um pouco depois de ser chamado, por favor dirija-se à mesa que nós vamos anotar para recuperar de qualquer das posições aqui.

Deputado Carlos Veras, em seguida o deputado Eduardo Veloso.

Senhora Presidenta, senhoras e senhores deputados, esse tema é um tema muito importante, que todos nós precisamos ter muita responsabilidade política.

O PL, o projeto de lei 2630, ele vai proteger as nossas crianças, ele vai proteger os adolescentes. Não pode, deputados e deputadas, não podem que no mundo virtual, que na internet seja uma terra sem lei.

Os crimes do mundo real também são crimes no mundo virtual. O que vocês querem proteger? As plataformas que ganham bilhões e bilhões com o conteúdo do ódio, com conteúdos estimulando estupro virtual, com conteúdos estimulando ataque nas escolas, se regulamentar essas plataformas, quantas vidas de crianças, de adolescentes nós não podemos salvar.

É inadmissível que tentem politizar, que tentem transformar numa briga de oposição contra governo, se é um projeto de interesse da sociedade.

Seus filhos, suas filhas, os filhos da sociedade brasileira, num momento como esse, pode estar pelas redes sociais, sendo violentada. Nossas crianças e adolescentes estão adoecendo de depressão, de ansiedade. Não pode que esse parlamento, não regulamente, isso é uma responsabilidade deste parlamento.

Nós somos eleitos e eleitas para isso, para legislar. Não tem censura alguma. O que se tem é uma tentativa e uma função deste parlamento de regulamentar essas plataformas, porque elas não podem continuarem mantendo o conteúdo do ódio, vídeos, informações, que elas sigam ganhando dinheiro em cima disso porque é reproduzido em cima desse conteúdo que está prejudicando, que está matando as nossas crianças, os nossos jovens, os nossos adolescentes. Esse congresso tem responsabilidade e eu não tenho dúvida que isso não vai faltar,

que nós não vamos faltar com a sociedade e com o povo brasileiro.

Por isso é urgente dar um basta nessa irresponsabilidade que tem tido as plataformas com a vida do povo brasileiro.

Para concluir, Presidenta, todos nós, quando chegarmos em casa, olhem nos seus filhos, nos filhos dos vizinhos.

Vocês querem que eles continuem acessando esses conteúdos indevidos que vocês nem sabem muitas vezes que eles estão acessando?

Não tem uma questão religiosa, não é uma questão política, é uma questão de vida das nossas crianças e nossos adolescentes.

Obrigada, deputado Carlos Veras. Com a palavra agora o deputado Eduardo Veloso na permuta que foi feita com o deputado Fábio Garcia, que fica inscrito para a posição anterior do deputado Eduardo.

Obrigado, presidente. Hoje é um dia muito importante aqui no

Congresso Nacional, porque se nós formos perceber na história, hoje nós podemos calar aquelas pessoas que ficaram muito tempo sem poder se manifestar.

A rede social, a internet, ela vem crescendo ao longo dessas duas décadas passadas e deu voz aquelas pessoas, aquela minoria que era obrigado a acreditar em TV e jornal.

Hoje elas podem se expressar. Então hoje eu estou aqui colocando meu posicionamento votando não a censura do PL 2630, pois nós queremos que todas as pessoas tenham a liberdade de se expressar.

Já está escrito na nossa Constituição Brasileira que aquela pessoa que se sentir ofendida ela tem o meio jurídico.

O que nós temos é uma demora de resposta jurídica, não falta de leis para punir aqueles que transgridem ou entram em casos indevidos na vida das outras pessoas.

Então quero reafirmar o meu posicionamento votando não a PL. Temos que dar direito àquelas pessoas se expressar, liberdade de expressão.

Há cinco, quatro anos atrás nós tínhamos várias pessoas que não tinham medo de falar do STF, não tinham medo de falar seu posicionamento.

Hoje a sociedade está calada e isso pode calar mais se essa PL passar hoje.

Então quero reafirmar o meu compromisso com a liberdade de expressão em nome do meu Estado,

dizer àqueles que estão de acordo com esse posicionamento que eu tenho certeza que a maioria da população brasileira

e os meios de imprensa querem ter a sua liberdade de expressão.

Então reafirmo o meu compromisso com não, não a censura.

Muito obrigado, presidente.

A senhora é o senhor deputado Eduardo Veloso. Com a palavra o deputado delegado Paulo Bilinski.

Se encontra, vou selenciar a palavra, deputado.

Meus colegas deputados, já vivemos uma ditadura.

No dia 1º de janeiro de 2023 o acesso do cidadão de bem às armas de fogo para a defesa foi restrito.

Agora o cidadão não pode se defender. Nós já vivemos uma ditadura, temos presos políticos.

Nós já vivemos uma ditadura, temos restrição na liberdade de manifestação de pensamento.

Levanta a mão aqui quem é o deputado que não tem medo de falar mal do Alexandre de Moraes.

Levanta a mão se você tem coragem de dizer que não tem medo de ser preso pelo Alexandre de Moraes.

Levanta a mão se você sabe que a sua imunidade parlamentar vai ser respeitada.

Ninguém levanta a mão. Todo mundo sabe que a gente já vive uma ditadura.

Só que tem um último ponto que ainda existe, que ainda é respeitado, que é a liberdade de expressão.

Na rede social. Se não fosse a rede social eu não estaria aqui.

Eu fiz a campanha mais barata do estado de São Paulo.

Eu estou aqui graças à rede social que me permitiu trazer para todos vocês os paulistas

e os paulistanos que votaram em mim representatividade. E é isso que a esquerda quer tirar.

A esquerda quer tirar a direita de dentro do parlamento, de dentro do congresso.

A esquerda quer impedir que novamente nós tenhamos um presidente como Jair Messias Bolsonaro.

Que todo mundo sabe que em 2018 não era certo não, meu irmão. Era um azarão.

Quem levantou nosso presidente foi a internet, foi a liberdade de expressão.

E é isso que eles querem destruir. Eles querem colocar dinheiro na mão da Globo.

Eles querem impedir que a direita se reeleja. E eles querem garantir que nunca mais ninguém vai poder criticar nada

que não seja de acordo com a agenda do governo. Esse é o verdadeiro objetivo da esquerda hoje.

É calar a todos. É trazer uma única forma de manifestação de pensamento de acordo com o que eles pensam.

Eles não ligam para o fim da rede social. Eles não ligam para o fim da liberdade de expressão.

Eles só querem se perpetuar no poder de forma criminoso e eterna.

Muito obrigado.

Obrigada, deputado. Com a palavra o deputado Paulão.

Senhora Presidente, colegas, deputados, essa casa está fazendo hoje um dos debates com maior conteúdo do mundo.

Nós estamos discutindo aqui as big techs, as empresas de tecnologia que têm tanto poder econômico que é maior do que vários países.

A gente está discutindo aqui o Elon Musk, que é a segunda fortuna do mundo e comprou para brincar a sua comunicação Twitter.

E isso o próprio país que ele é originário nos Estados Unidos tem dúvida nessa compra.

Quem discuta democracia a nível internacional sabe o perigo do controle desse cidadão em relação a esse processo.

Essa casa deveria estar discutindo aqui, era inteligência artificial, que até os seus criadores estão preocupados com o futuro da humanidade.

Portanto, a PL é fundamental para ser aprovada. Ela está nessa casa sendo discutida há quatro anos.

Um debate com a sociedade qualificada e a gente não pode ficar refém de algumas autoridades religiosas que quer voltar o plano da Idade Média.

Quando na década de 40, um deputado do PCB, do Partido Comunista Brasileiro, corajoso, chamado Jorge Amado, coloca em pauta a discussão do Estado laico.

Religião é opinião individual e não do Estado e não pode ser pautado. Portanto, está na hora sim da gente ter controle sobre essas big tax.

Está numa postura correta o ministro Alexandre Moraes quando pauta, estabelece multa para as empresas que não têm fronteiras.

Que não estão preocupados com a individualidade, que tem sua rede podre utilizando a pedofilia.

Os milicianos de Rio de Janeiro, que tem vinculação com o presidente Fulgão, que está inclusive envolvido na morte da Marielle.

Tudo isso tem que ser discutido nessa casa e toda essa rede foi

montada pelas big tax no sentido de colocar a democracia internacional no Brasil.

Portanto, está na hora sim. Vamos votar na PL para que a gente poste.

Ovovendo que a mesa sempre oferece os 30 segundos para o deputado poder concluir.

Inscrito o deputado José Medeiros.

[Sons de voto]

Senhores e senhores que nos assistem, hoje um deputado disse aqui que é um dia histórico para o Brasil e é.

Tristemente, estamos aqui, Congresso Nacional, discutindo se vamos poder falar o que pensamos ou não.

Eu fiquei pasmo ainda agora a pouco quando eu vi a decisão do ministro Alexandre de Moraes.

Olha só o momento em que estamos no Brasil. A Rede Globo e os demais que fazem parte do consórcio têm feito campanha extremamente agressiva em prol desse projeto 2630.

O outro lado faz campanha, contrário, isso deveria ser normal numa democracia, mas não. Não.

Está sendo considerado sabe o que? Fake news.

O mundo está de cabeça para baixo, está faltando só chover para cima. Essa que é a grande verdade.

Então nós estamos, prestem bem atenção, quando nós estamos vendo presidentes de plataformas do tamanho do Google sendo chamados para prestar depoimento por questões que são plenamente normais da democracia, o que dizer do simples cidadão do dia a dia que quer simplesmente se expressar.

Então hoje eu não tenho dúvida de dizer aqui, todos os brasileiros são presos em potenciais se não cuidarem com o que diz ou com o que pensam.

Nós estamos plenamente no cenário do livro 1984 do George Orwell.

Nós estamos no momento em que existe realmente o Ministério da Verdade.

Nós estamos com a espada sobre a cabeça de cada um.

E por quê? Porque um partido que é vivandeira do autoritarismo tomou o poder e é seguido por outras vivandeiras.

Bate lata de Lenin, de Stalin, esses são os ídolos.

Há poucos dias nós vimos aqui as falas do presidente que foi aí pelo mundo batendo lata para todos os ditadores.

O interessante é que eles torcem totalmente a verdade.

Por isso diz "nós estamos vivendo no momento de pós-verdades", porque verdade é o que eles disserem.

Não importa se eles dizem uma coisa agora e outras depois.

E sabe o que é pior disso? É que os poderes que deveriam combater isso, que dão freio de arrumação, não estão fazendo isso.

Então eu peço encarecidamente ao Senado, por favor, dê um freio de arrumação.

Como último orador, deputado Ricardo Salles.

Deputado Jorge Guirte, como último orador.

Deputado Ricardo Salles.

Senhor presidente, prezados colegas, deputados e deputadas, nós estamos diante de um assunto de extrema importância hoje.

Essa discussão do "péle das fake news" ou "péle da censura", como cada uma das partes vem chamando,

ele traz para nós uma reflexão importante.

O Brasil aprovou na sua Constituição de 88 o conceito de não haver censura prévia.

E foi ao longo de muitos anos, inclusive nos quatro anos do presidente Bolsonaro, mantida esta liberdade de opinião, inclusive em prejuízo do próprio governo, que apanhou locamente sobre os mais diversos assuntos.

Saúde, meio ambiente, a pasta que eu ocupei e vários outros colegas passaram pelos maiores constrangimentos, as maiores críticas que não poucas vezes resvalaram para ataques pessoais.

Mas nem por isso o governo do presidente Bolsonaro encaminhou qualquer medida que pudesse ser entendida

como restrição ao direito absoluto à liberdade de expressão.

Essa casa, por outro lado, sob a presidência do nosso colega, presidente Arthur Lira,

tem uma justa preocupação em não permitir que na ausência de regulamentação,

órgãos do judiciário tomem decisões interferindo, não só na prerrogativa dos parlamentares, mas também na vida das pessoas.

Ocorre que, proposto dessa forma e com esse rito, esse procedimento não traz a segurança que os parlamentares querem para poder apreciar.

Portanto, fica um entendimento de nós, deputados da oposição, mas muitos da situação também,

porque esse tema merece, precisa, deve ser analisado com maior cautela.

Importante a posição do presidente desta casa, deputado Arthur Lira, que aqui está, presidente desta sessão,

e não deixar o assunto no vácuo para que órgãos do judiciário interfiram nessas prerrogativas.

Mas não podemos, por outro lado, também permitir que esta discussão seja encerrada em detrimento das liberdades individuais, da liberdade de expressão.

Portanto, senhoras e senhores deputados, é importante que neste momento esse assunto não seja aprovado.

E a gente tem a oportunidade de avançar com essa discussão em outros momentos,

em comissão especial e no rito que melhor aprovar a nossa democracia brasileira e aos ditames constitucionais. Obrigado, senhor

presidente.

A lista de presença registra o comparecimento de 417 senhoras deputadas e senhores deputados.

Passa-se a ordem do dia.

Projeto de lei número 1084 de 2023 de poder executivo. Discussão em turno único do projeto de lei número 1084 de 2023,

que altera a lei número 1089 de 9 de julho de 2004, para garantir as atletas gestantes ou puerperas.

No âmbito da Bolsa Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que a protegem,

pendentes de parecer das comissões de defesa dos direitos da mulher, do esporte, de finanças e tributação, de constituição de justiça e de cidadania,

para oferecer parecer ao projeto pelas comissões de defesa dos

direitos da mulher,
de esporte, de finanças e de tributação, de constituição de justiça
e de cidadania, conceda a palavra a deputada Nelia Aquino.

Pilar, o senhor presidente.

Pilar, deputado Orlando.

Presidente, pode aumentar um pouco o som, presidente, por favor?

Presidente, eu considerando a pauta que prevê a votação logo após
que nós encerremos o exame desses dois projetos que têm urgência
constitucional,

é o projeto de lei 2630, cuja urgência foi aprovada na semana
passada, eu queria levantar uma preocupação para o Vosso Excelência.
Eu fiz agora há pouco uma reunião com a bancada do Podemos, um pouco
antes uma reunião com a bancada do partido Solidariedade.

Tive um pouco antes o encontro, presidente, com o representante da
bancada do Partido dos Trabalhadores.

E tenho recebido uma série de propostas para inclusão no parecer
publicado na última quinta-feira.

Um parecer que cumpriu prazo definido pelo Colégio de Líderes e que
permitiu que as diversas bancadas pudessem conhecer o conteúdo da
primeira volta de conversas, presidente,

com as diversas bancadas aqui dessa casa. Como o senhor sabe, no
parecer publicado quinta-feira, eu retirei a ideia de termos uma
entidade autônoma de supervisão.

E especulamos hoje, durante todo o dia, sobre alguns caminhos
alternativos para que a lei tenha um mecanismo de fiscalização e que
se faça cumprir a lei, aplicando, inclusive, sanções.

Mas ocorre, presidente, que mesmo após todos esses encontros e
ouvindo todas essas bancadas, nós não tivemos, eu assumo como a
minha responsabilidade de relator,

tempo útil para examinar todas as sugestões. Eu gostaria de fazer...

– O de liderança do PEL, seu presidente.

– Eu gostaria de fazer, presidente, um apelo à vossa excelência, se
vossa excelência, consultando os líderes ou usando a prerrogativa de
presidente, se pudesse retirar da pauta de hoje,
para que pudessemos consolidar a incorporação de todas as sugestões
que foram feitas, de modo a que possamos ter uma posição que
unifique o plenário da Câmara dos Deputados, no movimento de
combater desinformação,

garantir liberdade de expressão, responsabilidade para as
plataformas e transparência na internet.

Esse é um tema, presidente, que não é do governo, nem é da oposição.
É um tema do Brasil.

E aqui no preterito, presidente, me permita fazer gincana, mas
produzir o melhor texto possível.

Por isso, faço apelo à vossa excelência. Eu sei que hoje, na reunião
dos líderes, a maioria das bancadas sinalizou que votássemos hoje.

Mas, como relator, quero fazer apelo à vossa excelência para que
tenhamos tempo de produzir o resultado que unifique o plenário da
Câmara dos Deputados. Muito obrigado, presidente.

Ainda vou ver o dia que essa Câmara vai aprender a se comportar. Mas
vamos lá. Eu queria, antes de passar a leitura, porque tem
relatora...

O deputado Anelie está em plenário?

Tem relatora para ler o relator do projeto 1084. Eu queria ouvir

rapidamente os líderes a respeito da pedida do deputado Orlando Silva para poder pontuar, apesar de que a pauta é prerrogativa do presidente da Casa.

Então, colocar ou não colocar é prerrogativa do presidente da Casa. Eu estou sendo justo com o país, não com radicalismos.

Então, eu chamo de novo a tribuna o deputado Anelie e queria ouvir os líderes da Casa, portanto, chamando os líderes a plenário, líderes da Casa que se encontram na Casa, venham a plenário. Eu queria dividir com os senhores e senhoras a decisão que tomarei daqui a pouco, se nós vamos votar o PL ou retirá-lo de pauta no dia de hoje.

Deputado Anelie, por favor, a palavra está com vossa excelência enquanto os líderes chegam à plenário.

O deputado vai apresentar ao parecer agora o projeto de lei número 1084 de 2023, tem o objetivo de garantir às atletas, gestantes ou puérperas que recebam o Bolsa Atleta o respeito, portanto, à maternidade e aos direitos relacionados a ela, as proteções que existem sobre a questão da maternidade, mas para manter, portanto, o benefício relacionado ao Bolsa Atleta para gestantes e puérperas que estão atuando no Brasil.

Em relação ao projeto de lei de enfrentamento às fake news, o deputado Orlando Silva, que é o relator, pediu mais tempo para poder incluir no texto sugestões de demais parlamentares e aí agora o presidente Arthur Lira ouvirá os demais líderes e tomará a decisão se mantém o projeto para hoje ou se vai haver um adiamento em relação à decisão final sobre a presidência das atletas.

O deputado vai apresentar agora a leitura do parecer do projeto de lei 1084 de 2023 para garantir às atletas, gestantes ou puérperas no âmbito do Bolsa Atleta o respeito, à maternidade e aos direitos relacionados a isso.

Ao voto, considero meritório oportuno o projeto ora examinado tendo em vista a necessidade de se garantir o pleno exercício da maternidade das atletas beneficiadas pelo programa Bolsa Atleta, bem como de se oferecer em melhores condições para o desenvolvimento esportivo dos atletas de forma que seja possível conciliar o exercício da prática esportiva com a maternidade.

A proposição demanda alguns reparos a serem feitos por meio de emenda de redação.

A) Na redação proposta no artigo 4B, parágrafo segundo faltou identificar que o caputre referido é o do artigo 4A, onde está especificado o prazo de concessão da Bolsa Atleta.

B) Na redação proposta para o artigo 4B, parágrafo quinto há equívoco referente ao prazo previsto no parágrafo sétimo, pois o parágrafo sétimo não trata de nenhum prazo, mas da concessão dos direitos das gestantes e puérperas também para hipótese de adoção.

C) Na redação do artigo 4B, parágrafo 7, garante-se que para adoção dos direitos reconhecidos no artigo 4B e deixe-se de fora prioridade para a renovação da Bolsa Atleta concedida na nova redação do artigo 4A para as gestantes e puérperas.

Dada a preocupação do projeto em equiparar a hipótese da adoção às gestações e puérperas, entendemos que foi um lápcio e que a inclusão é coerente com o projeto.

Relativamente à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto, cabe-se ressaltar que o regimento interno

da Câmara dos Deputados e a norma interna da Comissão de Finanças e Tributação

definem que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentares e o orçamento anual.

Além disso, a NI prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesas públicas. São consideradas como outras normas, especialmente a Constituição Federal e a lei de responsabilidade fiscal.

O artigo 1º do Parágrafo 1º da NI define como compatível a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor.

E como adequada a proposição que se adapte, se ajuste ou seja abrangida pelo plano plurianual para a lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual.

Em edição, o artigo 1º, o parágrafo 2º da NI prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira às proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentárias e financeiras, o artigo 9º da NI determina que se deve concluir o voto final que a comissão não cabe afirmar a proposição é adequada ou não.

O poder executivo apresenta que o aumento de despesa referente à proposição seria de R\$ 1.090.429,56 no valor total pago às bolsas, que não representam nenhum por cento do valor total da dotação orçamentária atual da ação 09HW, sendo possível que este acréscimo orçamentário seja devidamente suportado pela ação 09HW nos próximos exercícios 2023, 2024 e 2025. O parágrafo 2º do artigo 132 da Lei 14.436 de 09 de agosto de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, estabelece que fica dispensado o atendimento ao disposto nos ensinistros 1 e 2 do caput. Apresentar compensação do aumento de despesa, a proposição legislativa que reduz a receita ou aumente de despesa, cujo impacto seja de até 1 milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2022.

A receita corrente líquida para 2022, de acordo com o relatório de gestão e em foco da União, foi de R\$ 1.253.400.000.000,00.

Portanto, 1 milésimo por cento da receita corrente líquida seria R\$ 12.534.000.000. Além disso, os direitos reconhecidos atletas gestantes estão sujeitos à disponibilidade financeira e orçamentária.

Dessa forma, a proposição deve ser considerada adequada financeira e orçamentariamente. Quanto à constitucionalidade do projeto, observamos que não existe qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do projeto de lei 1.084/2023.

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às distribuições do Congresso Nacional e à legislação de iniciativa parlamentar nos exatos termos dos artigos 24 e Cis 9, 48 e 61, todos da Constituição da República.

Em que respeita a constitucionalidade material, também a harmonia

entre as alterações propostas, com as disposições da Lei Maior. Com relação à juridicidade, o projeto releva-se adequado, o meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido.

O aspecto conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do direito. No tocante à técnica legislativa, a proposição se amolda aos preceitos da Lei Complementar nº 95 de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação de leis.

Conclusão do voto. Ante o exposto no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, somos pela aprovação da Lei nº 1.084 de 2023. Na Comissão de Esportes, somos pela aprovação do projeto Lei 1.084 de 2023.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela compatibilidade e adequação financeira orçamentária do projeto de lei 1.084 de 2023. Na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei nº 1.084 de 2023, com as emendas de redação anexas. Muito obrigada, presidente.

Os líderes já em plenário passam-se à discussão para discutir a favor deputada Glázy Hoffmann.

Obrigada, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Hoje é um dia muito importante para essa casa.

Discutimos dois importantes projetos de lei que têm a ver com a vida das mulheres.

Esse projeto agora que foi relatado pela deputada Nelia Aquino, que concede às atletas do Bolsa Atleta no período de gestação, o direito à licença, maternidade e remuneração, e também o projeto de equiparação salarial.

Dois projetos muito importantes.

Quero enaltecer aqui o governo do presidente Lula por essas duas iniciativas. Vivemos tempos diferentes. Saímos daquele tempo tenebroso em que as mulheres eram atacadas, desrespeitadas, em que Bolsonaro dizia que a mulher tinha que ganhar menos, exatamente porque ela tinha gestação, podia ser mãe, que não empregaria mulheres com o mesmo salário, enfim, de um desrespeito total para um governo onde as mulheres são respeitadas. Não só em relação a ter projetos de lei como esses que estão aqui hoje na casa, mas também no resgate de políticas tão importantes que foram no dia 8 de março, anunciado para as mulheres brasileiras.

E, aliás, o primeiro passo começou já no resgate do Ministério das Mulheres. O Ministério das Mulheres voltou num país em que mais de 50% da população são mulheres, não tem justificativa a ausência de um órgão tão importante.

Mas, além disso, os programas e projetos como a Casa da Mulher Brasileira, o reforço do Disque 180 e outros programas de combate à violência contra a mulher.

E, no dia agora, 1º de maio, quando o presidente anuncia o aumento real do salário mínimo, que passa esse ano para 1320, mas com uma política continuada de valorização real, nós sabemos que a grande parte dos trabalhadores atingidos são as trabalhadoras, que ganham, em sua maioria, pelas funções que ocupam o salário mínimo.

Então, eu quero enaltecer aqui o governo do presidente Lula, um governo com sensibilidade, um governo que respeita as pessoas, um governo que respeita as mulheres, muito diferente daquele governo que nos antecedeu, que só gerou violência, desrespeito, aumentou a violência contra a mulher

e nunca foi capaz de mandar um projeto de lei aqui que reconhecesse o papel das mulheres no desenvolvimento desse país e também valorizasse as mulheres frente aos serviços que nós precisamos e às políticas públicas.

Então, parabéns, presidente Lula, que essa semana o senhor colocou ao Brasil pautas muito importantes

e hoje nós temos a honra e o orgulho de votar dois projetos muito importantes para nós mulheres.

Para discutir o contrário, deputada Bília Brunini.

Para discutir a favor, deputada Alice Portugal.

Vou falar daqui mesmo para evitar atravessar a multidão.

Esse é um projeto da maior importância para o esporte brasileiro.

O Ministério do Esporte foi extinto do governo anterior, do inominável, do apedeuta do Bolsonaro.

Você acabar o Ministério do Esporte é algo inimaginável num país que realizou uma Copa do Mundo

e que tem pretensões de realizar novamente num país que erigiu políticas públicas nos governos de Lula

e garantiu, por exemplo, o programa segundo tempo, uma visão de inclusão social pelo esporte.

A expectativa de que uma criança do contraturno das aulas possa até no seu tempo ocupado

para que nós possamos ter craques de outro tipo.

Esse projeto ele protege a mulher, aquela que recebe o Bolsa Atleta.

Eu sou autora de uma lei que protegeu a pós-graduanda.

E agora o governo traz um projeto de proteção à mulher que recebe o Bolsa Atleta

e que possa ter direito à licença, maternidade.

Por isso é um projeto da maior relevância, que precisa ser aprovado e que outras medidas que pudermos elevar para garantir que o esporte brasileiro

tenha uma feição de inclusão social e, ao mesmo tempo, produz efeitos no alto rendimento

para do Brasil um país melhor, com mais inclusão social, com mais crianças

abraçadas por políticas de Estado em nosso país.

Quero aproveitar esse tempo e ressaltar o trabalho que vem sendo realizado

no Estado da Bahia através da Sudésbio.

Autarquia com autonomia administrativa e financeira, que é associada à Secretaria do Trabalho do seu organograma.

Quero dizer que o trabalho de Vicente Lima Neto recebeu um prêmio da UNO,

pela realização de uma efetiva formação de inclusão social no futebol feminino entre crianças e adolescentes.

Parabenizar o governador Gerônimo por esse efeito e dar nota 10 a esse projeto

que garante a proteção da mulher que hoje recebe o Bolsa Atleta.

E vamos correr para votar o fim da fake news, para garantir

segurança nas redes,
para impedir terrorismo, como que foi feito recentemente em relação
à violência nas escolas brasileiras.
Estou aqui para dizer não a mentira que inclusive ganhou a eleição
no Brasil e não voltará.
Para discutir a favor o deputado José Ildo Ramos.
O nosso primo vai voltar logo.
Discutir a favor o deputado Fernando Amel Quiono.
[Som da polícia]
Presidente, evidentemente aqui nós avançamos um direito para as
mulheres atletas.
O direito da licença maternidade para as mulheres que estão para a
gente e garantindo igualdade
e combatendo o machismo estrutural.
O próximo projeto também pauta um tema de gênero com a questão da
igualdade salarial entre homens e mulheres,
embora tenha décadas na CLT muito distante da realidade brasileira.
Óbvio que as duas votações nós faremos todo esforço para que ambos
os projetos reconheçam e valorizem
o papel e os direitos das mulheres brasileiras.
Nós sabemos também que o povo brasileiro acompanha com atenção o
plenário na noite de hoje,
que uma série de mobilizações da Coalisão de Direitos na Rede, do
Sleep Jans, dos artistas buscando seus direitos autorais,
de defensores das liberdades democráticas que lutam para garantir a
censura de cinco grupos bilionários internacionais
que querem interferir num país soberano, fazendo direcionamento,
impulsioneamento ilegal,
interferindo no debate público de forma criminosa para seguir com
lucros exorbitantes as custas da nossa população.
E nós queremos dizer a todos que nos acompanharam que é preciso
seguir a luta e a mobilização,
que enquanto o relator busca incorporar as sugestões de bancadas, de
parlamentares que se debruçam sobre o tema,
nós temos um desafio social, um desafio social de unificar todos,
todas e todes que sabem a necessidade de garantir transparência,
liberdade de expressão para o usuário, mas combater os crimes,
combater os crimes de violência,
combater os crimes de ódio contra mulheres e contra a comunidade
LGBT, combater a desinformação que custa vidas,
como custou, infelizmente, com o negacionismo da Covid promovido por
alguns, que custa vidas,
como custou o linchamento de uma mulher da baixada santista vítima
de uma fake news,
que custa vidas com um aplicativo, uma plataforma não querendo dar
dados de grupos neonazistas
que tinham vinculação com um ataque nas escolas, na creche de
Blumenau que vitimou crianças.
Nós temos um desafio histórico que é garantir a segurança, a vida, a
liberdade de expressão e as liberdades democráticas do nosso povo,
combatendo o crime, a apologia ao crime e o neonazismo. Nós
seguiremos firmes nessa luta e nessa atuada.
A favor, deputada Dandara.
[Sons de indistin

Presidente, novos colegas, deputados, deputadas, o projeto que vai ser votado nessa casa hoje

é uma grande vitória para as mulheres, para a igualdade e para a gente avançar no campo dos direitos.

As mulheres atletas agora poderão ter direito à licença maternidade sem prejuízo de deixar de receber o bolsa atleta.

Vão receber durante todo o período da gestação, sendo prorrogado até seis meses depois do nascimento da criança.

As mulheres também serão prioridade na destinação do bolsa atleta.

As mulheres grávidas também terão o seu rendimento, olhado o do ano anterior, o do ano anterior,

para garantir que ela não caia no rendimento e nos indicadores.

As mulheres grávidas também não terão a exigência de comprovação plena do período esportivo.

Isso garante a permanência das mulheres esportistas no mundo do esporte.

E nós temos exemplos de muitas campeãs, Brasil, mundo afora, que durante esta ação ainda sincropetiram e treinaram

e depois de ser mãe o rendimento não caiu, mostrando que as mulheres têm sim capacidade de ocupar todos os espaços.

Esse é um projeto do governo federal, construído pelo Ministério do Esporte, a nossa ministra Ana Moser,

junto com a nossa ministra das Mulheres, a ministra Sida.

Eu quero parabenizar que significa uma grande vitória para as mulheres esportistas.

E nós seguiremos avançando com uma agenda de promoção de direitos das mulheres no esporte.

É isso que nós temos que fazer, ao invés de cair em ciladinha dizendo quem pode ou não competir,

nós temos que construir possibilidades e oportunidades para fortalecer todas as modalidades.

Eu estou aqui fazendo coro para que a gente ceder a Copa do Mundo de futebol feminino,

porque o nosso país tem potencial para isso.

Nós temos a melhor jogadora do mundo e vamos mostrar para o mundo como é que se joga futebol

com as mulheres, liderando o time. Obrigada, presidente.

Faz o que eu te a favor, deputada Erika Cocai.

O Brasil voltou, a valorização do salário mínimo voltou, ao aumento da faixa de isenção do imposto de renda voltou.

O combate à destruição do meio ambiente voltou.

E políticas para as mulheres voltaram no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós temos aqui um projeto de alta relevância, que é assegurar o direito das atletas de serem mães,

assegurar o direito à maternidade, que é arrancado na lógica sexista e machista

que perpetua-se neste país e que está sendo enfrentada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós temos 61% das mulheres no mercado de trabalho, as mulheres jovens.

Mas quando as mulheres estão depois da maternidade, até um ano da maternidade,

depois do nascimento do filho, esse percentual cai para 47%.

Portanto, é preciso assegurar o direito à maternidade, assegurar que nós possamos enfrentar uma maternofobia que pune as mães e as mães trabalhadoras.

É preciso enfrentar essa lógica sexista, machista, que é construída com os fios do patriarcalismo, do patrimonialismo, que faz com que o Brasil seja o quinto país do mundo em feminicídio.

E que tenhamos que conviver com a violência que atinge as mulheres, simplesmente por uma construção de gênero que tenta subalternizar as mulheres.

E esta lógica de ódio precisa ser erradicada neste país, inclusive nas redes sociais.

Como é possível alguém vir aqui e defender que esta casa não enfrente o ódio deste lado?

Que o ódio é mentira, que são destilados nas redes sociais, que não se responsabilize as plataformas como se houvesse uma permissão para o crime,

uma permissão para o ódio e o ódio, o discurso de ódio.

Ele ganha pernas, ele ganha pernas, ele invade as escolas e assassina nossos meninos e meninas,

ele invade as casas e assassina as nossas mulheres.

Por isso, esta proposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que foi eleito pelo povo brasileiro para favorecer as mães atletas, ela é uma proposição de quem quer que nós tenhamos a liberdade de vivenciarmos uma humanidade

espraiada por esse país e liberdade para viver uma humanidade, pressupõe o combate às mentiras, pressupõe o combate ao ódio, pressupõe o combate às fake news.

Para discutir, deputada Sam, é o bom fim.

Para o deputado, parabéns por vocês escolheram ele.

O que deixou de eu ver?

A proposta que eu vou dar hoje é de remear a mulher em si.

E de amarrar a mulher em si.

Esta proposta beneficia as gestantes atletas que recebem o Bolsa Atleta,

mantém por exemplo durante todo o período de gravidez a bolsa, além de garantir também mais seis meses de prorrogação, manter os rankings de rendimento anterior.

Deputada, Sam, é bom fim.

De licença a maternidade para as atletas que usufruem do Bolsa Atleta hoje no Brasil.

Segundo a nossa constituição, homens e mulheres têm direitos iguais, mas a gente sabe que não há igualdade de condição para que as mulheres participem de todos os espaços,

inclusive do próprio mercado de trabalho, deputada Benedita, justamente pela dupla, pela tripla jornada,

inclusive há muitos empregadores que não pagam salários iguais para homens e mulheres,

considerando já que elas têm essa dupla jornada,

porque vão precisar se ausentar em algum momento para cuidar de seus filhos.

E bem, a licença a maternidade foi uma conquista das mulheres brasileiras,

mas que ainda não é assegurada, não é assegurada para aquelas que

estão na informalidade,
para aquelas que estão sob regime de CLT, são de apenas quatro meses,
para aquelas trabalhadoras intermitentes, terceirizadas, esse direito não é cumprido.
E mais, se discute pouco no Brasil o conceito da parentalidade, que eu acho que é uma discussão que a gente precisa enfrentar aqui no Congresso Nacional.
Eu sou autora de um PL que já avançou na Comissão do Trabalho, na Comissão de Seguridade Social, que é o Estatuto da Parentalidade, que prevê 180 dias de licença para todas as formas de configurações para familiares, quando são duas mães, são dois pais, são famílias adotivas, quando se trata de mães sola que geralmente contam com a ajuda, com a parceria, o companheirismo de uma outra mulher da sua família, para dividir os cuidados desses primeiros meses de vida. Todas essas configurações precisam ser asseguradas por lei. E nós esperamos que nessa legislatura nós possamos avançar em todas essas modalidades.
Por isso eu queria saudar demais a iniciativa para a gente avançar com esse projeto do dia de hoje.
É para as atletas, mas a gente pode depois discutir a totalidade das mulheres, das famílias brasileiras, sobretudo. E também aproveitar esse tempo de um minuto pela necessidade da aprovação do PL que combate as fake news. Nós estamos falando de garantir um ambiente seguro e de liberdade do uso das redes sociais.
Porque hoje não há nenhum tipo de controle sobre a disseminação de fake news.
As plataformas acabam monetizando, lucrando sob a disseminação de notícias falsas e mais.
Há grupos de ódio que praticam e organizam a prática de violência através das redes sociais.
O atentado na Vila Sônia, em São Paulo, por exemplo, foi anunciado no Twitter no mesmo dia.
E aí numa reunião com o Ministério da Justiça diz que não fere as regras da comunidade?
Ora, mas fere a sociedade brasileira. São os nossos jovens, são as famílias que estão em risco.
A gente precisa garantir liberdade e segurança nas redes.
Não se trata de censura, mas se trata de coerir práticas criminosas e de responsabilizar as plataformas que ganham muito dinheiro no Brasil.
Para discutir a favor, deputado Guilherme Boulos.
Para discutir a favor, deputado João Daniel.
Para discutir a favor, deputado Biakis.
Presidente, esse projeto, ele é um projeto que merece ser aprovado. É um projeto que vai trazer justiça para as atletas, aquelas que são gestantes, coerperas que poderão ser incluídas no rol de prioridade para a Bolsa Atleta.
É uma excelente iniciativa, fico feliz de poder, nesse momento, trabalhar, votar e fazer essa discussão em prol das mulheres atletas. É muito justo que se faça.

Mas, como estamos falando também aqui de combate à desinformação, eu preciso combater a desinformação que veio do lado de lá. E não foi pouca, não.

Ouvi dizer que este governo é o governo que prioriza as mulheres? Que o governo do presidente Bolsonaro não fazia nada pelas mulheres? Tenha santa paciência. No governo passado, se sancionaram mais de 70 leis.

Mais de 70 leis foram sancionadas pelo presidente Bolsonaro em benefício das mulheres.

A então secretária, deputada, que era secretária da mulher, hoje nossa vice-governadora,

Déficit Lina Leão, celebrou, disse que nunca no parlamento brasileiro,

tantas leis em benefício das mulheres foram aprovadas.

E eu estava aqui, tive a felicidade de participar de aprovação dessas leis.

Então, se é para acabar com a desinformação, vamos acabar com a desinformação, vamos parar de mentir.

O que não dá é para ficar mentindo e querer combater mentira nas redes sociais,

mas subir na tribuna e mentir à vontade?

Mentira é mentira em qualquer lugar, na rua, no plenário, é nas redes sociais.

Agora, claro, parlamentar tem imunidade. Não pode ser punido por mentir. É bem verdade.

Mas se a onda agora é combater fake news, vamos ter honestidade, vamos falar a verdade.

Então, presidente, feliz por que podemos aprovar essa lei. Hoje espero que ela seja aprovada

e que as mulheres gestantes, coerbras, possam sim ser incluídas no rol de prioridades para a bolsa atleta.

Possam não ter que cumprir com todo tipo de exercício que tem que ser feito por um atleta.

Possam descansar e cuidar dos seus filhos, ainda aqueles que sejam adotivos,

porque o benefício dessa lei não é só para a mulher, é para a criança,

que é aquela para quem devemos voltar os nossos olhos em primeiro lugar.

Muito obrigada, senhor presidente.

[Aplausos]

Para discutir a favor, deputado Ayrton Faleiro.

Essa história que ele tem que apresentar, o plano de ação para a gente.

E a favor, deputada Marilo Rosário.

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, esta matéria tem grande importância para o esporte brasileiro, para as mulheres e para a maternidade.

Ela constitui aqui a valorização e a igualdade de possibilidades de seguir com o bolsa atleta

e garantir para as mulheres brasileiras a performance necessária, ainda que as questões da maternidade, que devem ser vistas como

dimensão de responsabilidade coletiva,

estejam colocadas como um desafio para todos e todas nós,

que queremos afinal de contas que as mulheres brasileiras continuem a brilhar em todos os esportes como tem feito.

Senhor presidente, portanto, não há dúvida que acerta o governo federal, acerta o presidente Lula, ao trabalhar e retomar o bolsa atleta e a valorização em todos os sentidos para o esporte brasileiro.

Quero, senhor presidente, dizer que esta matéria está colocada antes de uma matéria outra, que votaremos da maior importância para a democracia brasileira. E não tendo outra oportunidade talvez, dizer a este plenário que o voto favorável ao PL que enfrenta as fequírios também será igualmente importante para o Brasil, para a democracia e para o povo brasileiro.

Me posiciono, sobretudo, como coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e compartilho com a deputada Samia, com a deputada Laura Carneiro, com deputadas que defendem os direitos da infância. E nós não podemos mais ver a utilização das redes sociais para a forma mais vil e abjeta de exploração, violência sexual e as formas pelas quais a juventude brasileira também é disputada pela violência e por ideologias vinculadas a todas as formas de ódio que não podemos aceitar.

Senhoras e senhores, nós estamos diante de um Brasil que quer respostas objetivas.

Eu quero cumprimentar o presidente Arthur Lira pelo trabalho desenvolvido de tentar unir o Parlamento em torno da democracia contra os atos antidemocráticos que aconteceram em Janeiro. Quero dizer aos senhores e senhoras que cumprimento também o relator Orlando Silva pelo trabalho realizado.

E dizer aos senhores e senhoras que nós estamos diante do seguinte desafio, aqueles e aquelas que têm certeza de que nós não devemos fazer a nossa pauta a partir do interesse de empresas transnacionais, mas que sabem que o Parlamento deve ser autônomo e defender os interesses do Brasil e a Constituição, sobretudo, já estão posicionados favoravelmente também ao PL que enfrenta as fake news. Muito obrigado.

E chegando para discutir a favor, o deputado Alencança, que está na braga. O deputado Agandir Afegali.

Bom, presidente, colegas deputados, o projeto em pauta, como o outro projeto em urgência constitucional, são projetos que ao travarem a pauta dão relevância a dois projetos fundamentais que a casa, inclusive, vinha tratando de um deles, que é a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerce a mesma função.

Este, particularmente, que estamos votando, é o que garante a licença gestante na prática para as mulheres atletas, o que é o reconhecimento de um direito constitucionalmente garantido a todas as mulheres a sua maternidade.

Portanto, me parece que não há dúvida nesse milenário sobre esse direito e nós votaremos aqui, aprovaremos esse projeto e daremos uma resposta muito positiva do Parlamento brasileiro a esta matéria.

Como também esperamos que também tenhamos uma resposta muito

positiva ao projeto de lei seguinte, encaminhado pelo presidente Lula de igualdade salarial entre homens e mulheres e que nós já tratamos aqui durante alguns anos e não conseguimos aprová-lo. E é fundamental que tenhamos avanços para a pauta das mulheres, essa pauta de gênero tão decisiva para o Brasil e para as trabalhadoras brasileiras.

Mas eu gostaria também, desse minuto e meio que me resta, avançar aqui para dizer que nós estamos muito próximos de fazer valer uma ação do Parlamento brasileiro que tem que se impor na luta contra as big tax, na luta pela afirmação da liberdade de expressão, contra o crime, o crime nas plataformas digitais e acabar com as fake news de fora e de dentro. Aqui de dentro também desse Parlamento, onde muitos parlamentares reproduzem a mentira, a inverdade e a submissão desse Parlamento, a ganância e o poder econômico dessas big tax que fazem ingerência aqui dentro para continuarem lucrando trilhões em cima do crime contra crianças, contra adolescentes, permitindo apologia à tortura, permitindo apologia contra o Estado democrático e direito, apologia ao racismo, apologia à violência contra as mulheres e apologia a crimes que a nossa Constituição não permite.

O Projeto de Lei dos meia-trinta que é relatado pelo deputado Orlando Silva, em nenhum momento ofende a liberdade de expressão, ofende a liberdade de manifestação, mas ele impede sim o crime. Essa é uma questão planetária regulamentada e vai sim remunerar aos jornalistas, vai se remunerar aos artistas e vai enfrentar o crime sem ferir a liberdade de expressão.

Para discutir a favor, deputada Ana Pimentel.

Senhor Presidente, a desigualdade entre homens e mulheres ainda é um marco na sociedade brasileira.

Nós sabemos que ela se expressa de diversas maneiras, seja na violência contra as mulheres, seja na realidade do mundo do trabalho que ainda paga menos as mulheres por trabalhos realizados iguais e seja no esporte, que é uma desigualdade ainda marcante. O mundo do esporte ainda tem uma desigualdade marcante entre homens e mulheres. Esse projeto de lei vai exatamente contribuir para que a realidade das mulheres atletas seja equiparada à realidade dos homens atletas. Nós sabemos que o esporte ainda é um universo marcadamente machista no Brasil. Nós sabemos que as mulheres atletas recebem menos do que os homens, sabemos que elas são vítimas de discriminação, preconceito, muitas delas, inclusive preconceito racial, e explicitaram isso no último período, muitas delas sofreram crimes de ódio na internet, inclusive. Esse projeto de lei vem equiparar uma realidade que é importantíssima, que é o desejar ser mãe

as mulheres atletas possam receber a bolsa e conseguir manter a sua carreira em alto nível de rendimento. Nós sabemos como ele é fundamental para que as mulheres atletas que optam por ser mães consigam continuar a sua trajetória dentro do esporte de alto rendimento. Então, portanto, esse é um projeto muito importante que marca um compromisso do governo Lula que tem sido essencial, que é de construir a igualdade entre homens e mulheres na nossa sociedade. E daqui a pouco, senhor presidente, vamos votar um projeto de lei que está amplamente relacionado com esse, que é exatamente o projeto de lei que vai garantir condições igualitárias para as mulheres e os homens na internet. A verdade é que a regulamentação dos meios de comunicação proposta pelo PL 2630 vai contribuir decisivamente para as mulheres, porque nós sabemos que o crime de ódio é direcionado majoritariamente às mulheres na internet. Crime que na nossa sociedade já acontece, mas que não acontece livremente na internet. E é por isso que nós precisamos da regulamentação da internet para impedir que o ódio e a violência que são disseminados hoje amplamente e ferem diretamente às mulheres seja impedido e seja responsabilizado. As empresas e plataformas que permitem que o crime de ódio aconteça sobre as mulheres devem ser responsabilizadas. E é só com regulamentação que nós teremos uma verdadeira democracia no ambiente. Declare encerrar a discussão. Eu queria aproveitar a presença dos líderes antes de deliberar e ouvir rapidamente o líder exemplenário para que se posicionasse a respeito do pedido do relator do projeto 2630 sobre mais prazo para discutir com os partidos as emendas que foram oferecidas. Líder do PL, deputado Alteneu, aliás, líder do bloco do Progressistas União Brasil e outros partidos. Deputado Fufuca, deputado Eumar, qualquer membro do bloco. Senhor presidente, é de consenso de todos que fica inviável hoje a consequente aprovação ou tramitação dessa matéria para votação de todos. O relator agora a pouco recebeu mais de 90 emendas para um projeto que muitos não conhecem o texto, muitos querem se aprofundar nessa matéria e eu gostaria de, pela boa fé e pelo bom entendimento, que nós pudéssemos adiar essa votação, retirar de pauta essa matéria para que todos possam construir um texto que passe aqui com ampla maioria, que todos tenham a certeza que estão votando o que é melhor não apenas para o parlamento, mas também para o Brasil. Então, peço que seja retirada de pauta e é esse o encaminhamento do maior bloco da casa da Câmara Federal do Brasil. Deputado Hugo, pelo bloco Republicanos, MDB, PSD, podemos. Senhor presidente, dialogando com os demais líderes e claro, internamente com as nossas respectivas bancadas, nós primeiramente gostaríamos de cumprimentar o deputado Orlando Silva pelo seu

brilhante trabalho. Deputado Orlando teve a capacidade de ao longo do período dessa relatoria, ouvir sugestões, aquecer na elaboração do seu texto, procurou ser um deputado bastante acessível a todos os deputados na construção do relatório, isso eu acredito que é unânime na casa a capacidade de diálogo que o deputado Orlando teve, mas que, diante do fato da não possibilidade de termos discutido a fundo o relatório, e sim, mais uma vez, a matéria ter sido tratada por narrativas, que muitas vezes nem verdadeiras são, acabaram por contaminar a discussão desse projeto.

Nosso bloco entende que deve haver sim uma regulamentação, nós devemos avançar nesse tema em algum momento, porém, diante dessa contaminação acontecida, infelizmente, muito pela polarização acontecida aqui dentro da casa, fruto do resultado ainda da eleição do ano passado, acredito que essa contaminação acabou inviabilizando a apreciação dessa matéria no dia de hoje. Nós queremos sim, presidente, discutir a fundo, não dá para deixarmos de regulamentar e de tratarmos a situação das plataformas digitais, porém, no dia de hoje, o bloco, atendendo o pedido do deputado Orlando, e entendendo que esse não é o momento, nós apoiamos a retirada de pauta do texto, o Horace sendo discutido. Muito obrigado.

Presidente Neu.

Presidente, a posição do PL é o desejo de votar a matéria hoje, conforme nós conversamos na semana passada, a gente entende o deputado Orlando e respeita o posicionamento dos demais líderes, mas o posicionamento do PL é de votar a matéria hoje. Se V. Ex. decidir por não votar a matéria hoje, a gente gostaria de pedir a V. Ex. que se tem uma data já marcada para votar essa matéria.

Tá, o do Zeca Zizel.

Presidente, a bancada do PT quer, antes mais nada, reconhecer o belo trabalho que fez e está fazendo o relator Orlando Silva. A ponderação que ele traz aqui, que já foi acompanhada por outros líderes de adiamento, eu tenho certeza que é meritória terá aqui o nosso apoio, mas eu sei também e quero expressar aqui que não é o nosso desejo inicial, todo mundo aqui tem senso de urgência. Os que têm um mínimo de consciência sabem que esse tema não é mais como era três anos atrás, um tema que apenas procurava combater a disseminação de mentira e de fake news. Hoje, o avanço do crime que é cometido no dia a dia da internet está safando vidas, está tirando vidas de crianças, está levando o terror para dentro das escolas, está destruindo a vida no nosso país. Quem vai não deve ter sensibilidade com o que acontece no país. Nossa bancada continua sensível ao tema,

nossa bancada tem noção de urgência, mas nós não vamos fazer nada, nós não faremos nada de forma assodada para dar vez à aqueles que querem confundir a sociedade, confundir o plenário e transformar um tema tão importante como um tema de disputa de governo e oposição. Não é disputa de governo e oposição que tem colocado no texto e no relatório do deputado Orlando Silva, é o essencial para regular as redes e para punir quem comete crimes e punir aqueles que permitem que os crimes sejam conhecidos, cometidos mesmo dentro do seu conhecimento. Então nós concordamos com o diamento, vamos lutar para que mais adiante esse texto seja aprovado porque o Brasil necessita dele.

Deputado André Figueiredo.

Senhor presidente, da mesma forma que o líder Zeca de Seu se posicionou, nós do PDT, inclusive dentro da bancada, somos 18 parlamentares e os 18 se manifestaram favoravelmente a votar o PL

hoje e aprová-lo. É um projeto imprescindível para o Brasil. Mas também temos a compreensão, dito pelo deputado relator Orlando Silva, da necessidade de se ater às mais de 70 emendas que vieram depois, mais de 70 sugestões que vieram depois da aprovação da urgência semana passada. Se quiséssemos votar de forma assodada a semana passada, teremos votado e certamente a Sematerra já teria ido para o Senado.

Mas queremos fazer com que esse projeto, pelo mérito que tem, que possa ser muito bem analisado e consequentemente essa casa, dá uma grande contribuição para que o Brasil não fique a mercê da proliferação de mentiras. O PDT acompanha a retirada.

Deputado Boulos.

Presidente, em primeiro lugar, eu quero aqui repudiar a campanha vergonhosa que foi feita por corporações de internet inventando fake news sobre o PL da fake news. Em segundo lugar, a cada dia que a gente

fica sem votar esse projeto é permanecer a internet como terra sem lei. Quando teve os massacres nas escolas, contra as escolas, na semana do massacre em Santa Catarina, o ministro da Justiça apresentou mais de 400 perfis ao Twitter de gente que estava estimulando o massacre e o Twitter se recusou a retirar porque não tinha lei. Vai continuar esse vácuo.

Em terceiro e último, presidente, eu quero dizer aqui que também, para concluir, que a cada dia que essa casa tarda é um dia a mais que o Supremo vai tomar definições sobre esse tema. E, apesar disso, para concluir, dizer que nós respeitamos o trabalho feito pelo relator Orlando e, por isso, respeitamos o pedido dele de adiamento por mais alguns dias.

Deputada Jandira. Deputado Fred.

Senhor presidente, nós estamos prontos para votar o projeto a qualquer momento que ele seja colocado

em pauta, inclusive hoje, porque entendemos a necessidade do combate ao crime nas plataformas digitais. São crimes que atingem crianças e adolescentes para além de todos os outros crimes

nas plataformas e temos esse Congresso que precisa afirmar a sua altivez contra a ingerência externa das big techs no funcionamento parlamentar.

No entanto, senhor presidente, nós precisamos dar continuidade ao belo e amplo trabalho do relator

Orlando Silva e foi dele o pedido para concluir a construção do seu relatório. Portanto, nós não

podemos negar a ele a conclusão do seu trabalho que houve as bancadas, houve as sugestões e precisa

concluir o seu trabalho a partir do seu contato, do seu diálogo com as bancadas.

Em respeito ao pedido do relator da...

O deputado Orlando Silva, nós concordamos em adiar a votação na data de hoje.

Deputado Fred.

Senhor presidente, eu particularmente votei a favor da urgência e acredito que todos os parlamentares, os 503, são contrários a fake news. Ninguém quer fake news. Todavia, eu quero lembrar uma fala de JK.

Eu não tenho compromisso com o erro, tenho compromisso com o acerto.

O texto, muito embora o relator tenha

se esmeirado, se esforçado, precisa ainda de ser muito aprimorado para que a gente não confunda

fake ou censura, censura com fake. Portanto, o patriota é a favor do adiamento.

Está mais algum líder de partido?

Estou aqui, presidente.

Um líder de partido, deputado Adriana.

Presidente, nós desde o começo defendemos a criação de uma comissão especial para defender esse tema.

Hoje estamos prontos para votar na data combinada e temos 90 emendas que precisam ser definidas.

Então, somos favoráveis a votarmos hoje e no limite criarmos uma comissão especial para debater

como se deve esse projeto e essas 90 emendas. O tema é complexo, o tema é polêmico e o plenário não está maduro para votar.

Muito obrigada.

Deputado Eduardo.

Presidente, a chance desse projeto proteger as nossas crianças nas escolas é tão grande quanto a entrega da PICAM

aprometida na eleição. A gente sabe do esforço do relator Orlando Silva em modificar esse projeto ouvindo a vários partidos políticos.

Mas, independentemente do que nós aprovamos aqui, ele vai para o Senado. E da maneira que esse projeto vem do Senado, ele é muito

ruim, seu presidente.

Eu, aqui, faço mais um apelo também para que há uma semana atrás nós estávamos falando que esse projeto precisava de mais debate.

No entanto, fomos, de certa maneira, assodados pela base governista que queria votar sempre alegando que já havia sido aprovada a

urgência.

Finalizando, a população que acompanha o processo aqui, dentro do plenário está percebendo que nem sempre quem vota a favor da urgência vota a favor do mérito do projeto.

Então, dessa maneira, eu sou favorável de votarmos hoje o mérito desse projeto.

Mas, se V. Ex. pelo poder de agenda, se não entender e optar pela retirada de pauta, pergunto se seria possível a extinção do requerimento de urgência e se há...

E se há, presidente, talvez uma nova data para que a gente possa apreciar esse projeto. Muito obrigado.

Jordi, como último orador.

Presidente, a oposição prefere que o acordo seja mantido, possamos votar hoje a urgência, já foi amplamente debatido, a grande verdade é que ninguém quer fazer novas alterações.

Eles querem mais tempo para conseguir votos, oferecendo os 10 bilhões de menos parlamentares que têm sido amplamente divulgados. E eu quero aqui dizer, senhor presidente, que esse debate está sendo utilizado de uma forma muito rasa.

Falando a respeito de massacre de crianças, o projeto vai muito além disso. O projeto, inclusive, trata de direito autoral, de artistas, de remuneração de empresas jornalísticas.

E se esse mesmo ponto fosse aquele que eles quisessem que fosse aprovado a questão de reprimir esses massacres de crianças nas escolas,

deveríamos tratar somente dessa pauta e não de matérias estranhas que não têm nada a ver com um PL de desinformação.

Por isso, queremos que ele possa ser votado hoje e se não for votado, que possa dar uma nova data. Obrigado.

Bom, antes de passar a votação do projeto, eu vindo atentamente ao pedido do relator, que para mim já era suficiente, os líderes, na sua maioria, também caminham por uma saída da manutenção do diálogo.

E, portanto, de ofício, o projeto não será votado na noite de hoje. Passa-se a votação, lista de encaminhamento.

Todos a favor do projeto 1084, todos abrem mão do encaminhamento?

Sim, para todo mundo?

Ah, eu queria falar.

Em votação, aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham.

Aprovado. Em votação, as emendas de 1, 2 e 4, aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham.

Aprovado. Em votação, redação final, aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham.

Aprovada. A matéria vai ao Senado Federal.

Deputada Nelly, como relatora, desejo usar da palavra.

Presidente, muito obrigada. Eu quero agradecer a todos os nossos colegas.

Agradecer principalmente por ser relatora desse projeto.

Primeiro projeto que eu relato aqui na Câmara.

E eu estou aqui para isso, representar Minas, representar o nosso país.

Cuidar das mulheres, dar para elas dignidade.

As mulheres têm o direito de disputar, de participar de esporte e ter suas garantias.

Muito feliz com a aprovação desse projeto. Muito obrigada.
Presidente, pela ordem, presidente.
Quer tempo de liderança, deputado?
Após pela ordem. Primeiro eu quero pela ordem.
Pela ordem?
Pela ordem, sim.
Pela ordem?
Pela ordem.
Então me justifique pela ordem.
Pela ordem é diferente de questão de ordem. V. Ex. entende muito bem o regimento.
Então diga como é pela ordem.
Pela ordem eu não preciso citar nenhum artigo.
Onde é que tem o regimento da Pela Ordem?
Pela ordem, vários líderes pediram uma data V. Ex.
Gostaria de saber se V. Ex. era possível acertar data com esse parlamento.
Não, não. Não vou acertar data no dia de hoje, deputado.
De liberação.
Projeto e Lei nº 1085/2023.
Do poder executivo de discussão em turno único do Projeto e Lei nº 1085/23.
Que dispõe sobre igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para os exercícios da mesma função.
E altera a consolidação das leis de trabalho aprovada pelo Decreto e Lei nº 5452/1º de maio de 1943.
Pendente de parecer, das Comissões de Defesa e Direitos Humanos da Constituição de Justiça e Cidadania.
Questão de ordem, senhor presidente.
Artigo 47.
Hoje não, deputado.
Solicito o tempo de liderança para que o deputado Sostens faça uso da palavra pelo P.L.
[SOM DE CONVERSÃO]
Alô.
Tempo de liderança, deputado Sostens.
Os deputados vão votar daqui a pouquinho o projeto que trata da igualdade salarial remuneratória entre mulheres e homens para o exercício de função similar.
Deputado Sostens Cavalcanti pela liderança do P.L.
Com outros colegas, deputados, eu gostaria hoje de, no tempo de liderança do nosso partido, neste início, me dirigir com muito respeito ao presidente da Casa Artulira, a quem perderia a vênia de sua atenção, seu presidente.
Seu presidente.
Seu presidente.
Eu sei que a Casa é agitada, mas eu gostaria de me dirigir ao presidente da Casa com muito respeito e gostaria da atenção.
Eu sei que os colegas querem conversar com ele, mas eu gostaria de, na tribuna, eu estou insistindo para poder me comunicar com o presidente.
Artulira, se eu conseguir os colegas um tempinho da presidência, eu sei que todos precisam falar.

Me dirijo com muito respeito ao nosso presidente, que foi eleito com a votação histórica nesta Casa.

Diga-se de passagem.

E, presidente, tudo isso por mérito de vossa excelência.

Vossa excelência se destaca nesta Casa ao longo de seus quatro mandatos como deputado federal, como um homem pacifista, como um homem do entendimento, como um homem de palavra.

E é por isso que vossa excelência conseguiu, nesta última eleição, unir da direita à esquerda e levar para o legado de um colega lagoano a história de um homem que passa nesta Casa e consegue fazer um feito histórico.

Isso é muito importante.

E nós, esta Casa, sempre há de reconhecer. E estou para dizer que o tempo irá passar e não existirá, talvez, um segundo Artulira para fazer o feito que vossa excelência fez.

Gostaria de iniciar dizendo isso para dizer o que nutro de respeito e carinho por vossa excelência.

Só que eu aprendi e essa semana eu vi que ontem seu pai, que no dia da sua reeleição, inclusive todos vimos aqui condolidos que não esteve bem de saúde, completou aniversário.

E eu sei que com os nossos pais, em especial com o seu, vossa excelência aprendeu tudo que temos na vida.

E uma das marcas que eu tenho convicção que vossa excelência tem é ser um homem cordato, do diálogo, respeitoso.

A função que vossa excelência ocupa e com todos os votos que obteve dessa Casa, requer de vossa excelência cada vez mais esse espírito altivo que lhe é peculiar.

E é natural, nós somos seres humanos. Quem nunca falhou na vida, quem nunca errou, apinal de contas Jesus mesmo na palavra de Deus diz na Bíblia, quem nunca pecou, que atire a primeira pedra.

Quem sou eu para atirar a pedra em alguém muito menos em vossa excelência? Ao contrário.

Agora, devo com muita humildade, Sr. Presidente, me dirigir com todo este respeito, dizer que o chip mudou.

Hoje a oposição está do lado de cá, vossa excelência compensou bastante o lado de lá, na Legislatura passada.

Nós precisamos, e eu fiquei triste, ver uma tribuna hoje para abrir meu coração, para dizer que vi.

Eu sei que vossa excelência não fez por mal, porque eu conheço o coração de vossa excelência.

Mas vossa excelência fez uma crítica ao líder do PL, ao Tineu, na semana passada, de descumpridor de acordo.

Isso não foi correto. Deixou a minha pessoa triste, deixou a nossa bancada triste e nós somos solidários com o nosso líder.

Nós vimos vossa excelência caçar a palavra, não deixou ele continuar falando, do líder da frente parlamentar evangélica.

Sabe por que hoje não se votou o PL da fake news? Porque o deputado ali sequer foi para o seu estado e passou o fim de semana em

Brasília ligando para deputados.

E se colocasse para verdê, para votar, este PL hoje seria derrotado.

Não colocaram para votar porque sabe que iam perder.

Então, presidente, eu quero aqui abrir o meu coração de dizer da minha tristeza que estas não são características de vossa excelência.

Características de vossa excelência são totalmente avessas ao que vimos na semana passada.

Então, neste tempo de liderança, gostaria só de trazer essa reflexão com todo o respeito à sua presidência, porque nós continuaremos sendo bem presididos por vossa excelência, como sempre foi.

Agora, precisamos que o partido liberal, a nosso líder, as nossas lideranças, sejam respeitados por essa presidência, que a semana passada, lamentavelmente, acho que por ânimos acirrados, por questões pessoais, talvez não houve isso com os nossos colegas.

Eles não me pediram para vir falar, eu não gostaria que eles se sintam mal, mas me sinto no dever de, por ser solidário aos meus colegas, colocar desta forma.

Colegas, termino dizendo ao Brasil, sabe por que o PL da fake news não foi pautado hoje?

Porque aqui nesta Câmara tem uma bancada de deputados conservadores de direita que não vão aceitar censura neste país.

Nós vamos continuar a luta, e não é o STF que vai passar pito em deputado para votar o que eles querem.

Aqui nós temos mandato, e nós vamos nos fazer respeitar. Queremos, há problemas comerciais entre as big techs e empresas, estamos dispostos a dialogar para resolver, mas não nos venham querer enganar com história de fake news.

E se impor enquanto aqui estamos votando, ministro do STF vai do outro lado para querer intimidar deputado, isto aqui não vai funcionar.

Isto aqui é democracia, isso aqui é parlamento. E as instituições democráticas deste país precisam respeitar a independência dos poderes.

Quero deixar este recado claro, respeitamos o STF, respeitamos o Executivo, mas não desrespeitem o parlamento. Obrigado.

Deputado Sostens, Plenário, amigos que defendem a liberdade.

Deputado Sostens, com a mesma atenção eu queria que você ouvisse uma, esclarecer a pequena parte da sua fala.

Não é fácil para mim, olhando para os 464 eleitores daqui de cima, tomar posições que só lhe agradem, ou só agradem o outro lado.

É muito difícil estar aqui no Plenário e o senhor viu que na sua fala ninguém lhe escolhambou do lado de cá.

Mas o senhor estava ali aplaudindo quem vaiava, um companheiro que usava o tempo de liderança para expressar o que ele pensa.

Eu só estou, eu lhe ouvi agora o senhor vai querer fazer um debate, agora o senhor me desculpe, não, o senhor fez porque eu vim daqui.

Deputado Sostens, aplaudiu quem vaiva, deputado Sostens, se o senhor me permite então a gente encerra a discussão, não tem problema eu lhe respondo no privado.

Eu estou sendo, porque eu vi o senhor fazendo aqui, o senhor como membro da mesa tem que entender que eu permiti que o senhor falasse, para o senhor falar o que eu sabia que o senhor ia dizer, porque vieram me avisar, pela liberalidade do tratamento que eu tenho de amizade com vossa excelência.

Porque como membro da mesa o senhor não podia usar o tempo do PL. O deputado requisitou ali o tempo de liderança por uma questão de ordem, ele disse não precisa, ele vai falar.

Então o que eu quero deixar claro é o seguinte, vocês não podem me aplaudir quando eu cumpro o regimento e pauto a CPI do MST. Vocês não podem me aplaudir quando eu cumpro o regimento e disse que pautaria o marco temporal, se o Supremo pautasse lá o marco temporal no Supremo.

Também não posso ser criticado porque defendo que essa casa se posicione, independente do mérito a respeito de um problema que afeta mais o senhor do que a oposição ou a situação de hoje. Quais foram os deputados que tiveram as suas contas suspensas? O deputado Autônio ainda está com a conta suspensa por falta de legislação.

Então essa casa sempre foi acostumada, deputado Sostens, a discutir temas e eu nunca fugi disso.

Na reunião da mesa da minha residência, da residência da Câmara dos Deputados, na semana passada nós fomos discutir ideias, como hoje da mesma forma, textos.

É esse que o relator está pedindo hoje, mais tempo para discutir, texto. O tempo que nós queríamos porque o acordo caiu na semana passada, nós poderíamos ter votado esse projeto do outro dia, a urgência foi aprovada na terça.

Nós demos os oito dias para que as big techs fizessem o horror que fizeram com a Câmara Federal.

Eu não vi aqui ninguém defender a Câmara Federal. Num país com mínimo de seriedade, Google, Instagram, Facebook, TikTok, todos os meios, rede Globo quem quiser, todos os meios tinham que ser responsabilizados.

Você vai ver em todos, como é que você tem aqui num site de pesquisa um tratamento desonroso com essa casa que está vendendo e votando coisas contra a população brasileira.

Então eu não tenho juízo de mérito, eu não estou defendendo o texto A ou o texto B. Nós estamos defendendo que se construa textos.

A partir do momento que a gente chegou numa discussão que não se constrói textos, Luiz, eu concordo com o absurdo, cada um pode dizer, a gente só tem que respeitar a fala do outro nesse plenário. Enquanto não respeitar a fala do outro nesse plenário, nós não vamos ter paz. Então bata na Globo, Luiz, bata na Globo. Bata na Globo da tribuna.

Se você tem voz e vez, eu não vou discutir. Só estou aqui dizendo aos sóstices que eu quero que fique claro, deputado de sóstices, que o mesmo cuidado, carinho e atenção nós temos.

Não é fácil conduzir o plenário nesse tema de acirramento. Eu estava sendo agora cobrado por deputados porque determinados processos não foram para a Comissão de Ética.

Todos as representações foram e irão para o Conselho de Ética para que essa casa tenha rumo. Então, mais uma vez, nós temos que nos acostumar nesse plenário, nesse início de legislatura, a discutir ideias.

Desce o cacete nas ideias, suba o tom do debate, mas vamos parar com esses achincalhes de parte a parte porque isso não vai levar a gente a discutir nenhum tipo de votação.

Então, me desculpem pelo desabafo. Essa conversa nós vamos ter ainda pessoalmente, mas deixar bem claro que a fala de vossa elência foi uma liberalidade da presidência pelo que o senhor representa para esta casa,

para a bancária evangélica, para os conservadores de direita, como cargo de vice-presidente. Não era permitido que vossa excelência usasse o tempo de liderança para falar no plenário desta casa.

Nós demos e ouvimos. As críticas são bem-vindas, mas nós vamos encontrar um caminho do meio para sair de essa situação e o tempo é primordial para isso.

Se o juiz não chegar, paciência, nós vamos ter o resultado que o Brasil espera ou merece.

Há requerimento sobre a mesa de requerimento de votação pelo processo nominal do requerimento de retirada de pauta, eu dou de ofício.

Portanto, há o requerimento de retirada de pauta com votação nominal. Pare caminhar a favor do requerimento, deputado Gilgourtis. Houve um acordo entre os partidos. Espera aí um minutinho.

O presidente, o retirado de pauta é do PL?

É retirado de pauta do PL, deputada Bia.

Nós fizemos um acordo. O PL vai retirar toda a obstrução, se reservando direito de votar contrariamente ao projeto, nós vamos retirar a obstrução, tendo em vista o acordo em que os nossos destaques foram atendidos.

Muito obrigado, deputada Bia. Retirada, destaque do PL. Para oferecer, parecer o projeto, as emendas em plenário número 1 e 2, pelas Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Trabalho e de Constituição e Justiça e Cidadania, concedo a palavra a deputada Jacque Rocha.

O presidente, tenho o pedido de retirada de pauta do novo.

Perdão, deputado Gilson, eu não tinha sido informado.

Requerimento de retirada de pauta.

Um esclarecimento, presidente. Eu estou sendo informada aqui, queria ver com a relatora.

Um dos nossos destaques que foi objeto de acordo, que era retirada da previsão de uma liminar satisfativa, que tanto o PL como a União não concordam, e que no acordo teria sido retirado,

estou sendo informada que ele permanece no texto. Eu só queria checar com a relatora se foi atendido.

Enquanto o deputado Gilson encaminha o projeto de retirada, o excelente se conversa com a relatora.

Sem prejuízo, de que se quiser voltar com o requerimento de vossa excelência.

Só para o deputado Gilson encaminhar e o pedido do PL tem prioridade.

Deputada Jacque.

Senhor presidente.

Presidente. Presidente Lira. Presidente Lira.

É só para fazer um registro, eu tenho que reconhecer a defesa do deputado Sostres.

Eu sei da luta dele, eu sei da disposição de vossa excelência de algo e fazer um pedido aqui.

O Brasil espera que essa casa de fato assente com tranquilidade como pedimos a semana passada

e foi o meu esforço para que de fato a gente dê ao Brasil uma sensação de que temos liberdade. Obrigado.

Agradeço ao pastor Sostres também por me citar aqui no parlamento.

Obrigado.

Deputado Gilson. Obrigado presidente.

Presidente, esse projeto 10/85/2023 tem o objetivo nobre, que é de equilibrar,

ter uma isonomia salarial entre homens e mulheres.

No entanto, esse fato, esse ponto já é constitucional deputado Luiz Felipe.

Está no artigo 5º inciso 30 da Constituição Federal.

Como se não bastasse, também está no artigo 461 da CLT.

No Brasil já é obrigatório o salário igual entre homens e mulheres que desenvolvem a mesma função.

Por outro lado, o que inova esse projeto em dois pontos?

Primeiro, ele cria uma exigência de relatório de transparência salarial para empresas que alcançam 20 salários mínimos.

Ou seja, se tem 19 não precisa, se tem 20 precisa.

E além disso, ele se pula uma multa de 10 vezes o salário, se acaso for constatado alguma irregularidade,

que obviamente será possível se constatar no dito relatório.

E, em caso de reincidência, a multa pode ser levada em 100%.

Qual é o problema desse projeto?

De que o fim que se espera pode infelizmente se voltar contra as mulheres,

na medida em que o empregador vai ficar extremamente temeroso de contratar novas mulheres,

porque ele vai ter temor de levar essa multa exorbitante.

Lembrando que esse projeto não exige qualquer tipo de comparação ou equiparação,

tanto de experiência como de formação.

Basta o cargo ser igual, o que é muito ruim, porque o salário da mulher pode não ser elevado,

porque o do homem também não é.

É muito ruim nivelar por baixo.

Nós também queremos que o salário das mulheres, assim como dos homens, sejam superior.

Mas a gente só vai conseguir fazer isso com a facilitação do empreendedorismo,

facilitação de contratação de novas pessoas e principalmente das mulheres.

Fazendo com que a lei desse tipo for aprovada, nós vamos inibir infelizmente a contratação de mulheres.

E sem contratação, obviamente, elas jamais vão conseguir infelizmente receber o que os homens recebem.

Por conta disso e para melhorar o fim que esse projeto pretende, nós gostaríamos que ele fosse retirado de pauta.

Muito obrigado, presidente.

– Presidente. – Obrigado.

– Questão de ordem, presidente.

– Tchau de ordem, deputado Adriana.

– Obrigada, presidente.

Presidente, com base nos artigos 923, parágrafo único, do artigo 26, parágrafo segundo,

do artigo 33, do regimento interno da Câmara dos Deputados, formula presente questão de ordem.

No que se refere à composição das comissões em vaga de rodízio,

o regimento da Câmara regulamenta que as vagas cabem aos partidos e blocos parlamentares, conforme ao artigo 23, ou seja, o regimento é explícito ao determinar que bancadas partidárias, quais sejam representações ou bloco partidário, conforme ao artigo 9, possuem vagas nas comissões, independente de composição como liderança.

As vagas nas comissões são destinadas às representações partidárias ou aos blocos, e não às lideranças partidárias.

Ainda cumpre e pontuar que o parágrafo terceiro, do artigo 26, do regimento interno da Câmara dos Deputados, garante inclusive que deputados sem legenda partidária, ou quando essa não possui, não possa concorrer às vagas existentes pelo cálculo de proporcionalidade partidária, tem garantido direito de integrar as comissões.

O rodízio é garantido em comissões temporárias, qual afirma o parágrafo segundo do artigo 33, no qual a constituição das comissões temporárias observasse o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os partidos ou blocos parlamentares possam fazer-se representar.

Por quanto resta comprovado que afirmar que o Partido Novo não tem direito à vaga na CPMI, não subsiste, tendo em vista o direito garantido de forma explícita no regimento interno da Câmara dos Deputados.

A questão de ordem é no sentido de corroborar o entendimento aqui firmado e fazer cumprir o artigo 17, inciso o sexto, a linha G, do regimento, que cabe ao presidente garantir e zelar pelo prestígio e decoro da Câmara, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais de seus membros, garantindo a vaga de rodízio do Novo na composição da CPMI do dia 8 de janeiro, assim como nas CPIs já lidas na Casa.

Essa é a questão de ordem, presidente. Muito obrigada.

Deputada Adriana, eu recuo a questão de ordem, vossa excelência.

A quantidade de vagas ainda não foi publicada.

A partir do momento adequado, de hoje para amanhã, essa questão de ordem será respondida em plenário.

Obrigada, presidente.

Deputada Bia.

Orientação de bancada, aqueles que forem a favor do requerimento permaneçam, como se acham, rejeitados.

Rejeitados?

Para oferecer o projeto e as emendas de plenário, número 1 e 2, pelas Comissões de Defesa e do Direito da Mulher e do Trabalho e de Constituição e Justiça e Cidadania, concedo a palavra a deputada Jacque Rocha.

Requerimento retirado de pauta, portanto, foi derrotado pela maioria dos deputados.

Esse requerimento era do Partido Novo.

E agora a deputada Jacque Rocha vai apresentar ao parecer o projeto de lei 10/85/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício da mesma função.

A multa que se pretende aplicar é sobre a folha total de pagamento de uma empresa.

Se eu imagine, por exemplo, uma rede de supermercado, uma rede de lojas que tem no Brasil inteiro, tem folha de pagamento de dezenas de milhões de reais.

Uma multa dessa vira uma coisa astronômica por causa de uma falha no relatório.

Presidente, presidente, presidente Arthur, eu quero a atenção de vossa excelência,

porque a gente está identificando nesta pauta coisas surpreendentes. Falava-se de uma multa e nós...

A multa seria relativa ao salário que é pago a um homem ou a mulher. A multa é sobre a folha total do faturamento e isso implica que hoje nós temos grandes redes

que são importantes empregadores. Uma falha, uma falha técnica burocrática num relatório

pode gerar uma multa que mesmo tendo sido reduzida de 3% sobre o total da folha de pagamento da empresa.

Isso pode ser uma multa sobre...

Domingos, nós estamos ainda na fase da leitura do parecer.

A excelência pegou o microfone, eu pensei que estava orientando pelo PL.

Por favor, vamos falar no tempo adequado, deputado.

Por favor, o senhor terá o tempo necessário para debater no momento adequado.

Vamos ouvir a leitura do relatório e os partidos podem se posicionar.

Ok, deputado.

Deputada Jacque Rocha, com uma palavra, vossa excelência.

Senhor presidente Lira, em seu nome eu cumprimento todos os parlamentares,

todas as parlamentares dessa casa, pela importância que tem o projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres.

E com isso eu quero iniciar pedindo ao plenário bastante atenção, porque nós recebemos contribuições de todas as bancadas, de todos os partidos,

porque não se trata de um tema controverso, mas se trata de um tema necessário para a recuperação

que a gente fala dos postos de trabalho no Brasil hoje e em respeito àquela que é a maior população do nosso país, que são as mulheres.

Portanto, quero aqui já agradecer aos meus colegas, às minhas colegas,

porque a construção do parecer desse relatório não se trata de falha,

mas se trata de incluir as mulheres brasileiras novamente em pauta, tendo como protagonismo o debate político necessário a essa douta casa de leis.

O governo brasileiro enviou a esse parlamento o projeto de lei 10.085/2023,

que dispõe sobre a igualdade salarial remuneratória entre mulheres e homens,
propondo uma alteração incisiva na consolidação das leis de trabalho aprovada pelo decreto de lei 5.452 em 1º de maio de 1943
e dispondo sobre medidas de transparência salarial para que a desigualdade seja verificada e sanada.
Foi encaminhada com urgência constitucional para tramitação da matéria
diante da relevância do tema e no contexto do ato da celebração do Dia Internacional das Mulheres,
no 8 de março, em um conjunto de iniciativas governamentais e proposições legislativas
que foi apresentada também à sociedade.
Este será mais um passo, e tenho certeza, com a quiescência dessa casa de leis
para avançarmos no processo de enfrentamento a desigualdade no ambiente do trabalho
que se aprofundou sobremaneira durante a pandemia,
devido ao aumento intensivo do trabalho doméstico, dos trabalhos de cuidado,
em que as mulheres, nós mulheres, representamos 75% dessa força de trabalho
com correspondência significativa no PIB nacional, mas que atuam em situação
de alta precarização e de extrema desigualdade de renda.
No bojo da justificativa da proposição, revela-se que a proposta da questão
é dar continuidade ao processo de reconstrução, de união e transformação do Brasil.
A proposta tem como objetivo efetivar a igualdade de direitos no mundo do trabalho,
preparando o país para a função dos compromissos cada vez mais evidentes,
com articulação entre o desenvolvimento social, o crescimento econômico,
com a ampliação da igualdade entre mulheres e homens,
contra o combate à pobreza e ao racismo, à opressão sobre as mulheres,
bem como a todas as formas de discriminação social que se refletem em desigualdades históricas.
O projeto de lei de igualdade salarial remuneratória entre mulheres e homens
reforça também a obrigação da igualdade salarial,
que já constava no texto original da Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943,
reforçada e aprovada em 1952 e, mais recentemente,
no âmbito da denominada Reforma Trabalhista de 2017.
Para alcançar esse objetivo, estabelece mecanismo de transparência salarial remuneratória
observada na Lei 13.709/2018, com o incremento da fiscalização contra a discriminação e aplicação de sanções administrativas mais rigorosas
e a facilitação de meios processuais para a garantia da igualdade salarial

e remuneratória entre mulheres e homens.

A proposta cria meios para que a desigualdade seja verificada, punida e sanada,

contribuindo para a garantia de direito das trabalhadoras.

A busca pela igualdade salarial, nobres deputados e deputadas, é uma realização de igual valor entre homens e mulheres.

É uma demanda em uma condição legítima e necessária, que, apesar de todo arcabouço legislativo já em vigor, persistem os fatores discriminatórios dificultadores das ações de fiscalização

que levam ao incumprimento das legislações vigentes.

A primeira opressão entre nós humanos corresponde à opressão do sexo feminino pelo masculino,

o que indica ser um tema com longa história, com avanços e recus, mas que não chegou ainda a um desfecho consequente e adequado.

Ao longo da jornada e do combate que enfrentamos, ganhamos bandeiras e lutas políticas, econômicas e ideológicas, no campo das ideias, como bem falou aqui o presidente Artulira, contra todos os tipos de discriminação, preconceitos e autocracia, e essa chaga do patriarcado que vem sendo derrotado, mas que teima em subsistir.

Somos mais da metade da população mundial, como também da população brasileira.

Nunca na história humana negamos ou ficamos alheia ao trabalho.

Como bem localiza a socióloga Elis Safiotti,

em todas as épocas e lugares ela, a mulher, tem contribuído para o subsistência da sua família e para criar a riqueza social.

E afirmo, mesmo à custa de uma exploração cruel e de um tratamento altamente desigual

entre homens e mulheres.

O emprego feminino é duas vezes mais vulnerável do que o masculino.

No período da pandemia, as mulheres representavam 39% dos empregos no mundo,

mas totalizavam 54% das demissões.

O percentual de mulheres brasileiras desempregadas era de 54,5%.

Entre os homens, o índice é de 45,5%,

sendo que 59% dessas mulheres são mulheres negras,

contra 39% de mulheres não negras.

No quesito desalento, aqueles e aquelas que desistem de procurar trabalho,

acreditam que não encontrarão vagas, são um total de 43,1%,

que formavam a grande parcela entre homens,

frente ao total de desalentados, contra 56,1% de mulheres.

Sendo que essa situação entre os desalentados,

os negros e negras representam 73% frente a 26% de não negros.

Tudo isso demonstra cabalmente quanto é persistente a opressão de gênero e raça.

A renda média das mulheres ainda representa 80% daquela que é paga aos homens.

E os estudos e as organizações multilaterais indicam perda significativo

na produção de riquezas quantificadas no produto interno bruto,

dando a permanência das disparidades de renda entre o trabalho

efetuado por homens e mulheres.

Os cálculos demonstram a expressividade dessa questão.

Caso mantenham os desníveis de empregabilidade de renda entre sexos, o crescimento do PIB mundial em 2030 será de 1 trilhão de dólares menor.

Senhor, quero que vocês prestem atenção nesse fato tão importante ao Brasil.

Caso mantenham os desníveis de empregabilidade de renda entre os sexos,

o crescimento do PIB mundial será menos de 1 trilhão de dólares menor do que nós temos hoje.

Mas esses desníveis, se eles forem corrigidos a partir de agora, o crescimento do PIB poderá ganhar até 13 trilhões de dólares para além do que é projetado hoje,

segundo o próprio jornal Valor Econômico.

É lógico que esse dividendo de gênero, ou bônus de gênero, aplica-se também na construção da riqueza nacional.

Não podemos e não devemos prescindir desse fator relevante.

Ao iniciar uma tramitação tão importante pela preposição da Câmara Federal,

o País cumpre o seu papel e aprovamos essa matéria,

que daremos um passo importante e significativo e tenho absoluta convicção

que seremos exemplo, sim, para as outras leis legislativas ao redor do mundo,

apoiados na máxima para qual a emancipação feminina constitui a medida da emancipação universal.

Considero um meninário importuno o projeto de lei ora encaminhado pelo Poder Executivo Federal,

sendo em vista que a discriminação salarial remuneratória entre homens e mulheres

ainda é uma realidade social que merece atenção do parlamento.

Acreditamos que o Estado deve atuar para que realmente devemos ser um agente de transformação cultural

que fomenta uma cultura de isonomia, compatível com os valores constitucionais

e com os direitos humanos conforme já constantes na Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993,

que conceituou os direitos das mulheres como direito humano no âmbito do Mercosul,

na Declaração Sociolaboral de 1998 e também de 2015.

Entretanto, o que a realidade revela é que apesar desse verdadeiro acatamento de princípios de normas constitucionais,

infra-constitucionais, convenções, permanecem em algumas situações a profunda desigualdade da discriminação da mulher.

Portanto, a inovação proposta permite a exigência à transparência salarial como ferramenta de combate

às disparidades remuneratórias entre homens e mulheres, como destaca bem a Organização Internacional do Trabalho.

Em média, as mulheres recebem cerca de 20% menos do que os homens globalmente.

Embora as características individuais, como educação, tempo de trabalho, segregação ocupacional,

habilidades de experiência expliquem parte das disparidades

salariais entre homens e mulheres, grande parte se deve à discriminação com base no gênero. Em recente estudo, a OIT destacou, do ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras, a transparência salarial pode lhes fornecer as informações e provas relevantes para negociar salários, bem como meios para contestar possíveis atos de discriminação salarial.

Do ponto de vista dos empregadores, a legislação sobre transparência salarial pode oferecer a oportunidade de identificar, abordar a discriminação salarial, que de uma outra forma passam a afetar negativamente o bom funcionamento da empresa.

As medidas de transparência salarial abrangem um conjunto bastante diversificado de ferramentas, incluindo a divulgação periódica de remuneração, relatórios ou auditorias regulares sobre as diferenças entre homens e mulheres, e do direito das trabalhadoras e de trabalhadores de acessar os dados salariais ou ferramentas digitais.

Esse documento confirma que os relatórios de transparência salarial são uma medida mais aplicável a nível nacional e, em geral, os empregadores são obrigados a comunicar, periodicamente, informações sobre sua força de trabalho e as diferenças salariais.

Tendo em conta esse arcabouço normativo e sugestões encaminhadas pela Secretaria da Mulher e outras adivindas de organizações sindicais, setores empresariais, esta relatoria cumpre a apresentação e o aperfeiçoamento do texto original apresentado.

Desta forma, estão incorporadas ao texto substitutivo essas contribuições no sentido de fortalecer o direito da mulher trabalhadora, corroborando para reduzir as desigualdades remuneratórias entre mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro.

Considerando a apresentação de emendas, apesar de meritórias que estão dispensáveis, posto que o Poder Público compete em sede de poder de inspeção de trabalho, estabelecer procedimentos fiscalizatórios em face da exigência da transparência que se propõe na proposta legislativa.

Entendemos que a iniciativa em apreciação adota medidas efetivas e que reduzirão as situações da diferença

entre homens e mulheres nas empresas, sobretudo dando ênfase ao cumprimento da legislação vigente, fundamentada no princípio da legalidade, no princípio da igualdade formal, no princípio da igualdade material

que se consubstancia na aplicação do sentido concebido pela OIT de que o trabalho de igual valor

deve ser expresso pela equivalência salarial e remuneratória.

Ante o exposto no âmbito da Comissão do Trabalho, somos pela aprovação do projeto de lei 1085 de 2023

com substitutivo, dando a efetividade no texto do artigo 461 da CLT, que seja na atualização da sua redação,

para assegurar que a implementação da equiparação pretendida decorre

do sentido do trabalho de igual valor
ou quando o exercício da mesma função no mesmo ambiente corporativo,
sempre que houver plano de cargos e salários
decorrente do instrumento de negociação coletiva, harmonizando o que
consta já no estabelecido atual da CLT.

O substitutivo ainda promove o necessário esclarecimento da
distinção entre direito de ação da pessoa empregada
ou a pessoa discriminada na busca de reparação dos danos morais
ocasionados pela discriminação vivenciada
na relação laboral da multa administrativa, já que é estabelecida
pela CLT no âmbito do artigo 510,
quando se verifica a existência do descumprimento da norma com a
devida atualização valorativa.

A proposta de substitutivo quanto ao acesso da transparência dos
dados, referente à composição salarial remuneratória,
é adotada pelas empresas e é aperfeiçoada, considerando grande parte
da utilidade para a verificação in loco dessas desigualdades,
permitindo a adoção das ações para que possa sanar essas diferenças,
sendo também adequada a redação original
tanto quanto à multa administrativa em caso de algum descumprimento.
Essa transparência permitirá a reorientação de políticas públicas
que valorizem a dimensão da presença das mulheres,
da dimensão da discriminação racial nos ambientes corporativos,
contribuindo para a superação das desigualdades,
da discriminação, mudando práticas culturais e sociais que são
negativas por inclusão, por bem-estar nos ambientes produtivos,
tudo com a preservação dos dados pessoais e da divulgação das
informações.

Do voto.

Pela Comissão da Defesa e do Direito da Mulher, do voto favorável ao
projeto de lei, 1085/2023,
no termo do substitutivo, e contrariamente apresentada algumas
emendas, e pela Comissão do Trabalho,
voto favorável ao projeto da mulher, na forma do substitutivo da
Comissão da Defesa da Mulher e contrariamente às emendas do plenário
nº 1 e 2.

Pela Comissão de Constituição e Justiça, o voto pela
constitucionalidade, juridicidade, boatecnica, legislativa do
projeto

e do substitutivo da Comissão de Direitos da Mulher e das emendas de
plenário nº 1 e 2.

Senhor Presidente, peço voto favorável a esse plenário, para aquele
que vai ser o projeto de lei,
que servirá de exemplo, não só para o Brasil, mas para a América
Latina, do exemplo que nós estamos dando aqui nessa casa,
de que o trabalho de igual valor, de que o trabalho da mesma função
é um dever do governo, do parlamento,
mas também porque aqui representamos aquela que é a maior parcela da
sociedade brasileira.

Peço voto favorável aos nobres colegas deputados e deputadas.

[Aplausos]

Presidente, pela ordem, Presidente.

Pela ordem, Presidente.

Pela ordem, deputada Bia.

O relatório lido pela ilusão relatora não contempla todos os itens do acordo que foi firmado pelo PL, pelo União Brasil. Então, nesse caso, Presidente, nós gostaríamos de solicitar a V. Ex. que suspenda agora essa votação desse projeto e desde para amanhã para que a gente possa analisar o texto, possa conversar novamente, porque infelizmente o acordo não foi cumprido. Então, nós deveríamos ter mantido o nosso kit, o pedido de retirada de pauta, já passou. Então, o que a gente espera é que V. Ex. suspenda essa votação para algum outro momento.

Presidente.

Pois não, quem pediu?

O deputado Zé.

A relatora, deputada Jac, na verdade acolheu 27 modificações.

Isso levou horas e horas, envolveu quatro, cinco partidos diferentes.

Eu estou em dúvida, mas estou entendendo que há uma ampla maioria aqui que ficou contemplada com as mudanças e com as alterações que foram feitas.

Inclusive há uma crítica até, justa, que foram feitas muitas mudanças, que foi flexibilizado demais.

Nós estamos aqui tentando buscar acordo.

No final da reunião entendíamos que tinha contemplado de forma plena o PL.

Quero fazer um apelo aqui. Não é um tema aqui novamente de governo de oposição ou de PT e PL.

O que está em jogo aqui é o direito das mulheres de terem remuneração igual aos homens quando desempenham as mesmas funções. É só isso.

E é claro, para quem não cumpre isso tem que ter algum tipo de penalidade.

Não tem como retirar todas as penalidades. Então eu quero defender que a gente faça a votação essa noite.

Só para um esclarecimento, deputado Zéca, para que não haja dúvidas. Existia um destaque de retirada de pauta do PL e o PL retirou junto com a União Brasil dizendo que havia um acordo no texto.

O que está sendo colocado aqui é que o PL e a União Brasil, na pessoa do deputado Rafael, estão dizendo que o texto acordado não está como o que foi lido.

Sim. Eu estou só colocando. Eles retiraram o destaque. O novo apresentou o destaque.

Eu fiz simbólica porque o novo não pode pedir verificação. Ou seja, prejudiquei o destaque.

Então o que eu apelo é que haja um entendimento, senão não há prejuízo nenhum.

O projeto volta amanhã, a gente volta tranquilo, só tem ele mais um projeto na pauta.

Dá tempo de ajustar.

Mas o que eu estou só colocando, por clareza de cidade, foi o que foi acordado. E como confiança, eu tirei o requerimento de votação nominal do Partido Liberal.

Deputado Rafael.

Presidente, só por questão de lealdade, aquilo que foi proposto pela União Brasil foi acordado.

Mas nós concordamos, cabia, que as mesmas propostas do PL também seriam aceitas.

E agora nós constatamos que não. Mas eu quero deixar claro que aquilo que foi proposto pela União Brasil foi acolhido pela relatora.

Mas no fechar dos ovos, nós tivemos uma negociação conjunta ali e retiramos tudo.

Presidente, como relatora do projeto, a União Brasil solicitou todos os destaques que foram atendidos ao projeto.

Ele confirmou isso, deputada.

A deputada Bia Kicis também solicitou algumas alterações, que foram solicitadas também no projeto, Bia, inclusive a questão da liminar. Todas as penalidades realmente não tem como, inclusive a diminuição da multa.

O que a deputada Bia me informou é, estamos de acordo com o seu relatório, só que o PL votará contra.

Inclusive, isso demonstra uma maturidade muito grande desse relatório, uma vez entendendo que a pauta da mulher é principalmente uma pauta como essa, de trabalho de igualdade salarial, ela suprime qualquer posição ideológica e principalmente que ela é uma matéria de mérito.

Então, isso eu estou garantindo aqui à deputada Bia, que está sim no acordo, Bia.

O último texto, provavelmente é porque não subiu o texto ainda lá na página, mas está garantido, seu presidente Lira.

Presidente, eu...

Só deixa claro aqui, peraí, o finalzinho a relatora diz que atendeu o pedido, que o texto não subiu, que foi atendido?

Presidente, aqui é uma questão de boa fé. Eu retirei o kit de abstrução na convicção de que o acordo seria integralmente cumprido.

O acordo 90% cumprido não é acordo cumprido, presidente.

Então, nós não podemos prosseguir agora com essa dúvida.

Se amanhã vier um texto...

Deputada Bia, não tem problema, eu voto essa matéria amanhã, não tem, nós não vamos fazer confusão por isso.

Isso é muito menos do que o que já foi feito hoje aqui. Então, o que eu quero dizer é só o seguinte, a relatora informou, está ali, que atendeu esse pleito.

Só não subiu o texto ainda. Nós não vamos pôr isso em dúvida.

Eu fui informada pela assessoria, a assessoria disse que não vai cumprir essa parte, então eu não sei dizer.

Mas na questão da boa fé, então eu acho que é melhor a gente aguardar.

Eu quero aqui registrar que de fato a relatora foi bastante flexível, nós conversamos, eu também fui bastante flexível, mas eu tenho um compromisso aqui.

Então a gente faz o seguinte, como proposta, nós vamos fazer a discussão do projeto hoje e você, além de fazer as críticas, a gente suspende.

Falta um item. A relatora está indo lá para catar o último item que ela está pedindo.

Em dois minutos aqui resolve.

Então, podemos fazer a discussão e aguardar o texto.

Deputado Abia.

Vicente, vamos aguardar o texto subir no sistema.

O plenário é público, deputado Abia. Nós estamos fazendo um acordo no plenário, a relatora dizendo que vai acatar o texto em vossa lesse.

Aqui trata da Límilar. Foi o último item que ficou faltando.

Presidente, não faz lógica.

Deputado Domingos, não faz lógica.

Presidente, faz toda lógica.

Eu quero, como os demais colegas aqui, que a gente tenha uma legislação que equipare as mulheres aos homens, que garantam todos os direitos das mulheres.

Não há dúvidas sobre isso.

Agora, na medida que o projeto tem uma série de multas, algumas delas de ordem burocrática e que podem gerar uma série de problemas e no futuro até pode ser uma dificultador na contratação das mulheres, é razoável que a gente leia o texto antes da votação.

Nós não tivemos oportunidade de ler, presidente.

Deputado Domingos, eu só estou querendo relembrar o acordo que foi feito para a retirada do destaque do PL.

E o ponto que a deputada Abia está criticando no relatório, a relatora está no microfone aqui dizendo que vai atender no texto.

Nós já fizemos dezenas de acordos nesse sentido.

Se tem outros itens, deputado Domingos, que não concordam, ou vota contra o destaque, leva para o plenário, mas os acordos que foram feitos, eu quero aqui dar testemunho que não será votado se não atender o texto da deputada Abia.

E isso a relatora já disse que atendeu. Só para a gente dar esse caminho a menos.

Porque nós estamos acompanhando, está certo, presidente.

Então, a Abia tem a nossa total respaldo também para tomar a decisão.

Senhor presidente, eu quero usar o tempo de líder para falar sobre os outros projetos enquanto o acordo é construído.

Não, deputado Zéca. O tempo de liderança do Partido dos Trabalhadores.

Senhor presidente, enquanto o acordo vai sendo construído por um tema muito importante, que é equiparar, igualar os salários, os rendimentos entre homens e mulheres que cumprem as mesmas funções, desempenham o mesmo ofício,

eu quero aqui, nesta noite tão importante, mais uma vez, tratar do PL que visa combater as fake news, que não são mais apenas fake news.

Nós temos ações criminosas acontecendo na internet que estão gerando resultados gravíssimos, até mesmo mortes.

É isso que está em discussão, é isso que está em jogo.

Não é razoável que uma atividade econômica, como é a atividade econômica das grandes empresas de redes sociais chamadas de big tax, não é razoável que essa atividade econômica não seja regulada.

E que os crimes que acontecem a partir dessa atividade econômica, que é muito lucrativa inclusive, é lucro na casa de trilhões de reais, que essa atividade não seja objeto de algum tipo de pena, algum tipo de multa, algum tipo de fiscalização, algum tipo de restrição.

O relator Orlando Silva fez um belo trabalho e fez um trabalho a muitas mãos. Eu presenciei em inúmeras reuniões de líderes, onde estavam os mais diferentes partidos, trazendo propostas, alterações, aperfeiçoamentos, que foram de tempo em tempo sendo acolhidos.

Lamento muito que num projeto que visa combater as fake news, uma fake news seja introduzida, que é a história da censura.

Não existe censura. Cada um vai continuar podendo publicar o que bem entender, na hora que bem entender, na rede social que bem entender. O que muda é que quem usar essa liberdade de expressão para cometer crime, para incentivar crime, para elogiar crime, vai ter a devida punição.

E as redes que fizerem vistas grossas para os crimes, que não tomarem providências para monitorar o conteúdo, que pode sim e é possível de ser monitorado, vão também arcar com as consequências. Falar que é impossível monitorar conteúdo é uma grande mentira, até porque as redes já fazem isso e fizeram isso nesses últimos dias de uma maneira muito ruim,

tentando impedir que as posições favoráveis ao PL das fake news tivessem repercussão, tivessem ressonância e ao mesmo tempo impulsionando conteúdos próprios que tratavam a proposta aqui dessa casa,

que não é uma proposta de governo ou oposição, que não é uma proposta de um único partido, é uma proposta que já tem uma ampla maioria formada e que foi provado na hora da votação de urgência, tratar essa proposta como se ela fosse uma proposta criminosa. Nós vamos continuar empenhados para rapidamente votar esse projeto de fake news.

E eu quero, presidente Lira, enquanto o senhor está aqui ainda no plenário, parabenizar a sua postura, quando mais uma vez chama a atenção de cada deputado e deputada quanto ao decoro, que todos subiram aqui e juraram ter perante o povo brasileiro, não é só perante a cada deputado e deputada, as ofensas, as vaias, os xingamentos não podem mais prosperar nem aqui nesse plenário e nem em nenhuma comissão.

E quero saudar o início do funcionamento do Conselho de Ética. É lá que nós temos que tratar todos esses casos, daqueles que muitas vezes fazem discursos de liberdade de opinião, daqueles que muitas vezes fazem discursos de que têm um fantasma da censura, mas quando um outro vai falar, eles querem impedir a fala. Eles utilizam da via de xingamentos, de ofensas, para que o outro que pensa diferente não possa se manifestar.

A nossa bancada do PT, a bancada da Federação, vai seguir aquilo que tem pregado o presidente Lula, a volta do diálogo, do respeito e do entendimento nesse país.

O respeito é mesmo o respeito por aqueles que são e pensam diferente de cada um de nós. O que tem que prosperar aqui no parlamento e na sociedade,

porque nós somos exemplos, é a dignidade humana, é a capacidade de compressão, é a capacidade de coerência, é a capacidade de um mínimo de decência,

para que as ideias possam ser debatidas, para que os projetos possam avançar, deixando de lado qualquer tipo de rusga e de ofensa pessoal.

Então que cada deputado e deputada se dedique nos próximos dias para

rapidamente nós poderemos fazer avançar e ser votado aqui esse projeto que combate a fake news, mas vai principalmente preservar a vida, preservar uma sociedade equilibrada, uma sociedade que consiga conviver em paz. Muito obrigado.

Obrigada, líder do PT, Zeca Dirceu, com a palavra o deputado Guilherme Boulos, pela liderança do PSOL.

Presidente, hoje eu subo aqui na tribuna não como deputado, mas como professor, com orgulho de ter entrado na sala de aula como professor,

com 23 anos de idade para dar aula em escola pública em São Paulo, para falar de um tema chave, que é o piso do magistério, Tullio, que foi instituído pelo presidente Lula no seu segundo mandato em 2008.

O piso agora, no primeiro ano do terceiro governo Lula, vai chegar a R\$ 4.420 para a jornada de 40 horas, em avanços graduais de 2008 até aqui.

Mas nós temos um problema. Segundo o levantamento do deputado estadual Carlos de Anase, de São Paulo, apenas 31% dos municípios brasileiros cumprem integralmente os aumentos do piso do professor e da professora.

Inclusive o município de São Paulo, Érica, o mais rico do Brasil e da América Latina, não cumpre integralmente, porque o aumento não repercute na carreira, porque é feito por meio de gratificações.

Na verdade o piso se torna um teto, prejudicando sobretudo os aposentados, que aliás, em São Paulo e em outros municípios, já são prejudicados por um absurdo confisco das aposentadorias. Professores, professoras, servidores que contribuíram a vida toda para o fundo de previdência, quando se aposentam, ainda tem que pagar 15% de confisco. É um absurdo, é uma esculhambação.

Por isso, eu venho aqui, meu caro professor Tarsígio, colega de bancada,

para dar apoio ao PL 961/23 da minha colega, deputada Luciene Cavalcanti,

que estabelece a obrigatoriedade do cumprimento do piso em todos os municípios do país,

sob pena de crime de responsabilidade para os gestores.

Se não for assim, não vai cumprir. Se não responsabilizar os gestores,

eles terem que responder, inclusive, com seus mandatos para o cumprimento do piso, não será cumprido.

Por isso, eu quero deixar aqui o meu apoio a todas as professoras e professores do país

e dizer que podem contar conosco, assim como a deputada Luciene, autora do PL,

em defesa do piso salarial dos professores, porque muito antes de ser deputado,

já estava no chão da sala de aula como professor e desse lugar a gente nunca esquece e nunca se desapega. Obrigado.

Obrigada, deputado Guilherme Boulos, pelo pessoal.

Bom, estamos agora, portanto, passamos à discussão.

Primeira inscrita? Pois não.

Acho que está bem adiantado ali o acordo.

A gente podia abrir a discussão, então, e daqui a cinco minutos vamos ter uma solução.

Então vamos abrindo a discussão. A primeira inscrita é a deputada Jaki Rocha, a segunda inscrita é a deputada Bia Kissis.

Eu pergunto às colegas se eu posso passar para a terceira inscrita enquanto elas estão trabalhando a construção da matéria.

Então, Alice Portugal.

Com a palavra, deputada Alice Portugal.

Por favor, lá. Está?

Colegas, Alice Portugal já chegando ao tribunal.

Senhoras deputadas e senhores deputados, essa matéria enviada pelo governo federal é o áudio, o ápice das comemorações do 8 de março de 2023.

O presidente Lula, através do Ministério da Mulher, manda uma proposta que de fato aponta para uma redução das desigualdades. Sem dúvida alguma, uma das maiores injustiças e impedimentos para a igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho é você não ter trabalho igual para salário igual.

Eu sou da Bahia, na região do Recôncavo Baiano, ainda cole-se cana manualmente.

O fardo do cortador de cana é o mesmo da mulher cortadora de cana. Mas o valor do fardo é o dobro, porque a mulher quando adoece o filho é ela quem cuida.

A mulher quando adoece o parente é ela que cuida.

E o valor do trabalho acaba sendo diminuído em função da contingência da dupla jornada e dessa circunstância secular milenar de que sobrou para as mulheres o trabalho doméstico e os cuidados com a prole,

como se isso não tivesse que ser socializado na família e no Estado.

Por isso mesmo, a busca pela igualdade salarial é uma busca incessante, mundialmente colocada.

Eu própria quero dizer que, é claro, apoio o projeto do presidente Lula e o relatório da deputada Jacque.

Mas quero ressaltar que já em 2009, através do projeto de lei 6653, pioneiramente, ainda como coordenadora da bancada feminina nessa casa,

colocamos esse projeto enfrentando a desigualdade salarial.

As mulheres ainda são dois terços dos pobres de todo o mundo e um terço dos analfabetos de todo o mundo.

No entanto, é a primeira a acordar e a última a ir dormir.

É sobre a mulher que recai uma maratona diária para os afazeres com a família e a luta pela sobrevivência,

quando a sua condição não é de mãe solo ou protagonista da família. Essa é uma realidade altíssima no Brasil.

Por isso o projeto coloca e aponta muitas quando o relatório de avanço na economia salarial não for apresentado.

São muitas que terão que ser garantidas a gravação em relação ao tamanho das empresas,

mas a regulamentação garantirá isso.

O relatório é completamente plausível.

O relatório prevê, sem dúvida alguma, que as desigualdades iniciem um processo de diminuição.

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é um problema a ser

combatido,
porque não é possível que mais da metade da população seja diminuída
do seu labor,
seja aviutada em função da única questão de ser mulher.
Por isso, o nosso apoio ao projeto, a nossa defesa do relatório,
e espero que essa negociação avance para que imediatamente, como
disse o líder Zéca,
possamos votar a matéria ainda na noite de hoje, senhora presidenta.
Muito obrigada.

Obrigada, deputada Alice de Portugal. Próximo inscrito, deputado
Bibo Nunes.

Vamos seguindo com a discussão até o momento em que as colegas, a
relatora e as parlamentares apresentarem o resultado do acordo.
Eu, grato digníssimo, a presidente, Marido Rosário, novos colegas,
é uma honra estar neste ringue onde luto pelo Brasil. Evidente que
sou contrário à SPL.

SPL é recheado de um pleonasmo maléfico à sociedade. É redundante.
A Constituição Federal já diz que o homem e a mulher têm o mesmo
salário.

Ouvi a relatora com o relatório recheado de vitimismo. O tempo
inteiro a mulher não pode ganhar menos que o homem.

Não pode. Mas o homem também não pode ganhar menos que a mulher.
A igualdade é, até certo ponto, uma utopia. Não se trata os iguais
com diferença e nem os diferentes com igualdade.

No livro de George Orwell, "A Revolução dos Bichos", já dizia o
seguinte,

"Todos os bichos são iguais, mas os meus bichos são mais iguais aos
seus".

Então, é muita demagogia. Não vê sentido desse projeto estar aqui,
que vem do Executivo,
a urgência vem do Executivo, que é como pensa a esquerda neste
Brasil.

Uma esquerda que não tem empreendedores. Uma esquerda que na sua
imensa maioria jamais assinou a carteira de trabalho.

E vem aqui querer impingir multas astronômicas numa coincidência
para quebrar a empresa.

Por que? Vocês não têm noção da realidade empresarial. Vocês nunca
empreenderam.

E agora, no revanchismo, na vingança, no ódio querem prejudicar.
Totalmente contra esse projeto. Não vejo sentido. É um pleonasmo.
É uma redundância recheada de vitimismo. Homens e mulheres ganham
igual. Em qualquer lugar.

Mas a competência é que faz a diferença. Se a mulher é mais
competente que o homem,
vai ter uma gratificação, uma bonificação. Então chega de vitimismo,
de demagogia barata.

Aprendam vocês da esquerda. Não estou generalizando. Mas levante a
mão.

Quem é empreendedor na esquerda? Quem deu emprego aí na esquerda?
Levante a mão.

Não vi ninguém até agora. Ninguém levantou um dedinho.

Porque vocês não têm noção do que é comandar uma empresa.

Eu, por exemplo, na minha empresa, se eu for um professor, não vou
aceitar.

Ou que diga, eu sou professor de quê? Eu sou professor de invasão. Eu ensino a invadir. Eu não quero esse professor e mando ele embora. Porque cabe a mim decidir quem é o contrato. Grato não ao presidente e totalmente contra

essa demagogia e esse pleonasma que está sendo apresentado aqui.

Próximo inscrito, deputado Lidiberg Farias a favor. Enquanto o deputado Lidiberg Farias

venha à tribuna, eu vou passar um minuto para o deputado Tulio Gadelli.

Muito obrigado, presidente. Eu queria aproveitar desse momento para a gente colocar a luz sobre

alguns fatos importantíssimos nesse debate.

Primeiro, de que o PL que combate as fake news não é um PL falacioso.

E muitas falas de colegas parlamentares aqui tentam criminalizar um projeto de lei

que vai regulamentar plataformas e colocar lei em uma terra que hoje não tem lei.

O fato é, presidente, que muitos deputados aqui nesse parlamento se elegem através de polêmicas.

Porque polêmicas e fake news geram engajamento. E através disso que esses deputados conseguem seus mandatos.

Por isso que hoje a gente percebe a resistência desses parlamentares para debater um projeto tão importante

que vem combater racismo, apologia a ditadura, ao nazismo, ao fascismo.

Então, presidente, para concluir, a gente precisa votar o PL que combate as fake news. Muito obrigado.

Obrigada, deputado Tulio. Com a palavra o deputado Lidiberg Farias, favoravelmente ao PL que trata da igualdade salarial entre mulheres.

Senhora presidente, antes de entrar no tema que é importantíssimo, equiparação salarial entre homens e mulheres,

eu devo dizer que essa sessão hoje foi no mínimo curiosa.

A gente viu deputados bolsonaristas falando de democracia, quem diria?

Eu vi um deputado bolsonarista lendo uma poesia de Bertolt Brecht.

Eu não sei se ele sabia quem era Bertolt Brecht.

Mas o que eu quero dizer para eles é que esse debate não está encerrado.

Porque o discurso da família, da defesa da família, é só da boca para fora, Benedito.

Porque sabe quem está prejudicado pela falta de regulação das redes? As crianças.

São as crianças. Hoje morreu uma criança por causa de um desafio do TikTok, desafio Benadril, que é o anti-alérgio.

E ela tomou 14 comprimidos e morreu.

A gente sabe que está aqui, todos os conteúdos de incentivo de idolatria a autores de atentados das escolas.

Quem viu a matéria do Fantástico no domingo, senhora?

Aquilo é muito grave, de um aplicativo chamado Discord.

Chantageando uma menina nua. Imagens de automotilação.

Terrível esse debate, nós vamos fazer, esse debate não está encerrado.

Agora eu vim falar aqui de um projeto que a gente tem muito orgulho,

Benedito, de participar desse governo.

E de ver o compromisso do presidente Lula com as mulheres.

Essa é uma semana muito especial para a gente.

Porque o Lula no dia 1º de maio já voltou com a política de valorização do salário mínimo.

Que ficou congelado durante 4 anos do governo Bolsonaro.

Apresentou também a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$2.640 com compromisso de chegar a R\$5.000 até o final do governo.

E esse projeto aqui é um projeto que foi lançado pelo governo no dia 8 de março, no dia das mulheres.

É inaceitável que uma mulher receba menos que o homem, por exercício da mesma função. Em média recebe 21% a menos.

E eu fico vendo constrangimento do lado de lado dessa bancada

Bolsonaro. Sabe por quê?

Porque o chefe deles foi o presidente que mais atacou mulheres na história desse país.

Misógeno. Vocês lembram a fala do Bolsonaro no programa de Luciana Gimenez lá atrás?

Em que ele dizia que nunca empregaria uma mulher com o mesmo salário dos homens porque elas engravidam.

Então esse dia de hoje, a aprovação desse projeto aqui do Executivo do governo do presidente Lula,

significa, mostra o retrato que o Brasil mudou e que nesse novo governo as mulheres vão ser valorizadas e vão ser prioridade por parte da presidência da República.

Obrigada, deputado Vendíberg Farias. O próximo escrito é a deputada Júlia Zanatta, contra o PL da igualdade salarial entre homens e mulheres.

Enquanto o deputado Pompeu de Mato solicita um minuto, a gente aguarda a inscrição da deputada Júlia.

Reputada Marido Rosário, eu quero aqui celebrar, comemorar, apoiar e dizer da importância das políticas públicas afirmativas para o trabalho de homens, mulheres, mulheres e homens.

Que sim, tem que ter igualdade, tem que ter paridade. É claro que homens e mulheres têm diferenças, mas diferenças que se completam.

E com valores que precisam ser considerados, valorizados e respeitados.

E eu venho de uma escola, eu venho de uma atividade laboral profissional onde já se exerce esse equilíbrio dentro do Banco Brasil.

As funções dentro do Banco Brasil, onde comecei como funcionário, como estagiário no Banco Brasil, homens e mulheres recebem o mesmo salário.

Para cumprir as mesmas e importantes funções. Inclusive, depois que se aposentam e vão para o sistema de aposentadoria da Previ, eles recebem na Previ,

que é a previdência complementar do Banco do Brasil, do funcionário do Banco do Brasil, recebe a mesma aposentadoria, o mesmo valor, conforme a função que exerceram,

a contribuição que fizeram e o salário que fazem jus. Por isso eu quero celebrar. Lá no Banco do Brasil, querem buscar exemplo? Vão lá.

Vão lá da Previ, que lá tem exemplo. E quem sabe nós possamos seguir esse exemplo para todo o Brasil. Homens e mulheres merecem o mesmo

salário.

Deputado Pompeu de Marques, muito obrigada. Próximo inscrito deputado Gilson Marques.

Vamos ouvir mais um parlamentar de cada lado para passarmos a palavra relatora. Parece que ela vai fazer um pronunciamento. Deputado José Ildo Ramos, o senhor é o próximo. Com a palavra deputado Gilson Marques.

Obrigado, presidente. Eu gostaria de alertar esse plenário, deputado Abia, que o funcionário, independente se é homem ou se é mulher, ele é uma engrenagem

importantíssima para a empresa entregar os produtos e os serviços aos consumidores. O empreendedor, ele contrata o funcionário porque ele sabe que aquela

engrenagem importante tem um valor que ele pode transformar para resolver problemas dos consumidores. Quanto mais sucesso tem o empreendedor, mais problemas, mais ele agradou aos consumidores. É assim que funciona a relação entre empregador, trabalhador e consumidor. Nessa relação, pouco importa para o empregador se é homem ou se é mulher.

E é óbvio que nós todos aqui queremos um fim que é igualdade de direitos, tanto faz se é entre homens, tanto faz se é entre mulheres e tanto faz se é entre homens e mulheres.

O problema é que como o Milton Friedman dizia, que nós precisamos ver as políticas públicas conforme os resultados e não conforme as intenções.

Imagine a seguinte situação, uma funcionária mulher com mais experiência, com graduação, PhD no exterior e aqui, pessoal, esse PL não faz diferenciação de qualidade, de competência, de experiência, de nada.

Graduação nada, simplesmente por exercer a mesma função vão ganhar o mesmo valor. Então essa mulher extremamente competente naturalmente ela vai ganhar a mais do que aquele homem que não possui a graduação, que não possui experiência, ou que não entrega para o seu empregador a quantidade em que ele se espera.

O que vocês acham que o empregador vai fazer? Subir o salário do homem ou reduzir o salário da mulher?

É óbvio, infelizmente vai ser nivelado por baixo em prejuízo da mulher, isso se ela for contratada, porque esse projeto ele bota nas costas do empreendedor uma série de responsabilizações e multas que vão inibir a contratação das mulheres, mesmo aquelas que tenham uma qualificação

e é muito comum isso acontecer do que os homens por uma mesma função. Por isso o projeto ele precisa ser infelizmente rejeitado.

Obrigado, presidente.

Presidente, para falar sobre o acordo firmado. Presidente.

Concluiu, deputado Gilson. Obrigada.

Obrigada. Eu queria renovar aqui o que foi estabelecido pelo presidente Lira. Nós vamos seguir com a discussão, porque temos muitas pessoas escritas, até o momento em que tivermos uma resposta de trabalho do Plenário.

Se há dúvida, fazemos um apelo em nome da mesa e do que disse aqui o presidente Lira, para que o texto seja lido e a relatora e a deputada B possa se pronunciar.

Então pediria que, se possível, as colegas que estão tratando a

composição de texto pudessem seguir nessa composição até o momento em que tivermos aqui inscritos.

Deputada B, ou é necessária agora essa intervenção antes da relatora?

Presidente, o que é necessário como acordo feito com o presidente Lira é que a ordem do dia, quando for encerrado, precisa manter a discussão aberta. Não pode encerrar a discussão para que o novo texto possa subir, a relatora possa ler e a gente possa votar amanhã.

Apenas isso para deixar muito claro. Nós estamos caminhando bem para o acordo, mas hoje a gente não consegue finalizar e votar. Nós já combinamos de votar amanhã, esse é um texto que tranca a pauta, por isso será votado amanhã, conforme combinado com o presidente Lira, porque a essa altura a gente não consegue mais aqui no Plenário identificar se há mais problemas.

Obrigada, deputada B. A deputada Jacque gostaria de usar a palavra? Porque na verdade o acordo com o presidente Lira foi o pedido. A deputada Jacque, como relatora, que se possível aceitasse as demandas do PL e ao aceitar nós votaríamos hoje.

O presidente Lira produziu esta proposta com vossa excelência e com a relatora, a tentativa de combinarmos um acordo para votação da matéria ainda nessa sessão. Com a palavra relatora.

Eu já lhe passo a palavra novamente, deputada Bia, esse foi o acordo que a senhora fez anteriormente com o presidente Lira. Eu vou passar a palavra a deputada Jacque como relatora e depois volto à senhora. Presidenta, quero dizer para você que todas as propostas, sugestões feitas aqui pela bancada do PL, pela União Brasil, pelo conjunto de deputadas e deputados que queriam acrescentar e aperfeiçoar esse projeto, foram acatadas.

Da nossa parte daqui, da relatoria, sugerimos subir o texto ainda hoje, com todas essas alterações previstas, para que a gente consiga até o final todo mundo ter acesso poder votar o texto.

Caso seja aqui uma proposta nossa, porque eu acho que é muito importante aquilo que nós estamos tratando e se a deputada Bia quiser continuar conversando, nós vamos subir o texto para que possamos ter aqui as alterações sugeridas pela deputada.

Lembrando que é um texto de interesse nacional para que todos e todas possam ter o acesso e se possível a gente até encaminhar a votação hoje ainda. Obrigada.

Nós estamos tratando aqui do projeto de lei que trata da igualdade salarial entre mulheres e homens. O líder Zeca disseu, pede a palavra.

Presidente, eu queria, depois que os últimos oradores utilizassem o seu tempo, que fosse encerrada a discussão. A relatora Jacque está acolhendo mais uma vez todos os pontos que foram levantados.

Não sei se a deputada Bia se sente confortável de falar quais os pontos ainda ficaram pendentes, porque aí o plenário teria clareza do que está sendo combinado para que fique para amanhã.

Senão a gente estaria votando hoje. Então se é para ficar para amanhã, além de encerrar a discussão, viu, presidente, eu queria ver se a deputada Bia enumerava um ponto, dois pontos, três pontos que tenham divergência.

Para as coisas ficarem muito claras, não a mim, mas ficarem claras a todo o plenário e facilitar o trabalho de amanhã, depois de todo o

esforço que envolveu a todos aqui e que eu acho que foi feito de maneira muito responsável, muito civilizada.

Presidente, deputada Bia, eu vou fazer uma sugestão. Deputado Domingos, eu vou fazer uma sugestão. Eu pediria a vocês que se aproximassem para conversar também aqui com a mesa, e enquanto isso nós seguimos com algumas mais falas de discussão, porque nós não vamos encerrar a discussão enquanto as pessoas estão, tem muitas pessoas inscritas.

Não há objeção de que não encerre, o que eu queria ponderar.

Eu convido a deputada Bia para conversar.

Eu não vije até aí, porque ocorre o seguinte, deputado Zé Dirceu, como a deputada Bia, ao ler o relatório que foi lido na tribuna e ela só tomou conhecimento a partir do momento que foi lido, ela foi identificando outras situações que fugiam do acordo.

Deputado Rafael, representando a União Brasil, que aqui estava, também demonstrou essa preocupação. E juntos, conversando com a relatora, disseram "olha, vamos deixar para amanhã concluirmos e votarmos".

E aí entra a minha ponderação com o deputado Zé Dirceu, porque nós queremos votar amanhã e votar por acordo. Mas para votar por acordo, se vossa excelência encerrar a discussão, não haverá possibilidade da relatora apresentar uma complementação do seu voto.

Então eu peço a vossa excelência que não encerre a discussão, que haja de fato esse acordo feito aqui em microfone pela...

Deputado, eu peço que você lisse com o público, que a mesa já compreendeu.

... e por todos nós, para que nós possamos, por acordo, porque todos nós queremos esse respeito à igualdade entre homens e mulheres, mas não queremos um projeto que venha com falhas, que amanhã gere um inferno na vida das empresas e até dos trabalhadores.

O deputado Domingo Sávio, essa sua ponderação já tinha sido apresentada pela deputada Bia Kiessis, que é o pedido de não encerramento.

Eu vou em tero, que eu vou chamar o próximo inscrito, que aliás eu chamei o deputado José Ildo Ramos, e enquanto isso podemos conversar um pouco sobre o procedimento.

Mas, presidente, só para...

Com a palavra o deputado José Ildo Ramos.

Só enquanto ele sobe ali, presidente, só para eu deixar...

Pois não, deputada Bia.

Que o acordo que eu fiz com o presidente Lira é que se não houvesse, não fosse aquela versão que nós tínhamos fechado, que ficaria para amanhã.

Inclusive vários colegas já se ausentaram, perguntaram, não vai ser votado hoje?

Eu já tinha conversado com o deputado Zé Cadizel e com o relator e falamos, vamos deixar para amanhã.

A deputada Samia também estava aqui, falou, já estamos cansados, eu não consigo mais ler o texto, porque só de uma leitura aqui rapidamente na zoeira do Plenário,

eu encontrei três falhas, três. Então eu não consigo mais, não tenho condição de ler, se subir hoje o texto, e os colegas, deputados já foram embora.

Então nós precisamos manter a discussão aberta e fazer a votação

amanhã, presidente.

Deputada Bia Kicis, eu queria pedir a vossa excelência, inclusive a relatora nesse momento, vamos ouvir o deputado José Ildo?

Presidenta.

Pois não a relatora.

Só para justificar, não se trata de falha no relatório, se trata de visões diferentes do que nós entendemos de trabalho de igual valor e mesma função.

Nós estamos aqui defendendo as mulheres brasileiras, não estamos defendendo CNPJs.

Apesar de que nós entendemos, inclusive o início do meu relatório demonstra isso, que essa casa desde 1943 vem pautando legislações no ambiente e no mundo do trabalho

para resguardar sobretudo a participação das mulheres com mais dignidade.

Então a bancada da oposição não concordar com o fato da gente discriminar ali incisos, artigos e parágrafos que venham a explicitar o papel da mulher no ambiente de trabalho não significa que o relatório tem falhas.

Ao contrário, nós estamos fazendo uma proposta de consenso, eu peço serenidade do plenário porque não vamos ofender a inteligência das mulheres brasileiras

que neste momento sabem o que está sendo votado e sabe o que é um trabalho de igual valor e de igual remuneração.

Agradeço a paciência da deputada Bia, agradeço a paciência do PEL, do União Brasil, das mais de 27 propostas que já fizeram aqui alteração em atenção com o tema tão relevante.

Então o direito que nós estamos tendo aqui é um direito de nos posicionarmos em uma matéria e saber quais são os consensos progressivos que possam ter dentro desse projeto de lei.

Então nesse sentido quero inclusive solicitar a deputada Bia, ao deputado Domingo Sávio, para que a gente continue conversando, para acertar o texto,

para que todos os colegas possam ter em mãos e a gente puder votar a importância disso não por conta da minha relatoria, mas por conta das mulheres brasileiras.

Da relatora, Jaque Rocha, brilhante trabalho também.

Com a palavra o deputado José Ildo Ramos.

Bom, antes de minha fala, senhora presidente, eu gostaria de parabenizar a fala de Jaque que compreende de maneira muito natural esse debate tão necessário entre nós, num país tão machista como o nosso.

O Brasil voltou. De fato é isso que nós estamos percebendo. Nos detalhes. 8 de março, Dia Internacional das Mulheres da Mulher. Luiz Inácio Lula da Silva manda o PL 1085/2023 que do ponto de vista da igualdade necessária das condições equipara salários e remunerações.

Por si só isso já emite um sinal que em igualdade de condições significa igualdade da maturidade profissional do homem e da mulher. Igualdade no tempo de serviço, igualdade na experiência e na formação para terem salários equivalentes.

Isso está claro. Isso significa valorizar a mulher.

E aqui nesse debate parece que cabe de tudo uma fala horrível que a gente tem que respeitar de um homem claramente na tribuna ter dito

que não dá para igualar coisas que não são semelhantes.

O trabalho do homem e da mulher quando se sabe que a remuneração, que o salário da mulher é aviltado e principalmente quando a gente fala dos negros e das negras.

Então, nesse sentido, não só a valorização da mulher, mas o projeto de valorização do salário mínimo, mas o projeto, o encaminhamento da isenção que até 2026 vai chegar no patamar de R\$ 5 mil.

Coisa que há muito tempo não era atualizada para o pagamento do imposto de renda.

Isso vai atingir mais de 13 milhões de brasileiros e brasileiras.

O Brasil voltou em favor dos trabalhadores e trabalhadoras deste país.

Muito obrigado, senhora presidente.

Deputado José Hildo, deputada Fernanda Melchiona, deputado Luciano Alves do PSD, a vossa excelência tem um minuto para o seu registro enquanto a deputada Fernanda Melchiona se dirige à tribuna.

Por favor, deputado.

Oi.

Oi.

Ok.

Obrigado, presidente, pela oportunidade.

Oposição ou situação? Nem oposição nem situação, mas votando com o coração pelo povo brasileiro.

O que é de interesse à nação, eu voto a favor.

Quero deixar bem claro que o deputado Luciano Alves, que representa o estado Paraná, região oeste, Fosso e Iguaçu, está aqui para votar de acordo com o que a população espera.

A igualdade de salário entre homens e mulheres, sou a favor, contem comigo e estarei aqui votando.

As atletas que fazem o papel importante no esporte brasileiro, que chegam a gestante, que se não tem condições, vai receber também o bolso atleta.

Também apoio durante a gestação.

E isso eu faço de coração.

Agora, APL a 26/30 e eu voto não, porque sou a favor da liberdade de expressão.

Deixo aqui esse registro em nome das mulheres, em especial a dona Eva, que está no aniversário hoje.

Parabéns, dona Eva, mãe da Ana, do Eliezer e também do Eliel e Samuel.

Um abraço a todos, obrigado, presidente, pela oportunidade. Deus abençoe a todos.

Muito obrigada, deputado Luciano Alves, seu pronunciamento aqui na nossa Câmara dos Deputados.

Com a palavra deputada Fernanda Melchiorna.

Olha, presidente, presidenta Maria do Rosário, nós estamos há algumas décadas lutando por igualdade salarial entre homens e mulheres.

Aparecia já no início do século passado a luta das mulheres pela igualdade, pelo mesmo trabalho.

Passamos já 110 anos, desde o início das grandes jornadas de luta da classe trabalhadora brasileira nos anos de 1910, 1913, em diante.

E as mulheres brasileiras ainda recebem 22% a menos que os homens para as mesmas funções.

Hoje nós estamos discutindo um projeto muito importante, mas a gente vê uma tentativa reiterada da base bolsonarista em esvaziar as multas do projeto.

Esvaziar as ações efetivas que responsabilizam aqueles que superexploram a mão de obra das mulheres para seguir lucrando.

A gente vê uma tentativa, apesar de todas as acolhidas que fez a relatora, de avançar ainda mais na tentativa de diminuir o valor das multas.

Eu tenho muita tranquilidade, fui a autora do selo "Empresa Machista", um projeto para publicizar empresas que lamentavelmente ainda têm a prática de superexplorar a mão de obra feminina, para maximizar os seus lucros.

E além de multas vultuosas, a proibição de contratação com instituições, órgãos públicos e mesmo contra empréstimos dos bancos públicos.

E vendo o projeto que tinha um intuito simples, uma multa de dez vezes o valor do salário de referência e uma meta de combate à desigualdade apresentada e sob pena de uma multa de 5% do faturamento.

E a verdade é que está tendo uma tentativa aqui de esvaziar, primeiro para tirar a obstrução, depois não sei para quê, espero que não aconteça, como aconteceu com outras tantas matérias, inclusive o PL da verdade.

Porque para depender da liberdade de expressão tem que votar a favor do PL 2630, a não ser queiram a censura das big decks. Que a extrema direita bolsonarista quer isso eu não tenho nenhuma dúvida, mas os outros tem que saber.

O que defende a liberdade de expressão do usuário e ao mesmo tempo soberania nacional é a possibilidade de regular e dar o direito do usuário questionar o banimento de determinados conteúdos que forem legais.

Que for crime é óbvio, retirado, porque crime é crime, não é liberdade de expressão. Só quero alertar para isso que uma matéria tão importante, mais uma vez, tem o boicote da base bolsonarista.

O mesmo que vetou seis matérias de interesse das mulheres, o mesmo que tentou arrogar as cias conquistas da bancada feminina, a custa de muita luta na plenária da Câmara dos Deputados, que desrespeitou as jornalistas brasileiras, que desrespeitou as mulheres brasileiras uma dezena de vezes, porque em si são machistas racionários.

Obrigada deputada Fernanda Melchiona, com a palavra o deputado Capitão Alberto Neto, escrito contrariamente. Por favor deputado Raymond, um minuto para o seu pronunciamento de banal.

Sra. Presidenta, eu quero fazer apenas um registro. Na semana passada o Rio de Janeiro elegeu os reitores das universidades federais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Uni Rio, e Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ.

Eu quero registrar aqui a grandiosidade daquela eleição que deu votação expressiva ao companheiro professor Medrônio e a professora Cássia pela UFRJ, e ao professor José da Costa e a professora Bruna da Uni Rio.

Então fica aqui esse registro da alegria da eleição desses quatro professores para dirigir as duas universidades federais do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado, a Uni Rio, e Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ.

Lembrando que agora nós esperamos que o consune, que ele ratifique e que portanto esses nossos professores sejam os nossos reitores daqui para frente. Muito obrigado, presidente.

Vamos ao homenagem que vossa excelência faz deputado Reymond aos eleitos da UFRJ. Com a palavra o deputado Capitão Alberto Neto. Obrigado, presidente. Primeiro eu queria deixar aqui o miologia a relatora, Jacque Rocha, está tendo muita habilidade de negociar na mudança do texto.

Porém o projeto é muito pífio, não acrescenta nada em defesa da mulher. Nós estamos copiando um projeto que está na Constituição, está na CLT, o que diferencia é o valor da multa.

E aí uma multa mais pesada, o que que acontece? Causa um ambiente insalubre para a contratação de mulheres. O empresário, o empreendedor vai pensar duas, três, quatro vezes. É isso que nós queremos?

Dificultar a contratação das mulheres no nosso país? Esse projeto se não for aperfeiçoado nesse sentido de uma multa mais amena, lógico a multa dessa CLT talvez é muito leve, mas a multa que está ela pode inviabilizar um negócio e demitir várias mulheres no nosso Brasil caso tenha alguma ação contrária à empresa.

Se nós queremos pensar nos empregos das mulheres, mais qualidade, mais qualidade de vida para as mulheres do nosso país, nós temos que melhorar o ambiente de negócio para que elas possam conquistar o seu espaço e não piorar o ambiente de negócio.

Então por isso fica que a minha crítica ao projeto e 120 dias do governo Lula até agora não mostrou para que veio. Promessas vans, vazias, projetos pif, não conseguiu aprovar nada ainda aqui na Câmara dos Deputados.

Até o PL da censura que estava tendo grande mobilização do governo não conseguiram emplacar hoje, querem legalizar a censura no nosso país, mas nós não vamos deixar.

Nós fomos eleitos para fazer a diferença no nosso país, aperfeiçoar a democracia, mas uma democracia verdadeira, não uma falsa democracia, onde o projeto fala em democracia, em liberdade de expressão, mas que o resultado que é a prática é a censura prévia, é o fim praticamente das redes sociais.

São milhares de empregos que vão ser desmobilizados e agora nesse momento desse governo que não faz nada para melhorar o ambiente de negócio no nosso país, nós temos um crescente de desemprego.

E aí temos que votar o marco das garantias, não votamos, temos que votar a segurança nas escolas, não votamos, tem que votar e discutir um acabou fiscal que a conta feche para deixar o nosso país estável, para que essas falas absurdas do presidente Lula não vá afetar os brasileiros.

Por isso que fica aqui a crítica. E PL 232630 não, censura não! Obrigada deputado, capitão Alberto Neto, próxima escrita deputada Dandara.

Antes, porém, vou me permitir uma licença aqui para fazer uma saudação ao Hugo, que está aqui com a Samia e o Glauber, parlamentares com o filho também trabalhando, eu acho que isso nos transforma e mostra também a presença, muitos de nós aqui pensando nas crianças que estão, não é deputado Jordi, em casa, muitos parlamentares, mas também há parlamentares que têm seus filhos juntos aqui e eu quero fazer essa saudação em especial para esse

menino.

E especial para esse menino tão querido que a gente aprendeu a conviver. Então vamos lá, próxima escrita então é a deputada Dandara e depois aí só temos pessoas a favor, a deputada Erika Cocai.

Obrigada deputada Rosário, olha, a ONU já mostrou que se o Brasil continuar como está, vai demorar 300 anos para a gente conseguir chegar na equidade, na igualdade salarial entre homens e mulheres. Hoje, a diferença é de mais de 20%.

E quando nós olhamos para a realidade das mulheres negras, é pior ainda, mulheres negras com diploma universitário estão ganhando 55% menos se comparado a homens brancos fazendo as mesmas funções nos mesmos postos do mercado de trabalho.

E olha que nós estamos nem aqui colocando a preocupação que a gente tem com a ascensão da carreira, que é onde está também um dos grandes gargalos da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Então essa iniciativa do governo Lula é fundamental promover política pública que resolva uns problemas reais da vida do povo, da vida das mulheres. É um projeto que visa estimular as empresas, não legitimar, pagar menos para uma mulher quando está fazendo a mesma coisa que o homem.

E olha que as mulheres têm triplas, quadro para as jornadas. A minha mãe trabalhou mais de 20 anos como pregada doméstica, hoje é professora como eu.

Eu sei muito bem a realidade dessas mulheres que precisam cuidar da casa, dos filhos, trabalhar duas, três vezes mais, cuidando da família, dão conta de cuidar e ajudar a comunidade, o seu território, onde vivem.

Nós precisamos estimular a liberdade, o direito, a igualdade. A mulher precisa ganhar o mesmo tanto que os homens.

Por isso a SPL é muito importante e nós vamos trabalhar para sua aprovação.

Eu queria parabenizar a deputada Jacque do Espírito Santo que está fazendo um trabalho gigante à frente dessa relatoria.

Ouvindo, dialogando, entendendo quais são as questões e tratando com muita responsabilidade essa proposta que veio do governo.

Para finalizar, dizer que a PL, que regulamenta as redes sociais, continuará tramitando e sendo debatida nessa casa.

Não aceitaremos a censura dos deputados que não querem democratizar e tornar o espaço, o ambiente digital, um ambiente seguro para as mulheres, para os negros e negras, para as crianças, para as pessoas que usam as redes, para os mais diversos fins e que querem ter o direito de usar o espaço sem fake news, sem cair em um golpe, sem ter tanto conteúdo estimulando que ela só tenha desenfada.

Ela só tenha desinformação. A democracia não está à venda. A paz entre os brasileiros não está na mesa para negociação. Nós queremos justiça e igualdade. Obrigada, presidenta.

Obrigada, deputada Dandara. Eu vou passar um minuto antes, deputado. O deputado Marcelo Lima. Obrigado. Complementar a vossa excelência, presidente Marido Rosário, todos os deputados aqui, presidente, até esse horário, discutindo projetos importantes e o futuro do nosso país.

Mas queria deixar um registro aqui, presidente. Ontem, dia 1º de maio, dia do trabalhador, o presidente da República esteve no estado de São Paulo, o estado ao qual eu represento nesta casa como

deputado,

e no evento ele anunciou novos investimentos para a construção de novas universidades federais e também na minha região do ABC Paulista, São Bernardo e Santo André, onde nós já temos dois campos da Universidade Federal,

uma em São Bernardo e outra em Santo André, eu hoje protocolei junto ao ministro da Educação, ministro Camilo, para que ele possa levar a encontro a nossa demanda da região, a criação do curso de medicina gratuito para a população do ABC Paulista.

Algo importante, onde nós olhamos a região, o Brasil como um todo, a falta de médico, a falta de oportunidade e nesse sentido, dando direito ao filho de um trabalhador, ter a oportunidade e o orgulho de ver o filho dele se formando em medicina neste país, gratuitamente e pago com o dinheiro do governo federal.

Quero agradecer a oportunidade e muito obrigado, presidente, pelo tempo que aqui me obiti. Muito obrigado.

Muito obrigada ao senhor, deputado Marcelo Lima. Agora o deputado Elton Welter.

Presidenta, eu acho que... Um minuto para a vossa excelência e depois a deputada Erika Cocac. As big techs estão induzindo muita gente ao euro, elas faturam alto, propagando muitas vezes mentiras. Isso precisa ser regulado. O Estado brasileiro está acima do interesse de qualquer plataforma digital. Se o Estado brasileiro, se esse parlamento não se posicionar, a gente já sabe, muitas vezes o próprio supremo, a corte vai decidir para esse parlamento e fica ruim para esse parlamento.

A quem interessa propagar mentiras? Nós vivemos numa democracia. Quem está dizendo que é censura, justamente, foram aqueles que no passado sempre proibiam as falas, a liberdade de expressão e pensamento.

Nós sempre defendemos isso. Nós sempre protagonizamos a liberdade de expressão e pensamento. Portanto, esta casa não pode se furtar de votar uma lei que regula e crimina.

Obrigada, deputado. Com a palavra, deputada Erika Cocac.

Chamar o projeto de combate às fake news de censura é uma fake news. Aliás, tem mandatos que se retirar dele o ódio e também as fake news e as mentiras, ele se esvazia.

Ele precisa da fake news para poder se manter. Ele precisa do ódio para poder se manter. Por isso não querem nenhum tipo de enfrentamento ao ódio ou às mentiras.

Então, portanto, é uma mania de fake news. É uma compulsão por mentira, por negar inclusive a própria realidade que a gente está vendo neste projeto de igualdade salarial entre homens e mulheres. Porque é certo que isso já é previsto na nossa legislação, inclusive na nossa constituição. Mas também é certo que nós não temos igualdade salarial entre homens e mulheres.

Esse sexismo, patrimonialismo, patriarcalismo, essa misoginia que imprimiu as estruturas do Estado no governo passado, ela se expressa nessa tentativa de impedir que nós de fato transformamos em efetiva a igualdade salarial prevista em lei.

Porque nós estamos propondo que haja uma prestação de contas das empresas a partir de um determinado número de servidores, de funcionários e funcionárias, que possa semestralmente estar estabelecendo o que promove a igualdade salarial entre homens e

mulheres.

Nós estamos propondo que quem não cumpre esta função, que já se pague uma multa hoje, que tenhamos uma multa que possibilite uma reversão de uma posição de conflito com a lei.

E é que eles dizem que isso vai prejudicar as mulheres. Bom, o que vai prejudicar as mulheres? É fazer com que se pague uma multa daqueles que querem as mulheres exercendo a mesma função e ganhando um salário menor?

É isso? É este empregador que desrespeita a lei? É este empregador que faz valer na diferenciação salarial de quem faz o mesmo trabalho em função do gênero as mulheres ganharem menos porque são mulheres? Porque era nesse país mulheres que morrem porque são mulheres. É o quinto país feminicídio no mundo. E é aqui que se quer estabelecer a desigualdade salarial entre homens e mulheres?

Porque as mulheres ganham menos, 20% ou mais do que isso, do que os homens. São mulheres negras, ganham menos ainda.

E aqui eles dizem "não, exercer a igualdade de direitos entre homens e mulheres do ponto de vista salarial vai prejudicar as mulheres". É cinismo!

Cinismo! Cinismo! Quer se perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres no âmbito salarial. Não se quer efetividade no que nossa legislação e arcabouço legal já prevê.

Portanto, sejamos honestos, esses que aqui estão deveriam assumir o seu sexismo, assumir a naturalização que defendem da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Presidente.

Deputada Érica Cocai com a palavra deputada Reino Estefanes. Um minuto para o vosso silêncio.

Obrigado, presidente. O que eu queria lhe perguntar é se nós vamos votar alguma lei ainda hoje, porque esse projeto primeiro já existe, apenas estamos criando uma burocracia mais para as empresas.

A igualdade entre homens já previste em lei no Brasil e na Constituição, mas ainda vai ser votado hoje.

E também eu quero dizer que essa Câmara hoje mostrou que o projeto da censura, o 26/30, não tem espaço para ser aprovado.

Por isso foi retirado de pauta, porque o governo tinha votos para aprovar esse projeto. Obrigado, presidente.

Deputado Pompeu de Martes.

Sra. Presidente, eu quero aqui celebrar uma conquista desta casa, quando da aprovação do projeto 139, que permite que os municípios que venham ter a sua população no senso deste ano reduzida, ele não perca nem imediato os recursos que deveriam ser repassados através do RPM.

Que estas perdas sejam diluídas ao longo de dez anos. Isso facilita para que os municípios, presidente, não deixem de cumprir os compromissos com a saúde, com a educação, com a infraestrutura, com a folha de pagamento, com o dia a dia.

Então, diluindo em dez anos a diminuição desses valores, dá tempo do município se recuperar, enquanto que aqueles municípios que aumentarem a população vão passar a receber a sua parte. São quase 800 municípios nessa situação.

Então é uma construção feita com muitas mãos e vai aqui o trabalho da CNN, Confederação Nacional dos Municípios, o presidente Paulo Zilkoski, importante, eu fui prefeito, sei bem dessa realidade, eu

concluo, presidente, sei bem dessa realidade, mas nós devemos celebrar.

Porque não fosse essa construção, o censo que vai ser publicado logo aqui na frente vai diminuir a receita de 800 municípios. Como é que esses municípios vão viver? Então, se tem que diminuir e será diminuído por conta de que a população também diminui?

Que possamos fazer então essa diminuição, presidente, de maneira parcelada e que os municípios possam suportar e ao mesmo tempo atender as suas necessidades, cumprir o seu orçamento e fazer as suas demandas em favor da vida e da qualidade de vida do seu povo, da sua gente.

Essa casa construiu esse projeto com muitas mãos. Eu tive a honra de fazer a minha parte recordando de quando eu era prefeito e hoje, honrosamente, como deputado, fazer aquilo que o municipalismo precisa, merece, necessita e tem direito. Muito obrigado.

Deputado Pompeu, eu respondo a sua questão, deputado Reino Estefanes. Nós levamos essa sessão para a construção de um acordo entre a relatora, a deputada Bia e parlamentares que estão acompanhando a matéria, inclusive o deputado Domingo Sabe.

Sendo assim, nós produzimos aqui um acordo que é o seguinte.

Pergunto a deputada Bia e a deputada Jacque Rocha, relatora da matéria, se podemos traduzir esse acordo da seguinte forma.

Passaremos a palavra aos inscritos para a discussão, agora sem mais a parte de um minuto, para valorizarmos as inscrições. Concluiremos a discussão nessa sessão e, em contrapartida, não votaremos a matéria nessa sessão.

Voltaremos na sessão de amanhã, como anunciou o presidente Lira, porque a matéria permanece na pauta, tendo sido feito um acordo de conteúdo no qual a deputada Jacque Rocha, como relatora, acatou as propostas apresentadas pela deputada Bia Kissis.

Sendo assim, teremos um tempo de leitura da matéria até amanhã, de maior atenção a ela, que foi reivindicado pela oposição, mas também teremos a possibilidade de, ao analisarmos a matéria, não termos novas matérias colocadas.

Porque aqui estamos firmando um acordo em torno do texto, como foi apresentado, com as propostas que foram apresentadas até agora.

De forma que seguiremos chamando as inscrições, apenas para darmos conta de valorizar as inscrições até o momento que elas venham a ser concluídas. E já estão sendo concluídas.

Próxima escrita, deputada Samia Bonfim.

Obrigada.

Leio as inscrições para que não reste dúvida.

[Legenda na tela]

[Legenda na tela]

Obrigada, presidente.

[Legenda na tela]

[Legenda na tela]

[Legenda na tela]

[Legenda na tela]

[Legenda na tela]

[Legenda na tela]

[Legenda na tela]

[Legenda na tela]

Obrigada, deputada Samia Bonfim.

Com a palavra, deputado Guilherme Boulos, deputada Carol da Artora, deputado João Daniel, deputado Ottoni de Paula, deputado Ayrton Faleiro, deputado Alencar Santana, deputada Erika Hilton, deputada Juliana Cardoso, deputada Jandira Pegali, deputada Ana Pimentel.

Juliana está aqui?

Deputada Benedita da Silva.

Deputado Abílio Brunini.

Deputada Denise Pessoa.

E recupero que eu não tinha citado, porque era a segunda escrita, a deputada Bia Kissis e a primeira escrita, se não me engano, a deputada Jacque Rocha.

Então, se vossas excelências quiserem ir usando a palavra, em seguida deixo as escritas passarem a palavra.

Deputada Denise Pessoa, é uma honra passar a palavra com a senhora. Senhora Presidenta, senhores senhores deputados, primeiro, início cumprimentando minha colega de bancada, deputada Jacque, pelo trabalho desempenhado, pela conversa cansativa, exaustiva, mas o esforço que fez chegar, sim, a um acordo e que com certeza no dia de amanhã aprovaremos.

Essa é uma política extremamente importante, é um marco para as mulheres, embora já tenham várias legislações que tratem sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres, é fato, e aqui já foi dito diversas vezes, de que há sim a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

E quando a gente fala sobre a questão da valorização do trabalho, algo que a ONU, nos seus objetivos de desenvolvimento, já vem trazendo, e que o Brasil tem se comprometido a avançar na igualdade entre a igualdade de gênero, é importante também dizer que se por um lado a gente está avançando aqui na igualdade salarial entre homens e mulheres, trazendo penalidades mais severas para conseguir avançar algo que a gente não avançou, embora tenham diversas legislações, por outro lado também é necessário que se passe a valorizar o trabalho não remunerado, o trabalho do cuidado, que eu diria que são duas faces da mesma moeda que traz a desigualdade para as mulheres, que é a questão do excesso do trabalho não remunerado e o trabalho desigual, com a remuneração desigual que a gente tem hoje.

E vejam que se a mulher tem 18 horas de, cerca de 18 horas de trabalho doméstico hoje, o homem tem em torno de 10. Então o trabalho que a mulher faz em casa dá o suporte para que os homens consigam desempenhar o seu trabalho.

Então é um trabalho que não é valorizado, mas é um trabalho extremamente importante e que dá todo o suporte para os homens. E se a gente olhar o trabalho remunerado, a gente vai ver que as mulheres hoje, para mesmo, tem uma média salarial de 1.764 reais, enquanto que os homens têm uma média de 2.306 reais.

Então quando as mulheres atingem o ensino superior, isso também acaba acontecendo. Se por um lado as mulheres atingem mais cargos de chefia com o curso superior, é também verdade que as desigualdades também aumentam.

Então no ranking de 156 países em que o Brasil ocupa a posição 93 na questão de igualdade salarial, para alcançar a igualdade, hoje as mulheres e os homens precisariam de 135 anos.

E quando se fala em ensino superior, essa média de anos aumenta para 267 anos. Então a desigualdade precisa ser enfrentada. Ela é fato,

infelizmente, embora existam diversas legislações do Brasil, e a gente precisa enfrentar e esse Congresso, essa Câmara dos Deputados está dando a sua contribuição, graças também a uma proposta do nosso presidente Lula que tem o compromisso com as mulheres.

Que é o que a gente precisa. Então era essas considerações.

Obrigada, senhora Presidenta.

Com a palavra o deputado Bolsonaro.

Presidente, eu queria falar... Aliás, pela liderança da minoria.

Algumas pessoas sabem que um dos esportes que eu gosto de praticar é o surf, e para nós que somos surfistas, automaticamente nós somos amantes da natureza.

Eu amo o Carlos Jordi, que é de Niterói, sabe do problema que tem ali em Icarai. E eu acredito que o maior gol das últimas décadas com relação ao meio ambiente foi a aprovação do marco do saneamento básico. Um projeto que estava a cerca de 20 anos parado aqui no Congresso Nacional, e que foi, com muita vontade política, resgatado não só pelo presidente Bolsonaro, mas também pelo então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles. E foi aprovado nessa casa.

Esse projeto, qual é a importância dele? É que depois da sua aprovação, passou-se a permitir a exploração pela iniciativa privada dos serviços de água e esgoto.

Com uma proposta que, dentro de poucas décadas, a gente chegaria muito perto do 100%, da meta de quase 100%, de água e esgoto tratado para toda a população brasileira. Porque o que se viu é que esse serviço, exclusivamente na mão do Estado, não estava sendo frutífero. E várias zonas com a qualidade do esgoto e da água muito ruins.

Falei aqui de Carai, lá do Rio de Janeiro, poderia citar a questão da represa de Salto, lá de São Paulo, dentre outras grandes capitais litorâneas brasileiras.

E a que a gente lamenta é o quê? É que o presidente Nulo agora vem com uma mentalidade de vingança, apenas para desfazer aquilo de bom feito pelo presidente Bolsonaro, e através de decreto permite a renovação das concessões estatais.

Ou seja, a perpetuação daquele serviço de péssima qualidade. Só para citar como um exemplo, um trabalho feito entre o BNDES e o governo do Estado do Rio de Janeiro, no tempo que o BNDES não se preocupava em prestar dinheiro para a quebrada e falida Argentina, que eu não sei porque hoje o Lula comemorou a recepção do presidente Argentina, Alberto Fernandez, vídeo até que ele nem sequer tem coragem de concorrer à reeleição na Argentina, porque lá a inflação está acima dos 100%, e veja só, gente do governo Lula ainda falando em fazer uma união de nossas moedas.

Baita loucura, mas para mim é só cortina de fumaça. Porém, se nós olharmos o BNDES junto com o Estado do Rio de Janeiro, eles fizeram as concessões que na prática levaram ali a privatização do serviço de saneamento do Rio de Janeiro.

Nessa oportunidade, durante o governo Bolsonaro, num leilão feito na bolsa de São Paulo, foi arrecadado mais de 20 bilhões de reais para o Rio de Janeiro, além de vários bilhões em serviços e investimentos futuros a serem feitos por essas empresas privadas.

Então, todo mundo ganha, a população ganha, com mais tratamento de água. Sempre vale lembrar, cada um real investindo em saneamento são cinco economizados na saúde, porque a molecada deixa de jogar bola

literalmente no esgoto, a céu aberto, deixa de ter problemas com cólera, com desintéria, várias outras doenças, mosquitos, e a qualidade e a qualidade de todo esse serviço.

Então, para dizer isso daqui, também falar nesse tempo que me resta, senhora presidente, que no dia 1º de maio nós tivemos como presente ao trabalhador brasileiro o aumento do botijão de gás, que em alguns estados chegará a 84%.

Além disso, em 1º de julho está vindo aí aumento da gasolina, além disso, está vindo aí também, já está em vigor, a taxa de Shopee, AliExpress, dentre outros fornecedores que intermediam importação para consumidores brasileiros.

Isso tudo é para dizer para você o quê? Que tem gente cara de pau aqui na campanha, te promete picanha, e depois vem aqui e muda totalmente o discurso. Seria mais uma ingenuidade acreditar nessas mesmas pessoas que dizem que o PL 2630 acabaria com essas tragédias que ocorrem em escolas.

Não vai acabar. O que vai acabar com essa questão de violência nas escolas, ou melhor dizendo, de criminalidade nas escolas, é manter o bandido preso. Só que quando você fala "e manter o criminoso preso", a esquerda fica impoverosa.

Vale lembrar que ano passado aqui nós aprovamos um projeto relatado pelo então deputado federal, hoje secretário de segurança pública de São Paulo, capitão de HIT, que acabava com essa questão dos saídões anuais dos presos.

A esquerda sempre tentou negociar para que lixasse ali pelo menos um ou dois saídões, mas que não acabasse com esse instituto. E a gente que vive no mundo real sabe que esses saídões apenas privilegiam o crime organizado, o bandido que sai para roubar, para pagar sua dívida contraída dentro da cadeia, enfim, uma série de atos criminosos.

Então, se nós quisermos resolver o problema da violência, a gente tem que acabar com o desencarceramento, que está no tripé da insegurança pública.

Além do desencarceramento, o desarmamento, porque o bandido comete os seus crimes à luz do dia, e também combater o tráfico de drogas. Por quê? Porque quase todos os crimes violentos têm relação com o tráfico, seja da arma emprestada, seja porque ele comete o seu crime e retorna para uma área dominada pelo tráfico de drogas, onde o bandido encontra abrigo, ou mesmo ele próprio, sob efeito de entorpecentes.

Então esse é o tripé da insegurança pública. Vale lembrar, a gente aprovou recentemente na Comissão de Segurança Pública um requerimento de minha autoria para que uma comitiva de deputados vá até El Salvador ver o exemplo de sucesso de um país que era atido por montes como um caso perdido para a criminalidade, um caso perdido para as gangues e para o tráfico de drogas.

E hoje em dia, em contradição em que sequer ocorre, deputado Biaquices, um homicídio. Por quê? Porque lá tem um presidente que colocou em prática um combate à criminalidade.

A única maneira de você reduzir o crime é combatendo.

Lamentavelmente aqui no Brasil não é assim que ocorre. O PSB, partido de Flávio Dino, de Marcelo Freixo, entrou com uma ação na STF e praticamente impediu, a não ser através de casos muito excepcionais, que a polícia carioca faça operações em favelas

dominadas pelo tráfico.

O que aconteceu? A bandidagem está mais armada, está mais audaz e cada vez vai ter mais tiroteio, mais mortes de inocentes, mais mortes de policiais.

Então é uma completa loucura imaginar que você vai combater a criminalidade dando mais conforto para que eles cometam seus crimes. Então essa é a nossa luta dentro dessa casa.

Encamendo aqui para o final, nesse pouco mais, nesse um minuto que me resta, dizer que é lamentável que nós temos um presidente que na eleição fala que o "sem terra, não invada em propriedade produtiva". Aquela época ele já foi desmentido com vários vídeos mostrando justamente o contrário e agora a gente tem a notícia do abril vermelho e como prêmio ainda é o líder do MST Stedgley convidado para uma missão internacional junto com o descondenado, o presidente Lula, para ir à China.

Por quê? Porque o MST quer se vender como a grande ONG social para o mundo, talvez é exemplo do que é a WWF ou Greenpeace na parte ambiental.

Só que não vão conseguir. A gente aprovou aqui uma CPI do "sem terra" que certamente vai trazer à luz vários dos crimes cometidos por essa, que é uma organização que leva o terror ao campo, que ameaça fazendeiros e que com certeza merece também ser combatida. Usam artifícios de não ter o CNPJ, mas certamente são muito bem orquestrados.

E para finalizar, invadiram a fazenda da seradora Tereza Cristina, veja só. Não tem como não dizer que eles fazem da violência com o uso político. Muito obrigado.

Com a palavra o deputado Jordi pela liderança do PL.

O oposição?

Bom, existe um ditado que diz que nada é tão ruim que não pode piorar.

O projeto 2630 que veio do Senado era péssimo.

E ele veio para a Câmara e ele ficou um Frankenstein. Ficou um monstro.

Dizem que ele é para combater a desinformação.

Mas será que é realmente para combater fake news, desinformação?

O artigo segundo desse projeto diz que esta lei se aplica aos seguintes provedores.

Redes sociais, ferramentas de busca, mensageria instantânea e quanto ao disposto no artigo 31, também os provedores de aplicações ofertantes de conteúdo sob demanda.

Será que somente são essas plataformas que cometem desinformação? Somente estas aqui que cometem fake news e propagam discurso de ódio?

Onde estão os sites, os blogs, as emissoras de TV? Porque elas também cometem fake news.

Aliás, essa é uma particularidade desses veículos de comunicação.

Fake news, o conceito é notícia falsa.

Quem pode produzir uma notícia falsa ou verdadeira são esses veículos de comunicação.

Não são os usuários de redes sociais.

Os usuários de redes sociais podem cometer crimes como calúnia, como difamação, crimes contra a honra.

E isso já é penalizado pelo nosso ordenamento jurídico.

O que falta é de fato termos a identificação dos usuários.
E o que está por trás desse projeto aqui não é combater fake news, combater desinformação, pelo contrário.
Vocês viram como é que estava cheio de artistas hoje aqui no Congresso Nacional, especificamente na Câmara?
Estava Caetano Veloso, Glória Pires, Letícia Sabatela, todos fazendo lobby pela aprovação do PL 2630.
E será que era porque eles querem combater a desinformação?
Não! É porque esse PL é um Frankenstein, é um jabuti.
Aliás, ele é uma coletânea de jabutis.
E está aqui dentro também a questão dos direitos autorais de artistas, que são replicados nas plataformas.
Eles estão querendo, estão pensando na remuneração dos seus direitos autorais de conteúdos que são vinculados nessas redes sociais, nessas plataformas como o Google, como no WhatsApp, no Instagram, no Facebook, no TikTok.
Estão pensando na questão financeira.
E por que também não estão aqui contempladas as empresas jornalísticas?
E por que as empresas jornalísticas, as grandes corporações como Globo, Folha, Recorre, SBT, estão todos favoráveis à aprovação desse projeto?
Porque esse projeto também os beneficia.
Beneficia desde o momento em que começa a retomar a hegemonia da informação, o monopólio da informação que eles detinham antes do advento das redes sociais.
E também os beneficia porque o mercado de publicidade hoje nessas plataformas é muito mais vantajoso para o cidadão, para o tiozinho que quer divulgar o seu pequeno comércio, que vende ali o seu pão ou seu cachorro quente.
E querem a remuneração dos conteúdos jornalísticos que também são vinculados nessas plataformas.
E aí eu vejo aqui os deputados de esquerda, deputados do PT apelando para um jogo baixo, muito sujo, em dizer que o projeto é para combater os massacres que estão acontecendo em escolas.
Era óbvio que fariam algo desse tipo, iam pegar uma causa justa de comoção nacional como essa, para tentar aprovar um projeto de que nada combate a desinformação.
A única coisa que faz esse projeto é limitar a liberdade de expressão daqueles que têm um viés contrário ao atual governo, que não tem, que não pensam como o pensamento de esquerda.
Isso está sendo aprovado, é isso que está sendo proposto por esse projeto.
Porque se fosse de fato para combater esses massacres, combater a pedofilia, crimes contra crianças e os adolescentes, o projeto deveria trabalhar e tratar somente dessa questão.
E aí alegam o seguinte, não, mas nós temos que legislar sobre isso, porque se não fizermos, o Supremo Tribunal Federal vai legislar no nosso lugar.
Nós temos uma alternativa, temos o projeto do deputado Mendonça Filho, que crie esse dever de cuidado que está no projeto do relator Orlando Silva, o projeto 2630,

mas não de uma forma tão ampla e genérica.

A única questão que ele coloca no dever de cuidado é que as plataformas possam ter mecanismos para derrubar postagens que contenham pedofilia, crimes contra crianças e adolescentes, massacres em escolas, anúncios de massacres em escolas e por aí vai. Mas não colocar termos vagos, termos subjetivos, como está aqui nesse projeto, que ele sim institui uma censura.

O artigo 11 fala que as plataformas têm um dever de cuidado em que tem que derrubar as postagens que tenham conteúdos potencialmente ilegais.

E quais são esses conteúdos potencialmente ilegais?

Trata dessa questão de crianças e adolescentes, mas vai muito além. Ela fala, por exemplo, sobre discriminação e preconceito envolvendo racismo.

Qual é o único crime do nosso ordenamento jurídico e que não foi legislado, que não está tipificado?

O crime de homofobia, que foi equiparado ao racismo graças ao STF, que legislou no nosso lugar.

E se alguém tiver uma postagem fazendo algum questionamento, um debate sobre trans nos esportes

ou trans em banheiros femininos, poderá ter a sua postagem, a sua conta derrubada por um suposto crime de racismo.

E isso será uma questão que vai estar de fato acontecendo, porque as redes sociais não têm os mecanismos

para fazer essa avaliação do que é potencialmente ilegal ou não.

Na dúvida vão derrubar tudo.

Por isso que esse projeto é um absurdo.

Vai censurar sim o pensamento conservador e o pensamento liberal, e eles estão interessados nisso.

É lamentável que hoje tenhamos atrapalhado a nossa votação, adiado a votação do projeto que já tinha uma urgência aprovada, porque nós derrubaríamos esse projeto hoje.

E o que eles queriam com esse adiamento é ganhar mais tempo para oferecer 10 bilhões de emendas para ganhar votos e assim aprovar esse projeto.

Obrigado, deputado.

Passamos então a palavra da deputada Bia Kicces retomando a discussão da matéria.

Só temos mais dois pronunciamentos nessa sessão.

Depois a deputada Bia, o deputado Reymond e a deputada relatora Jacque Rocha.

Presidente, colegas, o presente projeto é, obviamente, muito meritório.

Como mulher, é claro que desejo que as mulheres tenham um ambiente mais amigável, um ambiente favorável e mais igualitário para o seu trabalho.

Isso é claro.

Mas como uma pessoa também de índole liberal e que entende das consequências dos atos na vida, que as consequências não dependem do nosso desejo simplesmente, da nossa boa intenção, verifiquei que havia uma série de problemas que esse projeto, por maior que fosse a boa intenção,

por maior que fosse a boa vontade da relatora, ele poderia ocasionar até mesmo desemprego para as mulheres.

Então é preciso que a gente olhe com muito cuidado quando a gente propõe medidas para favorecer a mulher ou favorecer qualquer categoria que se queira favorecer para ver como isso vai implicar na realidade.

E o projeto, de fato, várias das propostas feitas foram acatadas pela relatora que teve muita boa vontade, muita flexibilidade e nós tivemos um excelente diálogo.

Não só eu, a relatora, mas outros parlamentares, inclusive da União Brasil, e conseguimos chegar a um bom termo.

Por isso, acredito que agora conseguiremos levar a votação ao projeto no dia de amanhã.

Eu gostaria apenas de deixar muito claro que um dos temas que nós pedimos que fosse de fato ajustado

é a retirada do inciso 11 do artigo 3º, que prevê a concessão de medida liminar até a decisão final do processo em reclamações trabalhistas que visem a imediata equiparação salarial remuneratória entre mulheres e homens, uma vez comprovada a discriminação nos termos do disposto no artigo 4, meia 1 da consolidação.

Primeiro, em termos de liminar não é que se fala em comprovação.

Então, essa situação, além de ser discrepante com o princípio de que as liminares não devem ser satisfativas, poderia gerar uma situação até mesmo de dano para a mulher, que recebesse essa remuneração a maior

e, ao final, fosse constatado que não havia a causa para essa alteração e ela teria até que devolver esse salário.

Então, é uma situação que poria em risco a situação da mulher.

Também a questão das multas, nós trabalhamos para que a multa fosse diminuída.

Presidente, se puder me dar um tempinho um pouco maior.

No caso da multa prevista no parágrafo 3º do artigo 5º, que havia uma previsão de 5% da folha de pagamento

do empregador na hipótese de descumprimento das medidas como relatórios semestrais a serem apresentados, demonstrando as políticas, as ações para que houvesse uma igualdade nas condições de trabalho, de remuneração,

nós conseguimos, então, por acordo que fosse reduzido para 3% da folha limitado a um teto de 100 salários

ao invés dos mil salários que estavam propostos e que certamente, ao meu ver, iria acabar gerando prejuízo grande para a entregabilidade da mulher.

Porque um empresário, diante da possibilidade de uma multa tão elevada, o que ele pensaria?

É melhor não contratar mulheres sob o risco de, por alguma interpretação, alguma visão de fiscal,

algum entendimento de que ele estaria faltando com alguma medida equiparação de tratamento isonômico,

submeter a empresa até mesmo a uma ruína, a uma falência.

Então, esses foram alguns dos aspectos que foram acordados, que serão ajustados para que amanhã a gente possa votar

esse projeto e aí sim, favorecer de fato as mulheres para que elas tenham melhores condições de trabalho, de remuneração.

Muito obrigada, presidente.

Deputada Bia Kicis, deputado Reymond e, em seguida, para encerrar essa sessão, a relatora, tanto empenho, tanto trabalho, tanta dedicação, deputada Jacque Rocha.

Deputado Reymond.

Deputada Maria do Rosário, presidenta da sessão, cumprimentar todos os deputados e deputadas, a todos que trabalham aqui na Câmara também.

Eu quero começar elogiando o governo do presidente Lula, o próprio presidente Lula, que honra com seu compromisso em relação às mulheres.

Nós vemos a presença das mulheres nos ministérios do presidente Lula, a presença das mulheres na direção da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, e vemos o compromisso do presidente Lula que no dia 8 de março, assumindo esse compromisso, que já era de campanha, manda para a Câmara Federal esse projeto de lei.

Então, eu quero primeiro elogiar o presidente Lula.

Quero elogiar também a nossa relatora, a deputada Jacque Rocha do Espírito Santo, nossa companheira do PT, que de maneira muito fina soube dialogar com as dissensões no plenário para buscar um possível consenso.

E que bom que amanhã nós votaremos.

É, na verdade, um absurdo que a gente ainda convive no século XXI, com uma discrepância salarial entre homens e mulheres que têm a mesma função, a mesma carga horária.

Então, é importantíssimo esse projeto e espero muito que amanhã nós o aprovemos.

E aí, senhora presidenta, eu queria, depois de fazer essa defesa, lembrar de algumas falas que vieram aqui nesses últimos momentos. Eu quero lembrar aqui, eu fui vereador no Rio de Janeiro durante quatro mandatos.

Eu lembro na época do governo anterior que o filho do presidente, que é vereador na cidade do Rio de Janeiro, viajava com o pai, deixando a obrigação dele lá na cidade do Rio de Janeiro, viajava com o pai para o mundo inteiro.

O deputado, filho do presidente da república, o ex-presidente da república, que usou da palavra a pouco, o deputado Eduardo Bolsonaro, ele estava cotado para ser embaixador nos Estados Unidos.

E uma das alegações é que ele tinha morado lá, que ele sabia manusear uma chapa de hambúrguer.

Quer dizer, é uma discrepância total.

E eu já vi por várias vezes o deputado, filho do ex-presidente, dizer "olha, que absurdo, o João Pedro Stead, ele estava no comitê do Lula para a China".

Eu fico achando que o deputado, filho do ex-presidente, aquele que fugiu do país no dia 29 de dezembro e que agora está respondendo pelo roubo das jóias vindas da Arábia, que esse deputado parece que ele queria ser convidado pelo presidente Lula para ir à China com ele.

O presidente Lula não vai te convidar, deputado.

O senhor não foi nessa comitiva e não irá em nenhuma comitiva com o presidente Lula.

É preciso deixar muito claro isso.

Por fim, senhor presidente, eu queria dizer que o PL das fake news é sim um PL que defende a liberdade de expressão, um PL que defende a liberdade religiosa, um PL que defende a liberdade de pensamento.

E é claro que não tem uma relação direta, claro, porque eles estão fazendo jogo de palavras para confundir a população.

Claro que não existe uma relação direta com os incidentes trágicos das escolas públicas.

Não é a aprovação desse projeto que acabará com a violência nas escolas.

Sabemos disso, mas nós sabemos também que a disseminação de ódio nas redes sociais,

o gabinete do ódio promovido durante quatro anos aqui no Palácio do Planalto,

o gabinete do ódio precisava ser desmantelado. E esse PL é usado para isso também.

Então nós temos uma expectativa de votar o PL das fake news para dizer que esse PL das fake news vem colaborar para a nossa democracia.

A nossa democracia é muito cara, muita gente tombou para que ela existisse.

A nossa liberdade, o nosso direito é um direito que a gente conquistou por muita gente que tombou, por muita gente que lutou por nós.

Então nós apreciamos muito que esse projeto seja aprovado porque ele é um bem para a democracia,

é um bem para a liberdade de expressão, ele é um bem para a liberdade religiosa e para a liberdade de pensamento.

Enganam o povo àqueles que dizem que esse é o PL da cessura.

Esse é o PL da responsabilidade com que nós produzimos na internet.

Obrigada deputado.

Obrigada deputado. Reymond com a palavra deputada relatora da matéria e sua inscrição também para a discussão.

Última inscrita então, era a primeira.

Agora ocupa a palavra agora porque estava construindo o acordo de plenário.

Deputada Jacque Rocha.

Muito obrigada senhora presidente, nobres colegas deputadas e deputadas.

Realmente fizemos uma discussão aqui, uma discussão de mérito que não é só apenas um posicionamento de visões ideológicas,

é a visão da realidade que a gente tem no Brasil e no mundo.

Falar de igualdade salarial é falar sobre a emancipação das mulheres.

E aí eu quero trazer aqui um dado muito importante, porque eu ouvi algumas pessoas alegando a possibilidade de não votar o projeto hoje,

falando que o projeto traz multa, que o projeto traz uma incoerência por parte daqueles que são os empregadores, mas ao contrário.

Aqui, na mensagem governacional que nós recebemos quando tivemos o projeto,

algo importante que foi acatado por essa relatora, mas principalmente por entender da luta das mulheres,

é a promoção da implementação de programas de diversidade no ambiente de trabalho que incluam capacitação de gestores, lideranças, empregadores, respeito à temática de equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com aferição em resultados.

Também está no projeto o fomento, a capacitação e formação de mulheres para ingresso no mercado de trabalho, permanência e ascensão em igualdade de condições aos homens. Então, aonde pode estar a incoerência quando a gente está falando aqui de um projeto que não é o projeto da multa, mas é o projeto que faz um fomento a partir de olhar as mulheres como uma estratégia e participação nas riquezas que são construídas no nosso país.

Portanto, nós acatamos sim as modificações trazidas aqui por bangadas diversas, inclusive a deputada que me antecedeu, a deputada Bia Kicis, que está aqui liderando o posicionamento hoje do PL, mas que ela sabe que não só é intenções de mérito, é intenções de mudanças estruturais, não só ela, todos nós aqui na Câmara sabemos aquilo que interessa hoje ao povo brasileiro e a maioria da população brasileira.

Portanto, aprovar esse projeto 1085/2023 não é uma causa pessoal, ele é uma causa histórica, ele é uma causa que vai trazer não somente consequências positivas, mas principalmente vai trazer investimentos para aquelas pequenas e médias empresas

que sempre lutaram, que são a maioria das mulheres, inclusive aquelas que são empreendedoras.

Nós precisamos de um Brasil multidiverso e principalmente nesse momento em que a união e a reconstrução fazem parte desse momento no Brasil.

Portanto, eu quero aqui agradecer a todos os meus colegas ao apoio da bancada da Federação Brasil da Esperança, mas também agradecer a todos os deputados e deputadas que acreditam sim que a igualdade salarial não só é para quem é parlamentar aqui e tem as condições de trabalho que temos, mas que serve para todos os trabalhadores e principalmente para as trabalhadoras do nosso Brasil.

Muito obrigada, Presidenta. Gostaria que meu pronunciamento ficasse registrado e que fosse a voz do Brasil. Obrigada.

Muito obrigada, deputada Jockey Rocha. Parabéns pelo relatório, pelo acordo produzido em plenário e está definida a sua solicitação de divulgação na voz do Brasil

deste pronunciamento que V. Ex. fez como relatora e na discussão. Todos os inscritos e inscritas foram chamados e, na medida da sua presença,

usaram da palavra no período de discussão. Declaro, portanto, encerrada a discussão. Nada mais a venda a tratar.

Eu vou encerrar os trabalhos antes convocando. Sessão deliberativa extraordinária para amanhã, quarta-feira, 3 de maio, às 13 horas e 55 minutos,

com a seguinte ordem do dia, projeto de lei 10/85/2023. Haverá matéria sobre a mesa para a deliberação.

A apresentação de emendas, destaques e requerimentos procedimentais, as matérias pautadas, ocorrerá a partir das 9 horas do dia 3 de

maio.

Lembro que haverá sessão solene amanhã, quarta-feira, 3 de maio, às 10 horas, em homenagem aos 10 anos da aprovação da lei dos 60 dias para o início do tratamento de câncer no Brasil. Está encerrada a sessão.

Muito boa noite. Eu vou ser sintonizado aqui na TV Câmara, na rádio Câmara. Agora são 11 horas e 4 minutos.

A deputada Maria do Rosário termina esta sessão extraordinária. Os deputados finalizaram agora mesmo a discussão de um projeto de lei que trata da igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício da mesma função.

A votação não vai ficar concluída para hoje. Amanhã os deputados e deputadas vão retomar esse assunto, porque ainda há discussões sobre o texto,

sobre possíveis modificações, destaques, enfim, sobre esse tema que acabou de chegar aqui para que os deputados possam deliberar.

Então, concluída a discussão, amanhã então votação do projeto de lei 10/80/2003 que dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens que trabalhem na mesma função.

Mais cedo, um assunto também relacionado à bancada feminina, com o interesse da bancada feminina, faz parte da agenda de debates aqui das mulheres,

e é o projeto de lei 10/84 também de 2023. Esse projeto tem o objetivo de garantir as atletas, gestantes e puérperas, no âmbito do Bolsa Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que a protegem.

Por exemplo, a mulher, a atleta, a mulher vai continuar recebendo o Bolsa Atleta durante esse período,

podendo ser prorrogado até seis meses, desde que não exceda 15 parcelas mensais consecutivas,

porque, segundo a lei atual, o Bolsa Atleta é concedido pelo prazo de um ano, e não é exceção prevista para essas atletas.

Então, esse projeto agora quer beneficiar as mulheres que são atletas.

O ponto do projeto é manter, por exemplo, o ranqueamento antes da gravidez, porque o valor da bolsa leva muito em consideração a performance do atleta.

Então, se já existe um ranking, e aí depois, durante o período da gravidez, as disputas não vão ser as mesmas, obviamente, por causa da restrição, apesar de que muitas mulheres ainda competem com a gravidez, mas nesse caso haverá essa manutenção do ranqueamento

para que não haja perda do valor da bolsa.

Nossos colegas aqui de trabalho conversaram com a relatora, deputada Nelly Aquino, que é do Podemos, de Minas Gerais,

e ela fala um pouquinho sobre o projeto, a gente acompanha.

Queria que a senhora falasse para a gente a importância de se estender o Bolsa Atleta para essas atletas,

as mulheres gestantes e expuérperas, que foram recém-mães.

Bem, é um direito das mulheres, as mulheres que desejam ter filhos e acabam sendo impedidas com medo de perder esse benefício.

Eu que sou mãe, sou avó, sei da importância da maternidade e da importância de garantia de direitos.

O homem pode ser pai e continuar sendo atleta sem interferência

nenhuma na vida dele,
enquanto isso a mulher fica na dúvida se ela abre mão da maternidade
para continuar a carreira ou não,
com medo de perder o benefício.
Com essa nova alteração da garantia para as mulheres conciliar as
duas coisas,
conciliar a maternidade com o esporte.
Deputado Anelia Aquino, do Podemos, de Minas Gerais, falando com o
nosso colega Jonathan Cornelis.
O projeto vai à apreciação dos senadores, o projeto de lei para
garantir as atletas gestantes
ou aquelas expoérperas que acabaram de dar à luz no âmbito do Bolsa
Atleta,
a respeito à maternidade e aos direitos que a protegem.
Você que está nos acompanhando, mais cedo também havia a expectativa
de votação aqui do projeto de lei
que trata do combate às fake news, um projeto bem debatido, bem
polêmico dos últimos tempos.
Acabou que o relator pediu que fosse retirada de pauta essa proposta
para que ele pudesse incluir
mais de 90 emendas no debate, avaliar essas emendas que foram
apresentadas.
O presidente da Câmara, Arthur Lira, decidiu portanto adiar e ainda
não marcou a data para a nova votação
do projeto de combate às fake news.
Você vai ter mais informações nos nossos noticiários, se você quiser
acessar mais detalhes sobre os projetos
debatidos hoje, sobre essas votações, você pode apresentar, apontar
a câmera do seu celular,
melhor dizendo, para esse código que está aqui na lateral da
televisão,
aí você já vai direto para esses assuntos.
No site www.camara.leg.br também é possível você navegar por esses
temas que os deputados debateram
e votaram hoje aqui.
A gente agradece muito a sua audiência, já convida amanhã até a
injeção,
convocada, sessão extraordinária para o início de 55, com mais
votações.
É claro, é sempre muito bom ter você por aqui para acompanhar o
trabalho dos deputados,
as decisões que são tomadas, que vão ter implicações diretas sobre a
sua vida.
Muito boa noite, obrigado pela audiência.
Câmara dos Deputados, Transparência e Cidadania.